

essencialmente reformista” (GOIÁS, p.3). Além de tudo, o governador conduzia os destinos de Goiás assobrado com o tempo. Diante do compromisso de realizar inúmeras obras estruturantes das Condições Gerais de Produção em todo o estado, assumido perante o povo goiano, ele pressionava os gestores: “O tempo é curto [...] 10 dias já se passaram – tínhamos um total de 1825 dias, menos 10, totaliza 1815”, dizia, em reunião transcorrida em 10 fevereiro de 1961.²⁷¹

Com tais atitudes, Mauro Borges talvez almejasse chegar ao fim do seu governo provando suas habilidades de administrador e seu legado, maior, o de gestor público, ficaria registrado na memória de Goiás. Aliás, na sua leitura, o governo era um sucesso:

[...] posso afirma-lhes que, dia-a-dia, o Estado de Goiás se firma mais no Brasil, não apenas pela grandiosidade física de suas obras, mas, sobretudo pela técnica de governo [...] Apesar de termo que lutar contra as falhas, a incipiência da nossa organização administrativa, estamos com um ano e meio na frente do Brasil em matéria administrativa (GOIÁS, 18.4.1963, p.2).

Tratava-se de um político pouco afeito às imposições; e acreditava, sim, que as melhores estratégias, ideias e a forma como conduzir as negociações políticas partissem dele mesmo. Confiava na sua capacidade política e administrativa:

[...] não tenho criado freios para ninguém, não bitolo nenhuma ação, apenas, naturalmente [...] se o governador tem um determinado propósito, uma linha de ação [...] é possível até que esse propósito esteja errado, mas cabe a esse membro não se afastar da orientação do governador [...] tem que vir aqui, discutir o problema [...] a fim de ser reformulado a orientação [...] o que faremos se for o caso [...] mas, não que qualquer um por conta própria se desvie das ideias e diretrizes básicas (GOIÁS, 18.5.1962, p. 2).

Entusiasmado pelas obras às quais se lançara, com ímpeto de se credenciar, talvez, às eleições vindouras. Nessas ocasiões, ele procurava expor seus pontos de vista, valorizar sua administração, difundir suas ideias; ideias essas que segundo suas convicções políticas, poderiam de alguma forma lançar luzes sobre a elucidação dos problemas do estado de Goiás, pois, com sua obra, Mauro Borges se projetava para muito além daquele momento: “[...] modificaremos a estrutura do estado de Goiás [...] se pudermos levar o estado de Goiás por mais dois governos planejados, ficaremos abaixo somente de São Paulo e Rio Grande do Sul, ainda com uma população que não será das maiores” (GOIÁS, 1963, p.1-2).²⁷² Com esse espírito, as reuniões se transformavam em boa oportunidade para convencimento dos gestores acerca de suas ideias. À época, o desejo de romper com o atraso econômico e político de

²⁷¹ O documento, uma lauda, feito de próprio punho pelo Governador Mauro Borges, pauta os assuntos a serem tratados na reunião. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

²⁷² Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia. Mimeografado.

Goiás, traço presente no Plano MB, levou o governador goiano a buscar outros modelos como referência para melhoria da sua gestão. Como, por exemplo, aquele implantado no estado de São Paulo, via Segundo Plano de Ação do Governador Carvalho Pinto (1959-1963).²⁷³ Mauro Borges não escondia sua admiração ao falar do tal plano, “[...] sobretudo na análise econômica que compara o Estado de São Paulo com o restante dos estados brasileiros” (GOIÁS, 7.11.1962, p. 11). O padrão de desenvolvimento daquele estado foi enaltecido pelo governador goiano: “[...] cada vez se acentuando [...] Ele [São Paulo] esta praticamente como um pais europeu como Bélgica, a Holanda, em matéria de padrão de vida, saúde, educação, cultura. Talvez só a Alemanha Ocidental tem um padrão de vida melhor que o estado de São Paulo” (GOIÁS, 7.11.1962, p. 11). Na perspectiva de compartilhamento, com o intuito de apreender com aquilo que fosse positivo, o governador sugeria aos gestores, a leitura desse documento, para se interarem das metas e estratégias. O Secretário de Governo Ary Demósthene era o responsável por munir os gestores dessas informações. Com a medida, o governador pretendia agregar valor à prática institucional do seu governo. Aliás, de forma geral, Mauro Borges cutucava os gestores: “[...] garanto que uma boa parte dos que estão aqui nunca leram [...] O Plano de Desenvolvimento Econômico [...] por que são muito ocupados [...] é preciso ler [...] mesmo que seja a síntese [...] para não perder de vista as nossas responsabilidades na execução dessas obras” (GOIÁS, 18.5.1962, p.14). Na esperança de maior empenho, sempre, ao iniciar as reuniões, o governador sutilmente alertava: “peço que façam um pequeno esforço para chegarmos na mesma hora na próxima reunião” (GOIÁS, 18.5.1962, p.1); logo em seguida, prestava algumas informações sobre o andamento do governo, da conjuntura nacional, sem perder a oportunidade de cobrar a leitura dos relatórios, documentos pertinentes à gestão, não como escritos de pouca importância, mas como necessários à efetividade do trabalho. Partia do princípio que o desafio de governar era tornar simples os problemas mais complexos e espinhosos.

²⁷³ O Plano aliou moderação política e modernização. Por meio das redes de equipamentos públicos, estradas e outras instalações de infraestrutura o Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959/1963) – PAGE – foi um instrumento de Planejamento Territorial inovador como experiência brasileira de políticas públicas. Com ele uma nova configuração físico-territorial foi sendo estabelecida com base no incremento dos equipamentos públicos, que estabeleceram um padrão urbano que renovou a anterior formação e reconfiguração urbana do interior do Estado de São Paulo, propiciada pelo café. As redes de equipamentos, em parte existentes, conheceram uma nova dimensão que alterou qualitativamente, política e socialmente, o interior, associando as cidades ao território e estabelecendo para este um novo padrão e uma nova dimensão espacial-administrativa. O Plano de Ação espacializou uma ordenação do território do Estado de São Paulo baseado em ações intraurbanas (as redes de equipamentos) associadas às infraestruturas. CÂNDIDO, Maria Tereza R. L. de Barros; BUZZAR, Miguel Antonio; SIMONI, Lúcia. *O Plano de Ação – PAGE – Governo Carvalho Pinto em São Paulo: moderação política e modernização*. XIII encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Planejamento urbano e regional. 25 a 29 de maio de 2009. Florianópolis (3025-6030).

4.1.1.1 Gestor é Irineu

Por certo que as condições institucionais diante da centralidade do planejamento requerida pelo Plano MB, forçavam uma atitude mais pragmática do governador e gestores, para responder com agilidade e eficiência ao controle da execução do plano, com os respectivos gastos. Tanto assim que, na primeira reunião do governo,²⁷⁴ Mauro Borges propunha um modelo padrão de relatório a ser produzido por cada gestor, com “radiografia de cada setor, pessoal, material, financeiro, instalação, sugestões”, enfim, tudo que pudesse facilitar o andamento e o controle das ações relativas ao Plano MB. Na segunda reunião, em 10 de fevereiro de 1961, ele determinava a elaboração do programa anual das atividades de cada órgão, a fim de construir o programa geral. Com a iniciativa, garantiria suporte às prioridades estabelecidas e intensificaria as ações em curso, orientadas por uma supervisão criteriosa, que, por intermédio da Secretaria de Planejamento, controlava a execução do Plano MB em todo o estado. Presumidamente, Mauro Borges tentava exercer uma pressão sobre os gestores, com apoio do engenheiro Irineu Borges do Nascimento, inicialmente, Secretário Executivo do Conselho Superior do Planejamento²⁷⁵ e posteriormente titular da Secretaria de Planejamento e Coordenação.

Com muitas críticas em relação ao funcionamento do Conselho, os tecnocratas da FGV justificaram sua inércia pela plenária muito ampliada, ausência de objetivos funcionais definidos pela secretaria executiva e falta de pessoal qualificado. Todavia, posto em funcionamento sob a gestão *maurista*, a inoperância continuava, com outras justificativas, conforme alegou seu secretário executivo, engenheiro Irineu Borges do Nascimento,²⁷⁶

Ele (Mauro Borges) me nomeou Secretário Executivo do Conselho, eu vim, experimentei, vi que era um órgão inoperante. [...] um dos órgãos paquidêrmicos [...] tudo que precisava, eu tinha que ficar correndo atrás desse povo na rua, para eles assinarem, porque quem tinha que assinar eram eles. Eles não reuniam, convocava reunião, eles não compareciam. [...] Fui atrás do governador, e falei, olha no lugar desse conselho, já que eu estou fazendo o papel de secretário, porque eu fico correndo atrás desse povo para assinar papel, e eles não têm o mínimo interesse. Então se é pra assinar, eu assino em vez de ficar correndo atrás dessa gente. Ele concordou comigo, me nomeou secretário executivo com a condição de mudar,

²⁷⁴ Não constava a data, provavelmente anterior a 10 de fevereiro 1961, dia da 2ª reunião. O documento (folha frente e verso) em papel timbrado do Partido Social Democrático – (Diretório Regional de Goiás, rua um , nº 2), feito de próprio punho pelo governador, indicava a pauta da reunião.

²⁷⁵ A proposta apresentada pelo Plano, na tentativa de minimizar os interesses clientelistas, foi colocar em funcionamento o Conselho Superior de Planejamento e Coordenação, garantido pela Lei nº 1.370, de 9 de novembro de 1956, tendo como objetivo “[...] estudar e estabelecer as diretrizes de alta política administrativa do estado”, com racionalidade, na perspectiva de assessoria e execução (Plano MB, 1961, vol. II, p. 109). Conselho tinha caráter deliberativo, composto por 23 delegados. Desde sua criação, “[...] esse importante órgão da administração estadual, praticamente, nunca funcionou. Tal a inércia que as entidades representativas das classes produtoras do estado, em sinal de protesto, solicitaram a exoneração de seus representantes” (PLANO MB, 1961, v. II, p. 109).

²⁷⁶ Entrevista realizada no dia 21/9/2009, na residência do entrevistado, em Goiânia. Faleceu em 2013.

acabar com o Conselho, de criar a Secretaria de Planejamento e Coordenação (NASCIMENTO, 2009).

A Secretaria de Planejamento e Coordenação substituiu, pois, o Conselho Superior de Planejamento (1957), aproveitando uma estrutura que lhe antecedia. Com competência, entre outras funções, entrosar e coordenar os trabalhos de vários setores administrativos, para agilizar rotinas e evitar contradições e duplicações de serviços, coordenar as atividades orçamentárias da administração estadual, supervisionar e controlar a realização da despesa pública do estado. Neste modelo, mostrou-se indispensável à organização do orçamento, com adoção de plano de trabalho para articular as despesas aos projetos a serem executados. Com atuação proeminente, a Secretaria de Planejamento e Coordenação transformou-se no carro-chefe da gestão *maurista*, e legitimou o poder do secretário, engenheiro Irineu Borges do Nascimento. Ele era um dos poucos sujeitos na administração estadual com trânsito direto ao governador, por dentro de todas as discussões e negociações que envolviam a gestão *maurista*. Aliás, Irineu Borges, primo de dona Gercina Borges, mãe de Mauro Borges, trabalhara com Pedro Ludovico quando era interventor em Goiás (1930-1945). “Carregando um passado udenista não tive pejo em aproximar-me do respeitável homem público. [...] Tive com ele um sério desentendimento funcional, sem deixar de admirá-lo [...] Tornei-me um ludoviquista, mais que um simples militante partidário,” declarava o secretário (NASCIMENTO, 2006, p. 309).

Irineu Borges,²⁷⁷ assumia, quase sempre, uma postura autoritária, para quem ordem não é para ser questionada, mas cumprida.

[...] Mauro (Mauro Borges) você está querendo voar na velocidade do *boing* 707 ou de um teco-teco? [...] se você quer executar o Plano de Governo vamos criar agilidade [...] assim era mais ou menos como funcionava, não tinha esse negócio de fazer assembleia, consultar não (2009).

Apelidado de “Irinão” pelos colegas do governo, sob alegação de sempre dizer não às demandas e reivindicações por eles apresentadas. Ao aceitar o convite de Mauro Borges, ele logo avisou: “[...] você vai ter que me aguentar, porque eu vou ser exigente” (NASCIMENTO, 2009). À frente da secretaria-chave, tentou exercer o cargo com mãos de ferro. A conjuntura e determinadas situações impunham medidas para tornar mais eficiente e

²⁷⁷ Ao ser convidado por Mauro Borges, disparou: “[...] se é para eu exigir que o interesse público, a coisa pública seja respeitada, acabar com esse antro de corrupção eu vou [...] posso ajudar mas eu preciso de costas quente, porque eu vou pelo plano de governo, que já é o arrebento de mudança da administração estadual, é uma demonstração, se executado, de mudança na administração do estado [de Goiás], que é uma administração paquidêmica não anda, muito devagar”. Defendia, dessa forma: “[...] O estado não cresce da maneira que precisa, vai crescendo porque não tem jeito de segurar, uma força estranha vai empurrando o estado”. Em entrevista realizada no dia 21.9.2009, na residência do ex-secretário, Goiânia.

racional a gestão, como por exemplo, os convênios para alocação de recursos, como, o da *Aliança para o Progresso*. Coube à Secretaria de Planejamento e Coordenação providências dos projetos técnico-econômicos. Como gestor, Irineu Borges assumiu a gerência técnica de toda a máquina administrativa. Assim, ele definia os investimentos públicos, subsidiava as discussões e as decisões do governo, atuando conforme os interesses da gestão e a serviço dela: “[...] O Plano de Governo não saía de cima da minha mesa e nem da mesa minha de cabeceira” (NASCIMENTO, 2009). Irineu Borges tinha apreço pelas questões administrativas:

[...] eu nunca deixei papel lá pra despachar, nunca deixei um papel sem andamento. Eu tinha um gravador, eu ia tomando nota das coisas que eu via que era necessário aqui, ali, acolá, aí eu passava uma ordem de serviço, gravava, dava prazo de 48 horas para eles atender, dentro de 48 horas, não atendeu eu reclamava (NASCIMENTO, 2009).

Posicionava-se sobre todas as questões envolvendo a gestão *maurista*, esbanjando talento quando se tratava de planejar, organizar, produzir normas, relatórios, cobrar e controlar o trabalho alheio – postura revestida de pretensa eficiência.

[...] eu controlava toda administração do estado, a liberação de duodécimo para cada órgão. Eles tinham que me apresentar um plano de trabalho dentro do governo, mensalmente eles recebiam o duodécimo para prosseguir. Agora, ficar recebendo duodécimo do estado e as obras não aparece não, eu vou controlar a administração todinha, tudo sob minha responsabilidade (NASCIMENTO, 2009).

Todavia, o fez sem dirimir o poder do governador Mauro Borges. Aliás, uma característica identificada na gestão foi a centralização das decisões no chefe do Poder Executivo, creditando-lhe certo grau de personalismo, uma vez que a palavra final era sempre dele. Não é por acaso a observação de Rabelo (2009, p. 73): “[as] reivindicações eram feitas diretamente ao chefe do governo e cujas soluções partiam dele, sem obedecer a nenhuma racionalidade”.

À medida que o tempo passava, o secretário de Planejamento e Coordenação gozava de maior prestígio e poder, legitimado pelo governador: “[...] Por isso que eu tenho que me valer da Secretaria de Planejamento e Coordenação. [...] Pois quando preciso de uma informação é a ela que peço, e não aos senhores” (GOIÁS, 7.11.1962, p.6). Assim, Irineu Borges (2009) gostava de firmar seu poder: “[...] os secretários [...] passaram a ter que prestar obediência a mim, [...] eles então me chamavam de super secretário [...]”. Tal fato contribuiu para as desavenças e boicotes durante todo o governo.

[...] há órgãos que teimam em não se dar ao trabalho de prestar estas informações [...] basta dar notícias ao senhor governador [...] com alegação de que essas informações não nos são devidas [...] nada mais errado [...] todos os órgãos são integrantes do mesmo governo e, portanto, da mesma idéia (GOIÁS, 18.6.1964, p. 11)

Irineu Borges era absolutamente necessário. Mauro Borges não tinha como prescindir dele. O governador, com posição conciliadora, cuidava da orientação política, de conduzir e negociar os arranjos políticos e tentar conter as interferências que pudessem contrariar o interesse da gestão *maurista*. O gestor Irineu Borges pensava nos cortes, na objetividade excessiva, na frieza dos números, na cobrança dos erros, tentando adequar a máquina às metas do Plano MB.

Peço a todos os presentes para trabalhar [...] dentro do regime duodecimal, em virtude do orçamento ser deficitário [...] precisamos agir daquela maneira senão seria um desastre[...]São medidas para evitar o que ocorreu[...] uma série de pedidos de créditos especiais para suprir despesas feitas com coisas que não constavam no orçamento, nem no programa de governo e nem em coisa alguma[...] foram fazendo despesas e depois pediam créditos especiais para cobri-las[...]Estamos devendo coisas que não sabemos como pagá-las. Ou nós controlamos e fazemos as coisas com o máximo rigor ou então iremos por aí desenfreadamente [...] levaremos o estado de Goiás ao caos (GOIÁS, 7.11.1962, p. 47).

A tentativa de implementar mudanças suscitava e fortalecia as resistências, até pelas disputas políticas em jogo, sem dizer do alcance dessas mudanças, contrariando interesses. Razões que levavam Irineu Borges a tentar de todas as formas controlar e acompanhar o ritmo dos trabalhos, interferindo na execução, tentando driblar a resistência de alguns gestores em guiar-se pela ordem legal, dada a falta de familiaridade com o planejamento, agregada à ausência de técnicos especializados. Diante dessa realidade, ele mobilizava esforços para assegurar a eficiência tanto na execução do Plano MB, como na resposta da administração aos constantes desafios. Uma das preocupações era colocar em prática a programação do orçamento e a administração por objetivos, orientados por critérios de relevância para a gestão. E era natural que o fosse, na medida em que o equilíbrio financeiro era vital para cumprir com as metas estabelecidas. Assim, Irineu Borges acompanhava *pari passu* a construção da proposta de orçamento e aproveitava para destacar a importância e valorizar o trabalho da Secretaria de Planejamento e, conseqüentemente, sua atuação, diante do posicionamento assumido pelos gestores, ao destoarem das diretrizes do planejamento *maurista*: “[...] depois de reunidas as demandas dos órgãos estaduais e aprovadas pelo governador, [...] aparece mais 10, 15 ou 20 sugestões para colocação de verba na proposta orçamentária. Isso não é possível”, condenava o secretário (GOIÁS, 7.11.1962, p. 46). Mais uma vez, não deixavam de aparecer, insistentemente, os limites impostos para efetivação do planejamento. A luta contra o imprevisto era apenas uma etapa preliminar do trabalho executado por Irineu Borges. O Planejamento não teria sentido se não associado à produção do plano de trabalho, do relatório mensal e dos procedimentos legais. Neste

entendimento, Mauro Borges dava bronca por atacado, sem mencionar nome, embora, provavelmente, com conhecimento do gestor que cumpria as regras preestabelecidas:

[...] Há um série de assuntos diversos que quero tratar nesta reunião. Vamos começar pelo mais desagradável [...] faço-lhes um apelo para que entreguem os relatórios em dia se não a Secretaria de Planejamento e Coordenação não terá condições de me fornecer os relatórios globais (GOIÁS, 25.6.1963, p. 1).

Irineu Borges aproveitava das reuniões e esperava o momento para atacar. A par dessas intenções, na reunião do dia 18 de maio de 1962, Mauro Borges tratava do setor de transportes e comunicação e da viabilidade de pavimentar 600 km, com recursos do Programa *Aliança para o Progresso*. Interpelando o diretor do DERGO, Coronel Bezzi sobre o andamento das atividades, o governador recebeu dele, a informação da possibilidade de pavimentar 59,5 km naquele ano. Imediatamente, querendo demonstrar sua autoridade, o gestor do planejamento refilou: “[...] essa informação não chegou à Secretaria do Planejamento, inclusive quanto vai custar. [...] Planejamento assim não funciona [...] isso não se trata nem de planejamento, mas seria controle da execução do plano, que é também atribuição da minha secretaria”. Não satisfeito, Irineu Borges tentava mostrar superioridade: “[...] o planejamento precisa saber para que exerça a sua função, do contrário ficaremos lá com um amontoado de funcionários sem exercerem suas funções [...] apenas [...] tomando nota de alguma coisa que muitas vezes não interessa” (GOIÁS, 18.5.1962, p. 24-25).

O Coronel Bezzi tentava minimizar a situação ao responder a Irineu Borges enaltecendo o Planejamento, porém, esbarrava na questão de pessoal: “[...] eu não posso matar meus funcionários para atender dentro de um determinado prazo” (GOIÁS, 18.5.1962, p. 25).

O governador, de pronto, mostrava saída, aliás, reforçando ainda mais a figura de Irineu Borges:

[...] Não havendo possibilidade de algum órgão fazer [...] que esteja desequipado de pessoal, peçam colaboração à Secretaria de Planejamento, ou então digam que não tem condições para fazer [...] não pode ficar como está [...] é inaceitável (GOIÁS, 18.5.1962, p.15).

Ao responder aos presentes, sobretudo ao governador e ao gestor do planejamento, o coronel reclamava da falta de pessoal qualificado para atuar no Dergo: “[...] meu diretor de contabilidade [...] infelizmente não exercita a sua função de diretor, mas sim de contador” (GOIÁS, 18.5.1962, p.26). Porém, tratava-se do relato de um problema que perdurou por toda a gestão *maurista*, a falta de pessoal para lidar com as demandas do planejamento. Nem o governador nem o secretário de planejamento comentaram as queixas do Coronel Bezzi, até porque expunham o embaraço da gestão por não atender com agilidade

as demandas internas. Por outro lado, traziam à tona a expectativa dos gestores em relação à eficácia de promover a burocracia via planejamento. Por tudo, demonstravam-se os limites da gestão *maurista* no sentido de guiar-se pelos instrumentos legais, que, na prática, tornavam-se mais exceção do que regra.

Na mesma oportunidade, o governador elogiava a atuação do Departamento de Telecomunicações (DETELGO), caminhando no sentido de cumprir a meta proposta pelo Plano MB – a instalação de 5.000 linhas telefônicas na capital e 2.000 na cidade de Anápolis. Irineu Borges, sempre atento, não descuidava da cobrança ao órgão: “não havia entregue o Programa de Obras daquele ano (1962)” (GOIÁS, 18.5. 1962, p.44).

Irineu Borges almejava que nada escapasse do seu controle, ao se articular com o governador em torno de objetivos comuns. Até nas pequenas coisas, que poderiam passar despercebidas, ele dava um jeito de cobrar resultados, tornando-se por vezes, bastante antipático.

O secretário vivia às voltas com o arremedo de uma gestão planejada. Após meses de trabalho e da utilização dos dados que lhe chegavam, tomou conhecimento de pedidos de créditos suplementares e especiais, enviados por alguns gestores diretamente à Assembleia Legislativa, num total descumprimento das normas do governo. Isso era o fim para Irineu Borges, exatamente o órgão por ele dirigido era o encarregado de tal atribuição. Com isso, não perdia a oportunidade de torpedear os gestores, afinal, a atitude causava embaraço ao governo, com questionamento por parte dos deputados: “[...] se devem ou não atender aqueles pedidos diretos dos secretários [...] porque já conhecem o trabalho do Planejamento [...] então consultar-nos-ão para saberem se estamos ou não de acordo com aqueles pedidos de abertura de crédito, ou se já fomos ouvidos ou não” (GOIÁS, 7.11.1962, p.46). Irineu Borges fazia questão de destacar que todas as sugestões referentes ao governo eram submetidas à apreciação do governador para saber “[...] se ele está de acordo com aquilo” (GOIÁS, 7.11.1962, p. 46). As dificuldades do dia a dia, que tanto contrariavam o governador, já se acumulavam há bastante tempo: “[...] se continuar desta maneira, serei obrigado a parar de dizer que temos um governo planejado e controlado, pois não poderei falar o que não é verdade” (GOIÁS, 18.5.1962, p. 16).

Ao longo do tempo que esteve à frente da secretaria, Irineu Borges não cessou as cobranças nem o controle, até por que ficou claro que esse não seria o caminho. A melhor opção foi o controle exercido pelo executivo, com centralização dos processos de tomadas de decisão e a tentativa de burocratização da máquina. Por essa via, a gestão tentava equilibrar

regras rígidas *para todos*, porém, na prática, maleáveis a determinados interesses, vinculados às forças representadas por Mauro Borges. Irineu Borges aproximou-se do perfil do gestor bernadiano: agiu, ensinou, organizou, negociou e controlou; ou seja, buscou imprimir uma nova visão de gestão ao governo de Goiás, com ênfase no Planejamento e na imposição técnica. Um organizador, inserido na vida prática, um intelectual a serviço do capital. “[...] um homem super forte [...] com aquele jeitão dele, mas é um camarada com um espírito público raro assim como o Mauro” (CAMPOS, 2009).

Foi uma época tumultuada, meses a fio a gestão *maurista* se viu confrontada com os desafios requeridos na perspectiva da modernização do estado pelo planejamento. Diante do quadro de dificuldades de toda ordem, sobretudo, financeira, enfrentado já no início da gestão, uma das alternativas encontrada foi autorizar a Loteria do Estado de Goiás (LEG), por meio do fundo lotérico a liberar adiantamentos aos órgãos estaduais, mediante quitação a partir do recebimento do duodécimo mensal. A estratégia foi malsucedida. Mais que isso, outros repasses foram feitos sem o devido pagamento, “algumas dívidas são de 1961”, admitia o governador (GOIÁS 25.6.1963, p. 7). Com o problema não equacionado, Irineu Borges encarregou-se de relatar a situação ao governador, sugerindo medidas que, acreditava, garantiriam a ele condição para a tomada de decisão. As informações davam conta dos órgãos que não saldaram suas dívidas referentes aos anos de 1961 e a 62, inclusive sugerindo ao governador mecanismos para sanar o problema. Sem querer bater de frente com os gestores – “Não vou ler [...] para não criar situação constrangedora” – Mauro Borges transferia para o Secretário da Fazenda, Sebastião Arantes, a responsabilidade de adotar “[...] uma medida drástica com relação a esses empréstimos, pois não tenho mais condições de ficar com essas dívidas em descoberto”. Assim, o governador, por sugestão de Irineu Borges, apontada no mencionado documento, ordenou: “[...] órgãos que devem à Loteria sofrerão uma redução na importância (montante financeiro) que deverão receber da Secretaria da Fazenda, isto é, quando o Secretário for pagá-los fará o desconto da parte da Loteria” (GOIÁS, 25.6.1963. p.7). A fala do governador era amortecida com a intervenção do Secretário do Planejamento e Coordenação ao atribuir aos gestores a culpa por muitas obras estarem paralisadas: “[...] os pagamentos desses empréstimos estão intimamente ligados às atividades da Suplan [...] acontece o seguinte: nós dependemos da Fundação Estadual de Esportes. A Fundação já depende da Loteria, por sua vez, já depende de cada um” (25.6.1963. p. 7).

Com alguns gestores, Irineu Borges vivia de escaramuças o tempo todo. As reuniões reforçavam a afirmação. Resgatando as metas do Plano MB, com prescrição de

construir e equipar 135 unidades sanitárias, Mauro Borges cobrou informações do Secretário de Saúde sobre o andamento das obras. “[...] foram construídas 19, mas até hoje, [...] a única que recebemos foi a de Macambira²⁷⁸ [...] não esta realmente pronta” (GOIÁS, 18.5. 1962, p.28), foi a resposta obtida. O depoimento de Jacy Campo expunha muitas coisas que a gestão *maurista* não conseguira resolver e que interferiam no andamento da gestão, das obras, como por exemplo, uma burocracia emperrada que não conseguia responder com agilidade às diversas demandas, sobretudo, na tramitação dos processos para aquisição de materiais e equipamentos e contratação de pessoal. Irineu Borges, todavia, insistia em afirmar que as obras estavam prontas. Ele tentava desviar o foco e mostrar ao governador que “[...] a secretaria tem um problema maior, por ter capacitado enfermeiros especializados para os postos de saúde e não tem postos para colocá-los” (GOIÁS, 18.5. 1962, p. 31). Instalou-se um clima tenso entre ambos, sem titubear, Jacy Campos rebateu o gestor do Planejamento: “[...] esses postos deviam estar prontos desde o ano passado, e até hoje não ficaram, por isso não sabíamos se preparávamos o pessoal, se esperava os postos ou se comprávamos o equipamento” (GOIÁS, 18.5.1962, p. 31). Em outra direção, padre Rui Rodrigues da Silva “[...] excelente secretário” de educação²⁷⁹ destacava “[...] a agilidade da Suplan na construção de escolas”, garantindo “ano passado [1961] um número de 516 classes novas”. Ao que tudo indica outras salas de aulas estavam previstas, com a “[...] liberação do empréstimo pedido pelo governador Ponto IV destinado a construção de salas de aula, inclusive técnicos estão vindo a Goiânia”, para ajustes necessários (GOIÁS, 18.5. 1962, p. 31).

O episódio envolvendo o Secretário da Saúde ilustrava a tensão que permeava as reuniões, sobretudo, diante do papel exercido por Irineu Borges, sob o aval do governador “[...] Mauro, me tratava como o braço direito do seu governo” (NASCIMENTO, 2009). Ele foi um dos poucos secretários que permaneceram no cargo todo o governo, juntamente com Ary Demóstenes e Rivadávia Xavier Nunes. Saiu junto com o governador, “[...] eu não sai do palácio no dia da intervenção, tava junto com ele lá” (NASCIMENTO, 2009). No transcorrer do ano de 1964, as insatisfações dos gestores com a atuação de Irineu Borges continuavam evidentes, “[...] há caso [...] de diretores ou presidente dizer a meu funcionário que não tem satisfação nenhuma a dar à Secretaria do Planejamento” (GOIÁS, 8.1.1964, p.11). Ele pouco ligava: “[...] As borrascas passam e o nosso barco continua incólume, com a máquina apta a desenvolver, a plena potência, o leme em mãos firmes” (GOIÁS, 18.6.1964, p. 9).

²⁷⁸ Hoje, Setor Pedro Ludovico.

²⁷⁹ Elogio público feito por Irineu Borges do Nascimento (GOIÁS, 18.5.1962, p. 41).

4.2 MOEDA DE TROCA: A RELAÇÃO COM O LEGISLATIVO

A eleição de Mauro Borges ao governo de Goiás em 1960 é vista por Rabelo (1978) como expressão da renovação partidária, todavia, reproduzindo lances do jogo político tradicional. Isso implica dizer que o PSD vinha atravessando, por questões polêmicas do período, como o próprio ludoviquismo, os alcances e limites do populismo. Ademais, os pessedistas²⁸⁰ eram notados como “[...] as raposas políticas por excelência, mestres na malícia, na esperteza, no cochicho, na acomodação e na conciliação” (HIPPOLITO, 1985, p. 44). Para Rodrigo Patto Sá Motta (1999), o apelido *raposas da política brasileira*, atribuído aos pessedistas se deve ao fato da postura flexível assumida, sempre aberta à negociação, independentemente da diferença da corrente de opinião.

Apoiado pelo eleitorado do interior, o PSD tentava conciliar atitudes conservadora para atender às bases, e modernizantes, apregoadas pelos membros jovens e renovadores, comprometidos com demandas do emergente eleitorado urbano. Disso resultou o apoio ao monopólio estatal do petróleo, a intervenção do Estado contra o abuso do poder econômico, direito de voto ao analfabeto; mas indicava também aversão à reforma agrária radical, extensão da legislação trabalhista no campo, reforma administrativa, vistas como “medidas que ameaçam suas bases clientelistas”, sinaliza Hippolito (1985, p. 49). Esses aspectos demonstram por si só os desafios ao propósito do governador Mauro Borges: “[...] a política tradicional de clientela, à custa dos cofres públicos, está superada” no estado (GOIÁS, 11.06.1963, p. 5). Considerando-se as limitações da época, à medida que o tempo avançava, essa prioridade ia gradualmente se afrouxando, até como estratégia para tocar o projeto reformista conforme suas diretrizes e prioridades.

O aliado preferencial do PSD em Goiás foi o PTB, enquanto seu grande rival foi a UDN. Apesar da competição constante com a UDN, o PSD exerceu relativa hegemonia sobre a política de Goiás entre 1945 e 1964, demonstrando vantagem na mobilização popular, na formação de opinião e na capacidade de organização política. Endossa Hippolito: “[...] a força do PSD repousa, antes de qualquer coisa, em seu vigor eleitoral” (1985, p. 42). Sobre tudo em Goiás, isso abriu para o partido “[...] a possibilidade de um sem-número de recursos políticos, que auxiliam sua permanência no poder” (1985, p. 42). No período, além de eleger quatro governadores, senadores, deputados federais, manteve sempre a maioria na Assembleia

²⁸⁰ Sobre a postura assumida pelos pessedistas diante da efervescência do debate político-ideológico, Ronaldo Costa Couto (2011, p. 88) resgatou a “deliciosa” ironia de Tancredo Neves: “entre a Bíblia e O Capital, o PSD fica com o Diário Oficial”. Ver: COUTO, Ronaldo Costa. *Juscelino Kubitschek*. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Biblioteca. Brasília, 2011.

Legislativa. Sob o comando de Pedro Ludovico Teixeira, o PSD foi essencial na trajetória pública de Mauro Borges, que enxergava no partido, o fio condutor da modernização de Goiás. A agremiação foi beneficiária da máquina política, entendida como articulações em torno de nomeações e benesses, conversão da política em negócio (e não negociação), falta de clareza entre público e privado.²⁸¹

São aspectos que legitimavam o traço de amplitude secular, que é o clientelismo, como estratégia de preservar a continuidade de determinadas forças como elite política, lançando mão de artimanhas, com habilidade, senso de oportunidade, vocação e, até mesmo, uma *missão*, como se fosse à arte de fazer política, isso explica, embora com vantagem na Assembléia Legislativa, o empenho do governador em preservar o bom entendimento com o PSD e os partidos da base aliada, ou não, parlamentares, fossem eles da esfera estadual ou federal. Ele tinha consciência de que o espírito conciliatório talvez resultasse em acordo bem-sucedido nas demandas e em apoio capaz de levar adiante as reformas, que, pela própria natureza, conduziriam a um embate com os interesses da política tradicional. Dai seu esforço em construir uma boa relação com todos, oposição, situacionistas, e, sobretudo, com a bancada do PSD “[...] que na verdade tem sido o sustentáculo político do governo e a única que segue a liderança deste” (GOIÁS, 11.6.1963, p. 1). As reuniões aconteciam no Palácio das Esmeraldas, na presença do governador, deputados, cúpula pessedista. O governador negociava pessoalmente com parlamentares as questões relativas à sua gestão. Em algumas ocasiões, participaram gestores *maurista* e parlamentares da base situacionista, com os quais Mauro Borges almejava articular um núcleo político consistente, visando fortalecer sua base de sustentação e legitimidade em busca de soluções positivas para as vicissitudes colocadas na ordem do dia, solucionando-as na medida de sua capacidade e das circunstâncias favoráveis de cada cenário. Os encontros eram marcados por cobranças, trocas de informações, gentilezas, farpas e negociações. Mauro Borges falava a mesma língua que Pedro Ludovico, a necessidade de manter a unidade dos dois poderes, do partido. “[...] é preciso transigir, pois em política quem não transige não vence; que não se pode transigir, quando a honra e a dignidade estão em jogo, a união de todos os pessedistas, das bases à cúpula partidária, é o

²⁸¹ A título de ilustração: durante reunião com o governador e gestores *maurista*, o deputado Nelson Siqueira, líder da bancada governista, ao solicitar agilidade do governo no envio de projetos de interesse para serem votados, alegou que “[...] a liderança poderia programar algumas sessões no início de julho [...] ficando no período de julho até as eleições completamente livre para que os deputados pudessem trabalhar na suas campanhas [...] estão na luta pela reeleição e querem continuar colaborando com o governador”. Contudo, alega a responsabilidade em convocar as sessões somente para votar as matérias oriundas do governo “[...] pois acontece que na semana só temos número na 3ª feira, na 4ª, 5ª e 6ª não temos [...] sessões extras podem repercutir mal, dando a impressão que a intenção dos deputados é ganhar mais (GOIÁS, 12.6.1962, p. 17).

segredo das vitórias do partido [...] fruto da coesão, harmonia e solidariedade”, professava Pedro Ludovico (GOIÁS, 11.6.1963, p. 14). Aproveitando a deixa, o governador reafirmava diante aos presentes: “[...] há um responsabilidade coletiva e inseparável dos poderes do estado pelo bom ou mau êxito do governo” (GOIÁS, 11.6.1963, p. 1). A opção desenvolvimentista era afirmada em quase todas as oportunidades, no discurso do governador; não raro, permeavam-no apelos nacionalistas e em defesa da honestidade e do bem público.

A presença do senador e presidente do PSD, Pedro Ludovico, não foi registrada em todos os momentos, ao menos nas atas localizadas. Supõe-se que, em razão do seu peso político, sua presença era necessária quando o clima esquentava entre os dois poderes. No modo como se conduziam as negociações, ele era o fiel da balança na resolução de conflitos envolvendo o executivo e o legislativo. Intervinha no sentido de acomodar os interesses dos pessedistas e da base de apoio, para garantir as decisões de Mauro Borges. Em outras palavras, conduzia as articulações políticas. Sempre eficiente, Pedro Ludovico, o senhor do poder, pelo menos até 1964, dos contatos dos bastidores com políticos, empresários e governantes.

Mauro Borges conhecia os meandros da política. Tinha clareza que o êxito do governo ficava também condicionado a outros fatores, como a boa relação com os opositores. “[...] Tratamento justo e respeitoso para os adversários políticos” (GOIÁS, 28.12.1961, p.8), na tentativa de assegurar uma política moderada, preservando-se de eventuais sobejos de radicalismo, sem, contudo, descuidar dos pessedistas: “Atendimento imediato e controle, e efetivo aos nossos adversários, digo, correligionários” (GOIÁS, 28.12.1961, p.8). Porém, sem perder de vista os vínculos pessedistas com a política tradicional:

[...] certas figuras do interior, chefes tradicionais do PSD, nunca tem satisfação quando alguém lhes diz que não tem consideração com o problema político: que só olha a parte administrativa, que a parte política é com o Secretário do Interior e Justiça. Muitas vezes um dos nossos colaboradores na administração pode ter uma conduta assim, mas não seria conveniente dizer tão francamente e seco, porque choca o indivíduo que, pela sua condição política, já está acostumado com outra forma de administração, uma administração mais partidária do que administrativa (GOIÁS, 7.11.1962, p. 3).

Independentemente dos interesses pessoais dos deputados, se, por vezes, compreensíveis, por outras, abomináveis, Mauro Borges, com longa trajetória familiar na política, aprendeu que na democracia não era possível governar sem contar com o apoio das forças políticas; o isolamento do legislativo não vem descolado do isolamento do governador. São vias de mão dupla, que não conseguem sobreviver uma sem a outra. E as reuniões cumpriam o papel de estreitar esses laços. Uma oportunidade para cobrar maior empenho dos

deputados na aprovação de medidas de interesse do povo, bem como construir o clima de confiança: “[...] ele é muito auspicioso [...] sem a parte política não podemos ter os resultados administrativos que desejamos, ficaríamos constantemente chamados para atender atritos laterais e [...] afastaríamos da grande estrada que é o progresso social e econômico.” (GOIÁS, 18.5.1962, p.4). São considerações que trazem um caráter de advertência e apelo ao bom-senso.

Seja como for, sobretudo para o PSD, a base de aceitação desse entrosamento poderia indicar o perigo de uma interferência do governador para mais ou para menos, colocando em risco a autonomia do partido “[...] o senhor governador através da Secretaria de Planejamento e Coordenação decidirá da conveniência do atendimento [...] em caso de deferimento do pedido, o senhor deputado²⁸² apresentará na Assembleia Legislativa requerimento, não o Projeto de Lei pedindo a execução da obra”. Mauro Borges amortecia provável contrariedade: “[...] na assinatura dos convênios com os municípios, no lançamento da pedra fundamental ou início das obras, sejam convidados os deputados de cada zona” (GOIÁS, 11.6.1963, p. 4). Tentava demonstrar controle da situação, ao estipular os meios pelos quais seriam atendidos “[...] os interesses políticos do deputado e sem tumultuamento da administração com leis desnecessárias, que serão geralmente vetadas [...] as obras públicas devem obedecer exclusivamente ao critério de necessidade e rentabilidade [...] nunca interesse de grupos, tornando a obra antieconômica” (GOIÁS, 11.6.1963, p. 4).

A respeito, as obras públicas de garantia das CGP envolvendo os municípios, que poderiam ser consideradas um complicador ao desenvolvimento econômico, foram asseguradas por convênio com as prefeituras.²⁸³ Tudo tinha de ser planejado. A medida foi vista como facilitadora. A falta de orientação dos dirigentes municipais, agregada à ausência de técnicos especializados e à carência de recursos financeiros, seriam na visão do governador e do Secretário de Planejamento e Coordenação Irineu Borges do Nascimento, os entraves a exigirem uma ação mais efetiva da gestão *maurista* nos municípios. Com pressa para reestruturar o estado, o governo procurou assumir a coordenação das atividades, para garantir

²⁸² Em referência, no dia 4 de agosto de 1964, o deputado pessedista Antonio Balestra Filho (PSD/1963-1967) encaminhou correspondência ao governador : “[...] solicitando autorização do pagamento de verba orçamentária de 1964, distribuição de minha cota pessoal ao senhor Benedito Almeida Rocha, Presidente do Diretório do PSD de Cristalândia, na importância CR\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para ligação de uma ponte da BR-4 à cidade de Cristalândia. O Consórcio Rodoviário comprometeu-se de realizar a obra, com os recursos supra citado, tanto assim que incluiu a mesma no plano de obras a serem realizadas em Cristalândia.” Tal documento encontra-se depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Mimeografo.

²⁸³ Termo de celebração com diversos municípios compõe o acervo Mauro Borges. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

as CGP junto aos municípios, o que exigiu uma contínua e articulada negociação com os prefeitos. Um acordo bem definido foi o que procurou concretizar Irineu Borges, orientando a elaboração do termo do convênio a ser celebrado com os municípios, para regular as obras públicas de garantia das CGP, conforme as diretrizes emanadas pelo Plano MB. Pelo convênio o governo assumia o compromisso da infraestrutura, independentemente da vinculação partidária do prefeito. Com isso, a gestão *maurista* partilhava a responsabilidade dos investimentos e, de certa maneira, fortalecia a sua imagem, com presença ativa nas diversas etapas das obras públicas, dando a direção conforme seu interesse, determinando as normas que disciplinavam o repasse de recursos e os procedimentos para sua aplicação e controle, facilitando a realização das obras, sem dizer da *presença maurista* no terreno oposicionista, dividindo os feitos. Note-se, as obras de relevância para a população dos municípios, garantidoras das CGP, como ginásios de esporte, postos de saúde, estradas, escolas e creches, realizaram-se na sujeição ao comando do governo estadual, demonstrando, que se assim fosse, não haveria acesso aos recursos destinados aos bens e serviços públicos, obviamente, importantes capitais políticos. Para a opinião pública, provavelmente, a demonstração por parte da gestão *maurista* de impedir o mau uso do dinheiro público, de provocar o rompimento com o casuísmo de administrações anteriores ao vincularem o atendimento às necessidades a ingerências dos políticos.

As CGP propostas pelo Plano de Desenvolvimento Econômico exigiam um grande aporte de recursos, que o governador buscou garantir por meio de verbas federais, parceria com as prefeituras e capital externo, como, o Programa *Aliança para o Progresso*²⁸⁴

²⁸⁴ O estado de Goiás foi contemplado com verbas desse programa estadunidense “[...] a Embaixada (dos Estados Unidos enrolou, enrolou, mas por fim um belo dia soltou o dinheiro. Nós pegamos esse dinheiro da Aliança e Progresso e disparamos no setor de educação e saúde, para construir trem por aí a fora” (NASCIMENTO, 2009). A pesquisa documental identificou a presença do programa por meio do *Corpos da Paz e o Alimento para a Paz, com doação de leite em pó, óleo de soja, arroz*, além de construção de salas de aulas, conforme atesta o contrato celebrado com a gestão *maurista* e aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Resolução 1.119/1963,²⁸⁴ para construção de 528 salas de aulas em municípios goianos. Expressão disso, em Goiânia, o Grupo Escolar Presidente Kennedy (20/7/1964), localizado no setor Universitário, a sua inauguração contou com a presença do conselheiro Robert Dean, no ato representando o embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon. Na carta endereçada à Subcomissão Federal de Investigação, em 9/4/1964, na qual Mauro Borges expôs suas realizações à frente do governo de Goiás na tentativa de defender-se da acusação de envolvimento com o comunismo, uma das alegações apresentada pelo governador foi a parceria estabelecida com a Aliança para o Progresso, “[...] que possibilitou a inversão de Cr\$ 1. 300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros) no setor educacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico desta região do Brasil, num clima de paz e liberdade” (p. 3).

O governo de Goiás tentou empréstimo junto ao referido programa para execução da 2ª etapa da Usina de Cachoeira Dourada, mas foi negado, pelo fato de que as turbinas utilizadas na obra tinham sido adquiridas na Tcheco-Eslováquia, na *Cortina de Ferro*. Na lei americana havia proibição expressa para a situação. Ver: “EUA não financiam usina hidrelétrica. O embaixador Lincoln Gordon tentou enterceder junto as autoridades americanas em Washington, mas foi informado da impossibilidade de “criar um precedente”. *Jornal do*

e o Ponto IV.²⁸⁵ Ele buscou incessantemente assegurar recursos federais. O estado de Goiás mantinha, inclusive, um escritório de representação no Rio de Janeiro (Guanabara), sob o comando de Leone Teixeira de Vasconcelos, para captação de verbas necessárias às obras de infraestrutura, assim como outras ações proposta pelo Plano de Desenvolvimento Econômico. Mauro Borges implementou reformas que refletiam a fase de transição política pela qual passava o Estado de Goiás, oscilando entre a adoção de um modelo de ação mais centralizador e intervencionista, e outro que mantinha o modelo em vigor até então.

Como visto, assim como outros governadores, Mauro Borges recebeu auxílios financeiros do governo estadunidense. Com o gradativo desgaste das relações dos Estados Unidos com o governo brasileiro, a embaixada estadunidense passou a firmar acordos apenas com os governadores identificados pelo embaixador Lincoln Gordon como *ilhas de sanidade administrativa*. O encarregado das negociações dos convênios era o Secretário de Planejamento e Coordenação, Irineu Borges do Nascimento.²⁸⁶ A demora na

Comércio, edição 9 nov. 1962. Rio de Janeiro. Fundo Mauro Borges do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

²⁸⁵ Programa estadunidense de cooperação técnica (International Cooperation Administration Untration-ICA/ United States Agency for International Development-Usaid) com concessões de bolsas de estudo nos Estados Unidos direcionado para os países terceiro mundistas. O convênio propunha a modernização do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) com criação de um sistema nacional de arquivo e identificação com vistas a facilitar o trabalho de coordenação de repressão ao comunismo bem como de criminosos comuns; financiamento e treinamento de forças de segurança, tanto militares como policiais; equipamentos. A medida facilitava a articulação do DFSP com as polícias estaduais também contempladas no convênio, com repasse de equipamentos. Consultar: Motta, Rodrigo Patto Sá. *Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira*. Revista Brasileira de História. vol. 30, n. 59 São Paulo, Junho 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882010000100012>> Acesso em 12 dez. 2014

O Governador Mauro Borges assinou convênio com o Ponto IV por meio do representante no Brasil Frank A. Jessup que esteve em Goiânia no dia 26 set 1962. O convênio garantia o repasse de equipamentos para polícia técnica, telecomunicações, trânsito, transporte, ajuda técnica e bolsas de estudos nos Estados Unidos para especialização de policiais.

Todavia, para Leonel Brizola (à época governador do RS/1959 – 1963), tal convênio tratou-se de troca de interesses, ao assegurar o aparelhamento das polícias estaduais em troca dos fichários existentes no Departamento de Ordem Política Social (DOPS), conforme divulgou o Diário do Oeste, edição de 28.07.1960. Sobre este assunto, Ponto IV, o jornal Cinco de Março, edição do dia 29.7.1963, trouxe como manchete da capa: “*Mauro negociou povo goiano com o Ponto IV e recusa-se a acatar a patriótica medida presidencial*”. Pela referida matéria, o governador de Goiás recusava-se a cumprir a determinação de Jango, que “proibiu estados e municípios de negociar empréstimos diretamente com países e organizações, como a *Aliança Para o Progresso*”. Outra questão levantada pelo jornal apontava Mauro Borges “como denunciador ao Ponto, do movimento que estudantes e camponeses faziam em Dianópolis contra grileiros”. Além da entrega por parte do governador ao Ponto, da “lista de pessoas que se inscreveram ao seu lado na luta pela Legalidade, por ocasião da deposição do senhor Jânio Quadros”. Fundo Mauro Borges Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

²⁸⁶ Para captação de verbas destinadas às obras, o governo de Goiás via Secretaria de Planejamento, contratou assessoria técnica para elaboração dos projetos técnico-econômicos: “mandei esses projetos, em português e inglês, para a embaixada norte-americana. Depois de um certo tempo, fui chamado pelo Ministério da Fazenda, ao Rio de Janeiro, para discutir os projetos com o representante da Aliança para o Progresso. Antes, o Lincoln Gordon – embaixador norte-americano – tinha vindo a Goiás e assinado o convênio da Aliança para o Progresso no Palácio do Governo. Neste dia, o governador me designou coordenador e o embaixador Lincoln Gordon

operacionalização e liberação dos recursos da *Aliança para o Progresso* frustrava o governador, pressionado diante dos compromissos eleitorais assumidos:

Não posso crer que um povo como o americano, um dos povos líderes da terra, organizados, atuantes e, sobretudo, objetivos, tenha inventado uma campanha dessa natureza sem a idéia de levá-la a bom termo. Isso seria inadmissível. Mas a verdade é que a Aliança até agora está completamente fracassada, e já conta com dois anos de vida [...] eram vários órgãos que prestavam assistência no mundo que foram reunidos e integrados em um só. Eles têm dificuldades administrativas, tem dificuldades em dar colaboração financeira, pois o povo reage, acha que essa posição de independência e semi-independência que muitos países estão tomando são incômodas e não merecem, portanto, solidariedade. [...] Os elementos reacionários americanos que combatem o Presidente Kennedy acham que é dinheiro jogado fora. O presidente tem interesse em nos ajudar é um homem progressista, mas os mais reacionários procuram obstaculizá-lo (GOIÁS, 27.12.1962, p. 3).

Talvez com maior isenção, sem que isso representasse menor compromisso, durante reunião do governador com os gestores, o médico Hugo Alexandre Alves da Costa,²⁸⁷ Diretor do Departamento Hospitalar da Secretaria Estadual da Saúde, expunha sua desconfiança quanto ao alcance das medidas propostas pela *Aliança para o Progresso*, que, de certa maneira, ia na contramão daquilo colocado pelo governador anteriormente:

Em 1962, Estados Unidos e a Alemanha Ocidental gastaram em armamentos, US\$ 67.000.000.000(sessenta e sete bilhões). A intenção aqui não é abordar [...] as causas desse armamento, mas demonstrar a quantidade que eles investiram, e fazer uma comparação com o montante financeiro que o Programa Aliança Para o Progresso destina para América Latina em 10anos, US\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de dólares) [...] como podemos acreditar nela (Aliança para o Progresso), ou pelo menos na sua sinceridade? [...] Se num ano eles gastam essa quantia e destinam uma bem inferior para a América Latina em 10 anos, não é possível acreditar na sua sinceridade, principalmente porque ela contraria frontalmente essa tese de desenvolvimento que gera saúde [...] vai contra isso, parte do princípio oposto de que a assistência social é que vai gerar o progresso, e não o progresso que proporciona a saúde (GOIÁS, 16.4.1963, p.53).

É, foi bem assim. No fim da década de 1960, o governo estadunidense voltou sua atenção e seus investimentos internacionais para a guerra do Vietnã, e os recursos para a *Aliança para o Progresso* foram sendo radicalmente reduzidos, sobretudo após 1966. Além disso, a maioria dos países do continente latino não cumpriu o acordo de investimentos que assinara em 1961. Goiás assegurou o recebimento de verbas da *Aliança para o Progresso*, não como esperava, garantiu inúmeras salas de aulas espalhadas pelo estado, alguns postos de saúde. Como afirmado anteriormente, Irineu Borges foi o homem de Goiás junto ao programa. Não só deste. De outros, ele também tratou de organizar os procedimentos técnicos

designou outra pessoa [o entrevistado não recordou o nome] de sua confiança para ser coordenador norte-americano pela Aliança” (Nascimento, 2009).

²⁸⁷ Um dos quadros da esquerda atuando no governo MB. Acusado de comunista, com o Golpe civil militar foi exonerado pelo governo estadual dentro do processo de expurgo (ver Capítulo I). Com isso, o caso foi remetido ao IPM, por ter sido demitido antes do julgamento.

e o cumprimento da ordem legal, de fazer os ajustes necessários para a execução do Plano MB. Esmerava em difundir a noção de racionalidade e planejamento assumida pela gestão *maurista*. Em relação aos convênios e às obras, em entrevista à autora, afirmou Irineu Borges.²⁸⁸

O plano de governo tinha um tanto destinado a cada coisa, os prefeitos vinham pedia obra para as prefeituras. Se estiver dentro do Plano de Governo, a gente fazia um convênio com eles. Nós fizemos convenio com todos os municípios do estado, com exceção de um, assinado com o convênio com obra de acordo com o Plano de Governo prefeitos vinha pedir um ginásio para uma cidade de cinco, seis mil habitantes querendo um ginásio. Prefeito sua cidade não comporta, prefeito aqui no Plano de Governo é fazer salas de aula, mas na sua cidade quase não temos nem grupo escolar, vinha aqui querendo hospital. Prefeito seu município não comporta, não tem médico, nem enfermeira nem nada, como que o senhor quer colocar um hospital lá. Tem que por um posto de saúde, convencia o prefeito. Outros diziam, quero era uma estrada daqui pra li e coisa e tal, justificava, tudo bem. O prefeito recolhia os impostos que o contribuinte pagava, era a fonte de renda dele. Ele então vinha e pedia suas obras, quando extrapolava o valor a gente fazia um contrato com ele. Está certo você quer que faça lá uma ponte? Uma estradinha vicinal? Pois bem, essa estradinha vicinal e a ponte custam três milhões. Você tem o dinheiro? Não, não tenho, eu tenho 1.500. Bom, então você entra com 1.500. Seu deputado pode colocar verba no seu orçamento pra você, para aquela coisa. Então nós vamos nos incumbir de receber essa verba, que o deputado pôs e juntar com o nosso, o deputado federal fazia a mesma coisa no orçamento da união, a gente recolhia o dinheiro da União, do deputado federal, deputado estadual, do prefeito, do Plano de Governo, aí dava os três milhões para começar e acabar a estrada. [...] Eu argumentava e eles aceitavam, e nós fomos e assinamos o convênio com todos os prefeitos, exceto um (2009).

O município que firmava convênio para garantia das CGP era designado acionista do Consórcio.²⁸⁹ Para aquele que não aderiu, o governador buscou encontrar alternativas para que o diretório e o deputado pessedista não ficassem *desamparados* dos dividendos políticos. Para tanto, era necessário “[...] entendimento do diretório e do deputado com o senhor governador [para] haver um programa mínimo de obras a ser executado no quinquênio”. O ataque à oposição vinha sutilmente, ao apontar que “[...] mais obras não se realizam”, não devido à falta de recurso financeiro, de capacidade do governo estadual, mas da “[...] resistência do prefeito em assinar o convênio com o estado”, alegava Mauro Borges (GOIÁS,

²⁸⁸ Sobre esses convênios, Irineu Borges relatou que “O único município que não celebrou convênio foi Aporé. Ele não assinou o convenio porque era ignorante, sempre muito atrasado, eu dei o Termo de convênio pra ele ler. Ele começou a ler, reler, não falava nada. Sabe por que ? O documento/convênio estava de cabeça para baixo. Eu falei, estamos perdidos com que esse homem, não sabe nem ler. É, eu vou pensar. No outro dia ele voltou lá e disse: A minha prefeitura tem um déficit muito grande, os meus vereadores não reúnem, fica tudo lá pra fazendo, não tem jeito, eu não quero assinar o convenio então não assinou, mas o resto todos assinaram, em todo o município do estado nós fizemos obra, dentro do Plano de Governo. O Plano de Governo não saía de cima da minha mesa. O prefeito pedia, eu consultava se estava dentro do Plano de Governo, se não estava, se era exorbitante, a gente convencia ele de que devia fazer coisa menor, em vez de um ginásio, um grupo escolar, em vez de um hospital um posto de saúde, a gente convencia o prefeito de que era racional, fazia aquilo para ser utilizado não era fazer só para exibir, “Ah eu fiz um ginásio”.

²⁸⁹ Consórcio Rodoviário Intermunicipal (Crisa). Tratou-se de um fundo de reservas financeiras para viabilizar as obras de infraestrutura (estradas e pontes). Outras obras ficaram sob execução da Superintendência de Planejamento (SUPLAN), vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação.

11.6.1963, p. 5). E, em uma hábil manobra, o governador demarcava o território naqueles municípios

[...] cujos prefeitos são oposicionistas, compete ao diretório e ao deputado tornar de conhecimento geral que determinadas obras são executadas pelo estado, isto através de faixas, volantes, alto-falantes e amplificadores locais, placas junto à obra ou qualquer outros meios de divulgação, que inclusive o diretório e o deputado, deverão fornecer elementos de divulgação ao Cerne, para a devida propaganda (GOIÁS, 11.6.1963, p. 4).

Em Goiás, com estrutura partidária favorável, o PSD encontrava-se melhor situado que a oposição, uma vez que o governo havia assegurado maioria na Assembleia Legislativa. Sobre isso, em reunião com os gestores, o governador engrandeceu a “vitória estrondosa” do PSD no pleito de 1962, ao eleger mais da metade dos deputados estaduais e federais, e a conquista inédita de três vagas no senado,²⁹⁰ e louvou a postura do seu governo “[...] inclusive a máquina governamental ficou totalmente afastada do pleito ao ponto de até as oposições em Goiás terem verificado isso, provando, assim, que seguimos o melhor caminho” (GOIÁS, 7.11.1962, p. 2).²⁹¹ Contudo não deixou de alfinetar o governo federal, condenando a ação do Banco do Brasil,²⁹² que agiu de “[...] maneira escandalosa, de uma maneira nunca vista anteriormente”. Sem modéstia, dispara: “Por isso, congratulamo-nos com a posição do nosso governo durante o período eleitoral” (GOIÁS, 7.11.1962, p. 2), negando qualquer utilização da máquina pública em favor dos candidatos pessedistas. Não foi bem assim, talvez não de forma tão ostensiva. Naquele momento já ocorria o distanciamento entre o governador e o presidente Jango, por razões já mencionadas anteriormente aqui. Diz Rabelo (2009) que a ruptura com o PTB se deu formalmente em 1963 embora, com indícios nas eleições de 1962.

A maioria na Assembléia, todavia, não garantiu serenidade ao governo, alvo de frequentes ataques da oposição. As críticas contrárias as reformas às operadas no estado em decorrência do I Plano de Desenvolvimento Econômico, da política agrária posta em marcha, da criação do Cerne, da promoção da comunização do governo, da prática do nepotismo, tornaram-se rotineiras. Mauro Borges enfrentou crises mesmo dentro do próprio partido, o PSD. O discurso crítico contra o clientelismo, a politicagem, o pistolão, incomodava os

²⁹⁰ Senadores eleitos: José Feliciano Ferreira, Juscelino Kubitschek de Oliveira e Pedro Ludovico Teixeira.

²⁹¹ Nessa reunião participaram: Governador Mauro Borges, Irineu Borges do Nascimento (Secretário de Planejamento) Deputado Clotário de Freitas, (presidente da AL), Deputado Nelson Siqueira (líder da maioria); Erides Guimarães (SETAS), Francisco Durval Veiga (Departamento da Fazenda), Fuad Rassi (DETELGO), Rivadávia Xavier Nunes (Sec. Segurança Pública), Padre Ruy (Sec. de Educação), coronel Bezzi (DERGO); José Abdalla (Secretário da Fazenda), Cleomar de Barros Loiola (Procurador Geral de Justiça), Irade Pacheco (Fundação Estadual de Esporte), Fernando Cunha Júnior (CERNE). Fundo Mauro Borges Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

²⁹² Na ocasião, o goiano Múcio Teixeira, filiado ao PTB, respondia pela Diretoria da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, cargo que ocupou entre setembro de 1961 e junho de 1963.

correligionários, situacionistas de outros partidos, adeptos da política tradicional. Esse tipo de mudança tinha um custo, e o governo, para avançar com as reformas, teve, sim, de negociar e barganhar com a bancada pessedista. O governador cedeu, conforme seu próprio depoimento:

[...] mediante requerimento devidamente documentado, o senhor governador atenderá a um pedido de concessão de *pensão de mercê*,²⁹³ que tenha o apoio de cada deputado, que pelo sistema ora estabelecido, ficam assegurados o incremento de prestígio político do deputado, junto às suas bases (GOIÁS, 11.6.1963, p. 5).

A questão da pensão de mercê parece não ter sido bem equacionada. Os documentos expunham, acima de qualquer dúvida, que o tema foi discutido em mais de uma reunião, em 1963. A controvérsia estava na quantidade de agraciados para receber a benesse e na responsabilidade pela indicação. É necessário mencionar a gravidade da situação naquela conjuntura, nas palavras do próprio governador (GOIÁS, 13.8.1963, p.2):

A situação [de Goiás] é grave: no ano passado gastamos 2,5 bilhões com pessoal e este ano vamos gastar 7 bilhões, e a renda não teve triplicação, pois ela teve, no máximo, 100% de aumento. Então, tudo aquilo que os deputados vierem me pedir para interferir no sentido de, por exemplo, acelerar um ginásio, um hospital, uma unidade sanitária, não posso, pois estou tolhido por causa dos recursos que estão saindo para pagar pessoal.

A situação não se distinguia do quadro nacional. Mais uma vez o governador não abria mão de suas posições: “[...] prudência, perseverança, espírito público e patriotismo, para que possamos dar nossa contribuição nacional, visando evitar que o Brasil tenha uma comoção que possa perturbar os seus destinos” (GOIÁS, 11.6.1963, p. 2). Lembrou que a reunião tinha como principal objetivo tratar de questões administrativas, contudo, o grave panorama político, econômico e social do país, com reflexos no estado, lhe permitia uma manifestação política. A fala do governador, em aberta oposição a Jango, já evidenciava o clima tenso em que o país vivia, impregnado pela atmosfera conspirativa,

[...] os agitadores, notadamente elementos comunistas, da linha dura do partido, estão em grandes atividades em todo o país, insuflando a perturbação da ordem, que é preciso por parte de todos, notadamente dos presentes e até mesmo dos vigários, uma campanha de esclarecimento do povo, para os perigos da hora presente, que a paz interna está por um fio, que, se eclodir uma revolução armada no país, muito difícil será a paz, senão depois de grandes sofrimentos (GOIÁS, 11.6.1963, p. 2).

Nessa linha de argumentação, Mauro Borges torpedeava:

²⁹³ Refere-se a benefício a ser custeado pelo gestor público ao sujeito supostamente sem meios para garantir sua subsistência. Na prática, ainda presente, efetiva privilégio de ordem política ou pessoal, em sua maioria sem critérios para concessão, contrariando o respeito à cidadania e ao Estado de Democrático de Direito. Em Goiás, o Ministério Público em agosto de 2012, pronunciou em relação à prática adotada pela Prefeitura de Montividiu, que caracterizaria como pagamento de mercê. O MP recomendou que toda administração pública deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No seu entendimento, a administração deve voltar-se exclusivamente para o interesse público e não privado. O pagamento de mercê caracteriza ato de improbidade administrativa, com base na constituição de 1988. No Brasil, é de responsabilidade da Seguridade Social o pagamento de benefícios de caráter assistencial, nos termos da Lei 8.742/93 ou Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Na situação em que está infelizmente o governo federal não tem condições normais de dar andamento normal aos processos. Portanto só recebe quem luta por isso, quem agir energicamente [...] tem que haver pressão, senão não sai nada [...] insistindo em receber aquilo que nos é devido ou que está programado em nosso benefício (GOIÁS, 11.6.1963, p. 2-3)

O governador, que enchia o peito para dizer que dinheiro não era tudo, teve de refrear a postura. A escassez de recursos financeiros acabou ditando os rumos da negociação. Por medo de uma cisão no ninho do PSD, ele antecipava provável contrariedade por parte dos políticos pessedistas: “[...] sei que são justas [...] mas estou sem nenhum elemento [...] o meu desejo é que ele [o governo] pudesse continuar por um extraordinário dinamismo, por uma capacidade de realizar obra, o que seria a maior propaganda para o PSD”. Mauro Borges se fez de vítima para esquivar-se da pressão do seu *sustentáculo político*: “[...] não tenho dinheiro, não tenho recurso” (GOIÁS, 13.8.1963, p.3-5). Não deixou, porém, de favorecer e servir aos interesses do partido. Vê-se que o revés financeiro do estado não comprometia a concessão da pensão de mercê para distribuição, pelos pessedistas, aos seus apadrinhados, facilitada pelo acesso ao poder estadual. Para o deputado estadual pessedista Nigel Guido Spenciere, presente à reunião, parecia adequado resolver essa questão, delegando-se aos diretórios,

[...] o direito de indicar ao deputado os dois casos por ano que o diretório achasse mais interessante no seu município. [...] Portanto [...] faria a seleção dos casos que mais interessassem à política local e à pessoa mais necessitada e mandaria a verificação para que o deputado apresentasse uma pensão especial na Assembleia, e o senhor [o governador] sancionaria (GOIÁS, 13.8.1963, p. 8).

Sabidamente, tal modelo teria melhores chances de “[...] evitar que nós os deputados ficássemos com essa carga de pedido” e com o desgaste político daqueles excluídos, por isso, o crivo da indicação seria do diretório (GOIÁS, 13.8.1963, p.3-5), ponderava o deputado Nigel Guido Spenciere. Nesse aspecto, o indício de favorecimento aos deputados legou aos pessedistas uma crítica por parte do governador: “[...] Quando derem uma ajuda a alguém, poderão ficar sem gratidão dele, e muito mais certo ainda que [...] terão sempre a hostilidade daqueles que não receberam [...] não merecerão a admiração por parte dos que recebem” (GOIÁS, 11.6.1963, p. 9). Porém, uma vez mais a balança pendeu para o lado da política tradicional, com os pessedistas dispondo de recursos para distribuir. Os recursos reforçavam o modo como o processo de negociação acontecia, o governo lançando mão deles para atenuar os arroubos clientelistas. Não é difícil supor que o preço da negociação era alto para Mauro Borges, afinal, o apoio dos pessedistas era necessário, entretanto, necessário era preservar a postura do governador, supostamente avesso aos rompantes fisiologistas.

Outra demanda vinha em acréscimo, ilustrando quão grande era o raio de ação dos deputados estaduais pessedistas. Conforme registrado em ata, o acordo estabeleceu:

[...] dentro do funcionalismo público, o Poder Executivo não poderá abrir mão do critério moralizador dos concursos para provimento de cargos, que, para cargos mais humildes, para cujo preenchimento exige-se testes,²⁹⁴ a aprovação nos mesmos não importará em classificação por notas obtidas, devendo a nomeação recair em pessoa aprovada, para o interior do estado indicada pelo diretório, sendo portador o deputado da região, que, em igualdade de condição, a preferência da nomeação se vinculará ao critério político-partidário, que será dada recomendação aos órgãos da administração para acolherem com mais presteza e dentro do possível os pedidos políticos dos deputados, mormente quando secundados pelos diretórios dos quais são porta-vozes em Goiânia; que a exigência de concurso para provimento de cargos públicos aliviou a pressão que sofriam os deputados com pedidos de empregos; que será centralizado, doravante, nas mãos do senhor governador o problema de preenchimento de cargos, mesmo nos departamentos autônomos, autarquias, sociedade de economia mista, fundações, o que possibilitará ao governo atender aos pedidos políticos de nomeações; os nomes dos interessados deverão ser encaminhados ao senhor governador diretamente, que, à medida das necessidades dos diferentes órgãos, os interessados serão convocados, para serem submetidos a teste de aptidão para a função, que, doravante, a admissão, a qualquer título, de pessoal nos diferentes órgãos da administração estadual dependerá de prévia autorização ou indicação do senhor governador, que, para maior possibilidade de atendimento político, quanto às nomeações, o senhor governador organizará, em Palácio, um serviço adequado, uma espécie de banco de pedidos, que, entretanto, certos testes são sempre necessários para que sejam atendidas condições mínimas de nomeações, pelo menos (GOIÁS, 11.6.1963, p. 11-12).

O provimento de cargos dentro daquela, foi um dos pontos que permearam as negociações²⁹⁵ entre o governador e a cúpula pessedista. Dando mostras de que os parlamentares não perderam a oportunidade de usar suas influências para conservar as práticas clientelistas, loteando os cargos, na esfera estadual, com suas indicações. Nesse sentido, a ação parlamentar no plenário, na tribuna, nas comissões era um desdobramento da decisão pautada pelos acordos do Palácio das Esmeraldas. Em grande medida, tudo correu como o planejado, inclusive para Mauro Borges, sempre na defesa de “[...] um entrosamento mais íntimo do Executivo com o Legislativo, a fim de que se tenha um conceito mais amplo do governo” (GOIÁS, 27.12.1962, p.1), com o propósito de “[...] contribuir para que o governo, sob a liderança do governador chegue a bom termo”. Por demais, “[...] esse

²⁹⁴ Por meio do memorando datado de 21.2.1964, encaminhado pela Divisão de Ensino Primário da Secretaria Estadual de Educação ao Secretário de Governo Ary Demóstenes de Almeida, o senhor Barbosa informava que Benedita Albertina de Carvalho, candidata à vaga de professora, indicada pelo deputado José Porfírio (PTB) foi reprovada no teste, obteve em português a nota 1,7 matemática, 2,1, média final 1,9. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

²⁹⁵ Os deputados Antonio Balestra e Jayme Florentino de Farias (PSD/1963-1967), ambos do PSD em 2.9.1964, por meio de *Memorandum* encaminhado ao Secretário de Interior e Justiça informando os direitos a eles assegurados, indicar o tabelião do primeiro ofício, os porteiros do auditório e o coletor estadual para o município de Couto Magalhães. No mesmo documento constava a demanda apresentada pelo deputado de indicar suplente de juiz municipal, sub-promotor de justiça, prefeito do referido município. O documento constava: “com despacho do secretário de governo - pasta dos deputados”. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

entendimento direto aqui evita que eu tenha que vetar todos os projetos, pois não quero fazer tudo de errado que a oposição faz, quer dizer, repetir o erro” (GOIÁS, 13.8. 1963, p.9), redimia-se Mauro Borges.

Dessa feita, tomando como pano de fundo o interesse público, lavrava-se a negociação que garantia aos pessedistas o acesso a determinados privilégios. Supõe-se isso sim, que estava o favoritismo erigido, então, em uma prática institucional repudiada por Mauro Borges publicamente: “[...] a política tradicional de clientela, à custa dos cofres públicos, esta superada” (GOIÁS, 11.6.1963, p. 5). Porém, aceitava de fato. Se, para o governador, o essencial era que o princípio da meritocracia tivesse se consolidado como *modus operandi* em sua gestão, conforme estabelecido no Plano MB, na prática tornou-se em flagrante descumprimento. Mauro Borges, não raro, viu-se envolto em circunstâncias em que, mesmo havendo diretrizes claras, estas eram, quando não ignoradas, simplesmente desrespeitadas por quem deveria cumpri-las.

De mais a mais, alguns sinais eram emitidos pelo próprio governador, dando a entender estar disposto a buscar uma saída negociada que colocasse do mesmo lado os dois poderes; uma saída capaz de garantir a implementação do governo planejado, com suas diretrizes e prioridades. Sem deixar, porém, de insurgir-se contra iniciativas que pudessem atropelar os cofres públicos, como a pensão de mercê. Basta dizer que, para o governador, o essencial era a “[...] manutenção das linhas mestras do governo planejado e o predomínio do interesse público na administração do estado” (GOIÁS, 11.6.1963, p. 5). Com isso, ele poderia negociar ou aceitar situações que não ferissem o interesse do estado. Todavia, é essa contradição entre a retórica e a prática que possibilita identificar em Mauro Borges o esforço de impedir qualquer impasse político contrário aos imperativos maiores do estado de Goiás. Ele chamava para si as decisões, que eram tomadas muitas vezes levando-se em conta os contatos pessoais, e, de certa maneira recrudescendo, a barganha político-eleitoral.

Há que levar em conta, ainda e sempre, o próprio interesse do partido e a existência de diferentes forças dentro do PSD, unindo “a esquerda da direita e a direita da esquerda”, como definiu Peixoto para Hippólito (1985, p. 45). Assim, acordo selado, o governador atendia as demandas dos correligionários pessedistas, mas condenava a forma tradicional de fazer política em Goiás, forma esta com a qual significativa parcela dos deputados pessedistas se identificava. Em depoimento, Mauro Borges tentou asseverar que não compactuava com os deputados pessedistas,

[...] pois devem saber que o favor pessoal não é mais importante que o favor coletivo. À medida que vocês se interessarem pela construção de um ginásio, uma

unidade sanitária, pode estar certos de que isso representará mais agrado perante o povo do que concederem pensões de mercê (GOIÁS, 11.6.1963, p. 5).

Com este discurso moralizador, o governador atacava pela frente, visando distanciar-se do posicionamento assumido pelos parlamentares e cobrar deles outro posicionamento: “[...] o deputado não é somente para apresentar projetos e mandar fazer isso ou aquilo, mas também estudar certos problemas sobre a máquina do estado. Será essa uma contribuição específica do legislativo” (GOIÁS, 11.6.1963, p. 17).

A essa altura a UDN, no campo oposicionista, atuava implacável. Aí era fogo cruzado. A todo momento confrontava o governo com ataques e denúncias, responsabilizando Mauro Borges pela ofensiva das ideias comunistas em Goiás. É bom lembrar, tal elemento foi decisivo para ele ser apeado do poder em 26.11.1964. O governador via nisso uma ameaça constante para o executivo. Talvez não por acaso, ele mantinha sempre alerta: “[...] quando alguém ler nos jornais, ou ouvir dizer que um deputado da oposição falou de um órgão ou de seu chefe, procure dar-nos imediatamente as informações, através mesmo de telefonema ou uma pequena nota” (GOIÁS, 25.6.1963, p.14). O governador e a oposição enfrentaram-se pelas páginas dos jornais de Goiás, a disputa envolvendo a casa legislativa; como por exemplo, requerimentos apresentados pelos deputados estaduais, com pedido de informações sobre o andamento da gestão, tiravam o governador do prumo; e ele reagia com destemperança:

[...] estão ultrapassando as raia das normas, causando verdadeiro embaraço à administração [...]. Parece que são feitos com desejo de obstrução [...] não há mérito nenhum [...] se desejam fazer um inquérito parlamentar, então que o peçam e façam [...] não podemos permitir interferências indébitas do Legislativo no executivo (GOIÁS, 21.6. 1963, p. 3).

Outra demanda discutida e bastante questionada pelo governador, dizia respeito à proposta da bancada de oposição de visitar, sem aviso prévio, secretarias, autarquias, sociedades de economia mista estaduais. Demonstrando indignação e revolta, Mauro Borges explicava que não era contra a visita, mas essa não se

[...] reveste de formalidades legais e pode provocar atritos ou quebra da harmonia dos poderes [...] isso cria uma situação incompatível com a independência e a harmonia dos poderes [...], portanto, quero que não aceitem visitas compulsórias. Fechem as portas e aguardem que o governador autorize ou formalize o convite, pois não é este um processo harmônico, mesmo que seja em caráter de inspeção (GOIÁS, 25.6.1963, p.10).

Mauro Borges se movimentava nesse jogo político, transitando do rigor técnico ao “jeitinho” brasileiro, da retórica pomposa – “[...] como é bom poder trabalhar sem obstáculos

[...] valorizando os nossos companheiros, mas tratando a oposição com equidade, com justiça, com respeito” (GOIÁS, 18.5.1962, p.4) –, até as críticas acidas, direcionadas aos adversários,

Os senhores devem ter percebido que estamos diante de uma oposição de tipo diferente, uma oposição que foge às normas democráticas, pois a índole do regime democrático diz que a oposição deve ser uma peça para evitar que o governo erre que o governo possa atender o mais possível ao interesse público. Agora, estamos diante de uma oposição que, com raras exceções, está disposta a impedir que o governo, a torpedear, a criar uma série de obstáculos e a retardar a ação administrativa. Isto está visível nos propósitos da oposição. Isso não é justo [...] que uma pessoa ganhe dinheiro do governo, dinheiro do povo, para ser representante desse mesmo povo e traia os interesses do próprio povo, impedindo que o povo tenha os benefícios que o governo lhe quer dar. É uma posição altamente de traição e antidemocrática (GOIÁS, 11.6.1963, p. 7).

A pauta das reuniões tinha como foco privilegiado os problemas que atingiam os deputados pessedistas, não restritos a assembleia, mas envolvia outras questões. Prova disso foi a reclamação e o apelo feito,²⁹⁶ relativos à malquerença de alguns órgãos estaduais: “Governador, já verificamos que a oposição tem mais franquia em outras repartições, secretarias, do que os próprios deputados do PSD, e é uma coisa que o senhor precisa tomar enérgicas providências” (GOIÁS, 11.6.1963, p. 7). O privilégio consistia no suposto favorecimento à oposição por alguns órgãos públicos estaduais, facilitando o acesso aos dados ou serviços a eles inerentes. O problema em relação às informações não era impedi-las de circular, mas o uso que delas se fazia. O governador, em tom áspero, refilou:

[...] não é um problema de energia e sim de identificá-los, pois isso deve ser feito em segredo, extra-oficialmente, oficiosamente. Se vocês puderem nos ajudar a identificar quem está fornecendo esses dados, será uma grande colaboração para o governo. Vou recomendar aos secretários que façam investigações para descobrir os fornecedores de dados às oposições (GOIÁS, 11.6.1963, p. 7).

Em tal contexto, os acontecimentos relacionados ao governo envolvendo a oposição serviam de instrumento de pressão por parte dos pessedistas. Eles esperneavam por tudo. Os da ala tradicional se mostravam incomodados diante do modelo de gestão introduzido por Mauro Borges, pela possibilidade de minar as interferências do PSD. Na medida em que essas colocações são reiteradas, elas expõem as dificuldades experimentadas pelo governador na prática institucional. A tensão advinda não somente da oposição, mas do *sustentáculo político*, dos gestores e dos próprios trabalhadores, exigia dele constantes negociações com vistas a pacificar os conflitos, desgastando bastante o governo. Isso fica muito evidente nas atas examinadas. Por reiteradas vezes esteve presente nas pautas de discussões, com Mauro Borges cobrando dos gestores conhecer para entender e difundir a

²⁹⁶ No caderno de Ata, reunião realizada no dia 13.8.1963, p. 7, entre o governador e o PSD, não constava o nome do autor da afirmação. Certamente de um deputado pessedista. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

essência da política adotada, os desdobramentos, usar a informação como esclarecimento, como prestação de contas, afirmação e mobilização da opinião pública em favor das mudanças propostas. Foi notória a falta de sintonia dentro do próprio governo, amplificada pela ausência de comunicação entre todos – gestores, trabalhadores, deputados aliados, a ponto de Nelson Siqueira,²⁹⁷ deputado pessedista, cobrar providências do governo, no sentido de impedir pressão por derrubada de veto, advinda da própria gestão, sobretudo, em período eleitoral:

[...] é natural que os deputados têm maior disposição para derrubar vetos. [...]. A pressão é grande por parte do funcionalismo, que utiliza material oficial para encaminhar correspondência fazendo pressão. A situação é bem delicada, pois o governador veta determinado projeto e dentro de um órgão da administração estadual surge campanha pela derrubada do veto. [é aconselhável] aos gestores esclarecer junto aos funcionários o constrangimento de [...] campanha quase oficial pela derrubada de vetos (GOIÁS, 12.6.1962, p. 16 -17).

Mauro Borges cobrava maior interlocução dos gestores junto aos deputados, prestando contas das ações postas em marcha, de modo a possibilitar aos parlamentares o acompanhamento do dia-a-dia da gestão *maurista*. Em outra circunstância, o governador via, no comparecimento do secretário ou dirigente de autarquia, sociedade de economia mista à Assembleia Legislativa, por iniciativa dos deputados, uma eficaz estratégia de publicidade. Fornecendo subsídios aos parlamentares para a defesa do governo, rebatiam as críticas dos opositores, que o acusavam de mais propaganda e menos realizações. Por isso mesmo, deveria ser ponto central a boa interlocução da gestão com a Assembleia Legislativa, sobretudo com a maioria. As coisas, no entanto, não marcharam como previsto.

A solução para tais problemas foi discutida na reunião realizada em 11 de junho de 1963,²⁹⁸ no Palácio das Esmeraldas, convocada por Mauro Borges, com participação de gestores e deputados da base aliada. Como encaminhamento, definiu-se a presença de um funcionário junto a Assembleia Legislativa, para acompanhar todos os projetos do executivo estadual em tramitação naquela casa de lei, além de outras matérias de seu interesse, para, em

²⁹⁷ Formado em direito, diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG). Deputado estadual, membro da Ala moça do PSD, 4ª legislatura (1959-1963), líder do partido entre 1961-62. Em 1963 foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), tendo ocupado a presidência. Em 1987, após se aposentar do TCE, ocupou cargos nas administrações de Iris Rezende e Maguito Vilela, ambos do PMDB. Em 1957, dirigiu o “Diário da Tarde”, jornal diário em Goiânia; o vespertino foi um porta-voz pessedista. Um de seus redatores principais foi Eli Brasiliense. O jornal circulou menos de dois anos.

²⁹⁸ Governador Mauro Borges; Senador Pedro Ludovico Teixeira (presidente do diretório Regional do PSD); secretários Ary Demosthenes de Almeida e Wison da Paixão, Deputados Almir Turisco (Presidente da Assembléia Legislativa), Íris Rezende (líder do partido), Vespasiano C. Ferreira; Nigel Guido Spenciere; Clotário de Freitas; José Teodoro Reis, Anapolino de Faria, Francisco Maranhão Japiassú, João Abrhã, Edison M. Godoy, José Brito Miranda, Adailton de Oliveira Moraes, Eliezer José Pena, Jaime Farias, Antonio Magalhães, José Barbosa dos Reis, José Sebba, Luciano Carvalho, doutor Ewerton de Castro, Mário Roriz, José Jayme, Walteno Cunha Barbosa, Domingos Mendes e Luziano de Carvalho.

seguida, prestar contas ao secretário de Governo Ary Demóstenes.²⁹⁹ Tudo visando aparar as arestas e assegurar respaldo político ao governador, para levar adiante o Plano MB, cumprindo assim, o compromisso de campanha com a massa que o elegera.

As medidas adotadas por ele colocavam em destaque os pessedistas. Tanto assim que, na Ordem de Serviço nº 404 A, de 1º de agosto de 1963, encaminhada aos gestores, publicizava ao acordo celebrado em reunião entre o chefe do executivo goiano e a bancada pessedista com assento na Assembleia Legislativa, recomendando a seguinte conduta:

[...] - os senhores deputados, que o quiserem, poderão credenciar pessoas de sua confiança, para acompanhar correligionários do interior, que precisam tratar de assuntos vários em repartições estaduais, autarquias, sociedade de economia mista.
- que tal expediente se fará no horário vespertino apenas;
- que, a juízo, dos chefes de gabinete de cada órgão, e somente em casos especiais, deverá o elemento credenciado entender-se com o secretário ou chefe do órgão;
- Ficou ainda resolvido que os senhores deputados do partido gozarão de todas as franquias para audiências com secretários ou chefes de repartições. Peço-lhe adotar estas normas de serviço, doravante, objetivando maior eficiência da administração, melhor entrosamento com as bases partidárias e manutenção da cordialidade e harmonia existentes entre o governo e a bancada do PSD.

Supõe-se isso sim, que com a atitude, o governador respondia às pressões da base aliada. A máquina pública vai, assim, reforçando o modelo doméstico de relações sociais, com predomínio das vontades particulares sobre as ordenações impessoais do universalismo de procedimentos. Desse modo, o que se observava era a preservação de práticas personalistas, que negligenciavam a profissionalização da administração. A cada desafio, inerente à própria dinâmica proposta pela gestão *maurista*, buscava-se uma alternativa que, de certa forma, burlava as determinações, e, conseqüentemente, protelava a espinhosa tarefa de reorganizar a máquina pública.

A pressão não se restringia à Assembleia Legislativa. Mesmo no interior do PSD, eram ferrenhas as disputas entre grupos por mais espaço, prestígio e poder.³⁰⁰ Infindável a competição eleitoral dentro do partido. Em correspondência encaminhada no dia 23 de março de 1962 ao governador de Goiás, os deputados federais da bancada do PSD de Goiás, Anísio de Alcântara Rocha, Armando de Miranda Storni³⁰¹ e Benedito Vaz reconheciam não ser ela mesma numerosa, todavia, “perfeitamente integrada nos altos desígnios do seu governo”,

²⁹⁹ No dia 22.1.1964, Ary Demóstenes encaminhou aos secretários e diretores de autarquias memorando de comunicação sobre a decisão em relação à Assembleia Legislativa.

³⁰⁰ A título de ilustração: em correspondência endereçada ao governador Mauro Borges, em 12 de agosto de 1.963, o deputado José Peixoto da Silveira apresentava proposta de pacificação de grupos políticos pessedistas, envolvendo Nelson de Castro Ribeiro e Clotário de Freitas e o município de Jaraguá. A pacificação envolvia acordos políticos para ocupação de cargos, apoio à administração e composição do diretório municipal. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

³⁰¹ Primeiro suplente assumiu com a renúncia de Mauro Borges para candidatar-se ao governo estadual nas eleições de 1960.

ressaltando a profícua parceria estabelecida para apoio ao Plano MB, de maneira “[...] mais evidente a partir da votação do orçamento da União para o próximo exercício financeiro”. Todavia, assumindo o verdadeiro propósito da correspondência, em busca de vantagens pessoais, verbalizaram a insatisfação com o que consideraram uma provocação em relação ao pleito de 1962:

[...] a concorrência desleal de candidatos que, por pertencerem à área do executivo, dispõem de mãos cheias de favores que de resto distribuem coincidentemente em colégios eleitorais dos atuais deputados federais. Estes, dada a inequívoca inferioridade de armas, ausentes do estado, com as mãos distantes da máquina oficial, se sentem desprestigiados e minados em municípios que via de regra os apóiam, em condições normais de disputas (1961).

Ao tempo em que se queixavam, solicitavam do governador “[...] deixar as condições políticas de seus correligionários em pé de igualdade,” desejosos de ver a bancada federal pessedista ampliada em 1962, “sem, todavia, anormalidades de condições de disputas.” Nesse entendimento, os deputados federais reconheciam a importância política assumida pelos gestores e o prestígio que poderiam adquirir por meio dessa ligação mais direta com o executivo estadual, e dele receber benesses e facilidades para encarar uma disputa eleitoral. Por razões mais imediatas, desejavam ampliar seus poderes para, assim, ampliar seus campos de ação. O apelo parece não ter encontrado respaldo junto do governador, que ele tentava minimizar a situação, atribuindo a “ciumada” da bancada federal “com o secretário Ary Demóstenes, por causa da suas aspirações a governador”,³⁰² no pleito de 1965.³⁰³

Embora as conjunturas nacional e local assinalassem uma renovação do partido, em curso desde meados de 1950, a agremiação, sempre de mãos dadas com o poder, com grande capitalização no país e significativa presença no meio rural, ostentava pessedistas

³⁰² Uma característica de Mauro Borges são os manuscritos produzidos por ele, com análise dos cenários políticos. Esse foi um deles, contendo oito (8) laudas, produzido em 12 de abril de 1964, na Fazenda Congonhas, de sua propriedade. Identificamos diversos manuscritos tratando de assuntos variados, relacionados à política estadual, nacional, de autoria do ex-governador. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

³⁰³ No dia 7 de novembro de 1963, deputados federais pessedistas goianos encaminharam correspondência a Pedro Ludovico Teixeira, Presidente do PSD de Goiás, externando a preocupação com “a sucessão estadual, que se decidirá nas eleições de 1965”. Com objetivo de “[...] manter a hegemonia política do PSD de Goiás [...] fundamental ao progresso do Estado e do bem estar do Povo Goiano [...] será manter nosso partido unido e coeso [...] Para isso, é fundamental que nosso candidato a sucessão seja escolhido entre aqueles pessedistas tradicionais [...] com relevantes serviços prestados ao partido e ao Estado, e que seja um dos velhos e leais companheiros do nosso eminente chefe, senador Pedro Ludovico Teixeira [...] que uma vez vitorioso, executará no governo o nosso programa, com os homens do PSD e com base nos Diretórios municipais do Partido”. Subscrevem o documento, Benedito Vaz, Anísio Rocha, José Freire, Geraldo de Pina, Celestino Filho, Peixoto da Silveira e Castro Costa. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

suscetíveis aos arroubos clientelistas. É necessário mencionar que esta não é uma condição restrita a segmentos do PSD, pode ser observada na ação política de membros de outros partidos. Atitude dos deputados federais pessedistas ao encaminhar a correspondência Mauro Borges expôs o sentimento de ameaça sentida diante da possibilidade de dividir as benesses que o partido ocupante do poder poderia desfrutar, as vantagens de aproximação com o governo, com maior poder de barganha na troca de favores e na ocupação de cargos importantes.

O governador, por seu lado, tentava sinalizar em outra direção: “[...] Nós somos políticos e estamos habituados, por força política, a fazer esses benefícios, porém, agora não podemos fazer nenhuma colaboração com essa força política que afeta o interesse público” (GOIÁS, 28.12.1961). Não se pode dizer que Mauro Borges foi dominado pelo partido e seus interesses, entretanto, garantiu prerrogativas aos correligionários o que exigia dele controle para que nada lhe escapasse. Assim, pela ordem dada, todos os requerimentos apresentados pelos deputados deveriam ser encaminhados diretamente ao governador “[...] para que eu possa tomar as medidas necessárias de advertir aqueles que atrasarem” (GOIÁS, 12.06.1962, p. 19) na prestação contas ao poder legislativo ou contrariarem as determinações do governador. O objetivo era claro, garantir a boa comunicação entre o executivo e o legislativo, por meio do trabalho de articulação, conduzido pelo próprio Mauro Borges, a fim de evitar qualquer desgaste que pudesse contrariar os interesses da gestão, sem esquecer do partido. De qualquer forma, a ideia básica de Mauro Borges para atingir sua meta era o entendimento entre todos, incluindo os contrários, pelo diálogo; e, caso necessário, a sustentação política passaria por concessões políticas.

4.3 UM CENÁRIO QUE EXIGIA MUDANÇAS

Mauro Borges, ao assumir o governo de Goiás em 31 de janeiro de 1961, lançou a ideia do planejamento como um instrumento de introdução da racionalidade na gestão, visando dar-lhe organicidade e eficiência. Com isso, entendeu o governo, priorizar problemas que a conjuntura apontava como de maior importância para a administração e que representavam verdadeiros desafios à administração obsoleta e paquidérmica, incapaz de dar condições, tanto ao funcionário, de prestar um serviço qualificado, quanto à administração, de corrigir os pontos de estrangulamento para atender às demandas da população. “[...] O serviço

público não é mais lugar onde se faz favor a ninguém. Não podemos mais contemporizar com isso” (GOIÁS, 28.12.1961, p. 3). Era o que almejava o governador de Goiás.

Ele queria prosseguir com definições claras, dizer a que veio. A reunião realizada no dia 28 de dezembro de 1961, com os gestores, tratou disso. Mauro Borges fez um balanço dos primeiros 11 meses da gestão, transformado nas “Diretrizes Governamentais”³⁰⁴ – tudo para “[...] corrigir, ou atenuar, os vícios e falhas tradicionais de que se ressentia o serviço público do estado”, conforme Nota Introdutória (p. 12). Mauro Borges era pragmático, vaidoso, definia-se como um homem de ação: “[...] se me tornasse um homem de detalhes, não faria nada, pois a multiplicidade de tarefas é muito grande e temos que ficar somente no aspecto inicial” (GOIÁS, 27.12.1962, p.1). Assim, nem cogitava o risco de alguma falha que viesse comprometer a execução do Plano MB, por isso, mostrava-se um tanto contrariado com os resultados. A valorização do processo racional estava presente na avaliação, empreendida com o objetivo de fortalecer o trabalho coletivo, a cooperação, a justiça, a disciplina e a responsabilidade de todos, gestores e funcionários estaduais.

Apesar de alguns programas e projetos estratégicos terem saído do papel, medidas adotadas não surtiram o efeito desejado, e o início do governo caracterizou-se pelo descontrole financeiro e gasto excessivo: “[...] Nós esperávamos obter recurso financeiro bem maior, mas, o caso é que o dinheiro faltou na execução das obras” (GOIÁS, 28.12.1961, p. 4). O governador assumia a falta de planejamento em determinada despesa, sobretudo, “a cobertura da execução do plano”, devido à

[...] suplementação de verbas de pessoal [...] de gente que estava fazendo pouca coisa [...] suplementou-se muita verba com a preocupação de gastar [...] quando, na realidade, é dessa verba que nós precisamos. Ela fez-nos falta [...] Podíamos ter feito desde o começo um gasto bem menor, poderíamos ter economizado uns 20% dessa verba. Portanto, solicito aos senhores para que faça uma correção o ano que vem (GOIÁS, 28.12.1961, p.4).

Ao preconizar que o governo deveria reunir *mãos fortes*, conclamava a todos para seguir uma “[...] Política de absoluta lisura nos gastos públicos” (GOIÁS, 28.12.1961, p.8).

A verdade é que o governo não contava, no curto prazo, com instrumentos para lidar com os problemas herdados da administração anterior, na quase totalidade dos órgãos, das companhias mistas; a administração “[...] não estava plena para a execução de sua tarefa,

³⁰⁴ A avaliação do governo foi transformada nas “Diretrizes Governamentais – 1961-1965”, distribuídas aos secretários, diretores de órgãos autônomos e de Sociedades de Economia Mista, “[...] para que se tenham bem presentes no cumprimento de suas responsabilidades”. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

desde datilografo até pessoal técnico [...] de nível médio, superior ou primário em todos os setores” (GOIÁS, 28.12.1961, p.3).

No plano retórico, a "fórmula" Mauro Borges, sugerida aos gestores, ao que tudo indica, viria propor uma saída para o dilema:

Falta de maior energia com funcionários relapsos. Está havendo uma tolerância excessiva para com esses funcionários [...] nós não temos mais tempo para isso, não podemos perder mais o nosso tempo com funcionários que não se enquadram nas normas de trabalho[...] O funcionário só honesto e não eficiente, não nos serve, e, o funcionário eficiente e não honesto, também não nos serve [...] Precisamos de funcionários honestos e eficientes” (GOIÁS, 28.12.1961, p.3).

Nessa ocasião, o governador desencadeou campanha no sentido de “[...] abolir o sentimentalismo, de dar emprego a quem não possa cumprir a tarefa a que está sujeito [...] Quem recebe do estado tem que trabalhar, e não ficar sem trabalhar e receber um dinheiro que o povo paga com sacrifício” (GOIÁS, 28.12.1961, p. 3).

Além disso, atacava a burocracia herdada: “[...] Foi uma verdadeira trança de processos para lá e para cá. Muitos funcionários põem processos nas gavetas e deixam. Isso ainda existe em muitos setores, e os funcionários ainda soltam os processos como se estivessem fazendo favor em despachá-los” (GOIÁS, p.4). Sem contar que “[...] As vezes um funcionário envia um caso errado para um setor, e esse setor, por sua vez, deixa lá parado, em vez de dar um telefonema para a repartição de onde veio e dizer que há algo errado, que precisa uma revisão”(GOIÁS, p. 6). Aliado a esse fator, a falta de órgãos para fiscalização administrativa:

[...] não existe administração sem fiscalização [...] em qualquer setor tem que haver uma pessoa que ficará encarregada dessa parte [...] é preciso acompanhar, e isso não se faz sem uma organização [...] constantemente eu recebo denúncias de que não está havendo fiscalização [...] muitas vezes nós não temos veículos para mandar alguém lá [...] é verdade que não podemos dar todos os meios fáceis para essas fiscalizações [...] muitos terão que utilizarem os recursos normais, como [...] ônibus ou outro meio qualquer (GOIÁS, 28.12.1961, p.5).

Assim, ao término do primeiro, nota-se que o governo ingressava no segundo ano decidido a exigir mais. Em parte, estimulava:

[...] há muitas coisas para secretários fazer, embora, não tenha saído da maneira que esperávamos [...] daqui a poucos dias vamos ver o que cada secretaria fará, para colaborar em cada um dos seus setores, e depois no campo da ação [...] Há longa margem de iniciativa, e eu desse erro me penitencio, pois, jamais tolhi a liberdade de ação das suas iniciativas (GOIÁS, 28.12.1961, p.6).

Em outro exemplo, dando conta da eficácia da prática institucional, refere-se aos embaraços,

Falta de ligação com o pessoal do Conselho foi um dos fatores de maiores erros. [...] foi preciso que o Dr. Irineu ficasse em cima das Secretarias, pois, muita coisa que

precisava ser remetida para o Planejamento, não o era [...] solicito a todos, o maior empenho na ligação com o Conselho, agora Secretaria do Planejamento para a tarefa de coordenação (GOIÁS, 28.12.1961, p. 3).

De um modo geral, os meses iniciais acentuaram aspectos que impactavam negativamente o dinamismo da gestão:

Na estruturação da SEVOP,³⁰⁵ em que pesem os esforços do secretário (Irineu Borges do Nascimento) pela execução do plano, não havia um órgão para controlar, fiscalizar e facilitar o recebimento e execução de suas obras [...] Para isto foi que surgiu a SUPLAN, com recurso próprio para a execução do Plano, para a execução vamos dizer, assim material, desde fiscalização até construção (GOIÁS, 28.12.1961, p. 3-4).

De imediato, a solução foi apresentada. “[...] Para isto foi que surgiu a SUPLAN, com recurso próprio para a execução do Plano, para a execução vamos dizer, assim material, desde fiscalização até construção” (GOIÁS, 28.12.1961, p. 4).

Em outras palavras, com a avaliação o governador buscava manter a credibilidade em torno do Plano MB e a sua exequibilidade, numa estratégia de convencimento dos gestores quanto ao sentido das ações imediatas a serem de fato implementadas. Sem perder de vista o momento para exercer o controle

[...] As escolhas de nomes para cargos de confiança, os secretários terão plena liberdade para escolherem os seus auxiliares imediatos. Mas por falta de conhecimento, de algum detalhe que possa criar alguma dificuldade na escolha do elemento, é melhor então, que conversem com o governador (GOIÁS, 28.12.1961, p. 4).

Não se pode olvidar o contexto e a articulação política erguida em torno da gestão *maurista*, com diferenças ideológicas. Todavia, as escolhas, dependendo do cargo, não acarretariam contratempo à gestão, uma vez que o poder de decisão era centralizado no chefe do executivo. Ao assegurar aos gestores o direito de indicar chefias enfraquecidas de poder de decisão, a intenção do governador era manter o controle sobre eles e a implementação do Plano MB, tentando evitar,

[...] Como sabem, qualquer luta, seja luta armada de um exército, ou seja, uma luta administrativa como a nossa, [...] tem sempre aquilo que se chama, no exército, o inimigo. E entre nós, nas nossas atividades, os adversários nos têm impatrioticamente atrapalhado, dificultando a ação daqueles que se propõem à realização do bem público (GOIÁS, 18.6.1964, p. 2).

O controle vinha por outros mecanismos também. “[...] É preciso estabelecer Normas Gerais de Ação (NGA)³⁰⁶ para as coisas que não parecem ter uma finalidade [...] são

³⁰⁵ Secretaria de Obras e Viação Pública.

³⁰⁶ Instrumento utilizado por Mauro Borges com a finalidade de orientar os gestores, funcionários que trabalhavam no governo estadual e os visitantes quanto às normas de procedimentos padronizados nesse

para os secretários, um meio de atribuir os recursos, para que possam executar a sua missão” (GOIÁS, 28.12.1961, p. 7) e apresentarem maior rendimento.

Sem embaraço, o governador, ao criticar o desempenho da gestão, aproveitava para mandar um recado: “[...] Nomeações, só com as Normas Gerais de Ação da Secretaria de Administração” (p. 8).³⁰⁷ A medida tinha a intenção de conter o inchaço da máquina e de controlar a ocupação dos cargos de confiança; as indicações dos aliados políticos, que poderiam traduzir em benesse à família e a base de apoio, em troca de retribuição eleitoral.

Mauro Borges gostava de enaltecer o trabalho em equipe, embora, por alguns fatores, na sua gestão isso não ocorria inteiramente. Por seu próprio temperamento, muitas vezes atropelava os gestores ao tomar medidas isoladas; procedimentos burocráticos de controle das atividades, que muitas vezes, soavam como antipáticas, sem efeito prático, conforme se percebe mais adiante, o que reforçava o lado *mandão* do governador. O exemplo das Normas Gerais de Serviço,³⁰⁸ editada em 2 de janeiro de 1962, é significativo. A medida destinava-se a normatizar e preestabelecer os procedimentos, condutas e rotinas diárias a serem seguidos pelos gestores e funcionários em relação ao gabinete do governador e às secretarias de governo e da administração, identificadas como Chefias Executivas. Por ordem de Mauro Borges, foi determinado, por exemplo, que a audiência pública “[...] deverá ser marcada e obtida com o chefe do gabinete militar”, e a pessoa solicitante, “[...] ao ser introduzida no recinto que se encontrar o governador, a pessoa com audiência marcada será informada sobre o limite de tempo de que poderá dispor para tratar do seu assunto”(p. 4). Uma das instruções de serviço orientava: “Recebida a instrução de serviço a autoridade competente comunicará com o governador, por escrito, dentro de 24 horas, informando sobre as medidas adotadas no sentido do cumprimento” (p.5). Outra, ordenava: “Os assuntos que, a juízo do governador, devem ser atendidos com alta prioridade, serão acompanhados da nota *Governadoria Urgente*” (p.5). Aos assessores e oficiais de Gabinete: “[...] É dever precípua e indeclinável manter-se atento a todos os problemas da administração [...] ao contato inicial com autoridades que, em objeto de serviço, e as partes que, em promoção de seus interesses (p.7)” visitarem, o Palácio do Governo, “[...] aproximar dela [...] tomar conhecimento do motivo de sua presença (p.7)” naquela localidade. Em relação ao assessoramento do

documento. As normas deviam ser do conhecimento de todos os integrantes do serviço público estadual. Procedimento bastante utilizado pelo Exército.

³⁰⁷ Não foi possível a localização do documento.

³⁰⁸ Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

governador, “[...] a regra geral de conduta da Secretaria de Governo deverá ser a intransigência contra o superficialismo e o culto da proficiência funcional” (p. 8). Para andamento dos processos, exigiu-se que nenhum “[...] poderá permanecer na Secretaria do Governo por mais de oito dias”; Para processo marcado como urgente, o governador exigia que ele somente poderia permanecer mais de 12 horas nas subchefias com anuência da Secretaria de Governo” (p.9). As Normas Gerais de Serviço, por determinação de Mauro Borges, estabeleciam critérios para utilização do Fundo Rotativo, destinado a pequenas despesas e “outras de caráter urgente”. Cada gestor deveria requisitá-lo ao gestor da Secretaria da Fazenda.

Ao propor as medidas, Mauro Borges acreditava ter a situação sob controle, afirmando endurecer com os relapsos e omissos, confiando igualmente no espírito de equipe e, sobretudo, na força do seu comando, para vencer a atrofia institucional e prosseguir com o I Plano Quinquenal. Poucos efeitos surtiram as medidas. Em reunião, dia 7 de novembro de 1962, para seu desespero, Mauro Borges reconhecia:

[...] voltou a rotina de processos irresponsavelmente andando de gaveta em gaveta e sem controle do tempo [...] uma observação de que os processos devem ter um local indicando o tempo de permanência nas repartições, Portanto solicito aos senhores que punam todos que transgredirem essas instruções (GOIÁS, 1962, p. 61- 62).

O Plano fazia recomendações para que o governo exercesse sua ação mediante um conjunto de medidas compatíveis entre si e dirigidas no sentido de realizar os investimentos necessários para atingir o propalado desenvolvimento; e com intensificação substancial da ação do governo nas CGP, com a finalidade de assegurar o aumento da produtividade na economia, em seu conjunto, capaz de reverter o desenvolvimento em benefício de todos. Assim, reclamava ações e crescentes necessidades. A avaliação feita pelo governador tinha o objetivo claro de reajustar a máquina às fragilidades apontadas. Outras atitudes foram tomadas no sentido de garantir a sustentação daquele projeto reformista. Uma delas, a reforma administrativa, seria transformada na Lei nº 3. 999, de 14 de setembro de 1961, nove meses, portanto, após o início da gestão. Para Rezende (2002), tal reforma traduz-se em “[...] políticas que se voltam para a melhoria da *performance* do aparato burocrático [...] conjugam dois objetivos complementares: a redução dos gastos [...] e a mudança nas estruturas organizacionais, na cultura burocrática e, de modo mais geral, nas regras do jogo”(p.1). As políticas de reformas apresentam baixa resolutividade e “[...] são políticas que falham sequencialmente” (p.1). No caso da gestão *maurista* não foi diferente, tratou-se de experiência importante, alternando avanços e recuos na perspectiva de criar uma máquina administrativa

eficiente, capaz de executar o programa de recuperação do estado de Goiás para responder às necessidades postas pelo Plano MB.

Para Luz, estudioso do governo Mauro Borges,

[...] As reformulações processadas no sistema administrativo do estado, com a criação de novas secretarias e órgãos autárquicos ou de economia mista, dinamizaram a máquina estatal. Estes possibilitaram ao governo empreender o desenvolvimento do estado em suas várias áreas, pois foram regulamentados e assistidos pelas secretarias afins a estes órgãos, eles puderam dar velocidade e modernização à administração do estado (2001, p. 153).

Na prática, sem qualquer acaso, no enfrentamento daquele cenário responsável pela “estrutura administrativa [...] obsoleta, ineficiente e inadequada (TEIXEIRA, p.15)³⁰⁹ para abarcar os desafios, a gestão *maurista* adotou um sistema administrativo móvel, ou seja, criou e extinguiu órgãos da administração sempre que foi necessário. Para além, criou diversas secretarias com base nas necessidades expressas, [...] “vamos ter que criar uma porção de empresa, órgão que tenha agilidade, que anda, caminha, como órgão público não anda, fica todo mundo sentado esperando o tempo passar, vendo a orquestra passar” (NASCIMENTO, 2009), ou mesmo colocou para funcionar outras, que somente figuravam no papel. Investiu-se em autarquias e sociedades de economia mista - mecanismos mais ágeis e flexíveis - para assegurar condições aos investimentos privados em Goiás, objetivando superar/minimizar desequilíbrios regionais que emperravam o crescimento econômico. Como em Goiás não havia tradição industrial e o capital necessitava das Condições Gerais de Produção para sua organização e reprodução, foi destinada para “[...] as obras de infraestrutura, com repercussão profunda em qualquer política desenvolvimentista [...] proporcionalmente, a maior parcela, na distribuição setorial dos investimentos” (SÍNTESE DO PLANO MB, 1962a, p. 2).³¹⁰ Acreditava, o governador, com essas medidas, suprir as necessidades e criar as bases para a organização/expansão do capitalismo em Goiás. “[...] onde a atuação estatal for impraticável ou inconveniente a iniciativa particular será chamada a colaborar e todos os meios, privilégios e facilidades lhe serão concedidas”(p.2).

Esse fato acentua o papel político das diretrizes políticas propostas pela gestão *maurista* e o perfil de atribuição estatal então em desenho, em um momento no qual havia a demanda formal posta para o governo, ao reconhecer como compromisso a prestação de serviços de assistência e de infraestrutura.

³⁰⁹ TEIXEIRA. Mauro Borges. *Democracia, nacionalismo e desenvolvimento no Planalto Central, Goiás 61, 62, 63, 64* (mimeo). Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

³¹⁰ SÍNTESE do Plano MB, Goiás, 1962. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

Destacam-se essas colocações nos seguintes depoimentos:

[...] Mauro tinha uma idéia desenvolvimentista da seguinte forma, o estado era profundamente atrasado [...] então o Mauro falava: [...] o particular não quer investir aqui. Não tem infraestrutura, nós não temos nenhuma riqueza assim aflorando da terra, ouro, diamantes e outras coisas, nós temos que pensar estrategicamente em colocar o estado como um agente que possa dar um impulso na infraestrutura (SOUSA, 2010).

[...] a iniciativa privada teve uma boa colaboração com o governo, o governador Mauro Borges na medida do possível, procurava incentivar e aumentar a produção, comércio, com [...] vários incentivos, inclusive na área tributária, algumas isenções, algumas diferenciações de alíquotas, tudo no sentido de desenvolver determinados setores que estavam carecendo da interferência do governo (MUNDIM, 2010).³¹¹

Como resposta a essa situação, criaram-se novas estruturas jurídicas. Mauro Borges destacava o feito da fundação de diversas entidades governamentais: “[...] acredito que já tenhamos criado quase tudo que precisávamos. Resta-nos [...] consolidar e fortalecer aquilo que foi criado” (GOIÁS, 27.12.1962, p. 1). Nessa direção, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista tidas como estratégicas nasceram nesse governo para suprir carências: Metais de Goiás (METAGO/1962); Departamento Estadual de Saneamento (1964); Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás (CASEGO, criada em 1953, reestruturada em 1961); Companhia Agro-Industrial de Goiás (CAGIGO); Departamento de Estradas e Rodagens (1963); Organização de Saúde de Goiás (OSEGO, criada em 1963, regulamentada em 1964); Escola de Formação de Operadores de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias de Goiás (EFORMARGO/1963); Consórcio Rodoviário Intermunicipal (CRISA/1961); Companhia de Seguros (COSEGO/1962, não foi regulamentada); Serviço Especial de Assistência Social de Goiás (SEASGO/1963); Loteria do Estado de Goiás (1964); Escritório de Representação do Governo de Goiás (ERGO/1964); Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO/ criada em 1959, modificada e regulamentada em 1961); Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás S/A (CIAGO/1962); Distribuidora de Petróleo de Goiás S/A (DISPETROLGO/1963); Secretaria da Indústria e Comércio (criada em 1961, regulamentada em 1964); Secretaria da Fazenda (organizada em 1961, regulamentada em 1962); Conselho de Contribuintes do Estado de Goiás (criado em 1956, regulamentado em 1961); Serviço Especial de Fiscalização e Arrecadação (SEFA/1962); Departamento Estadual de Saneamento (criado em 1960, reestruturado em 1961, regulamentado em 1964); Caixa Econômica de Goiás (CAIXEGO – criada em 1962, regulamentada em 1964); Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDAGO, 1962); Indústria do

³¹¹ Administrador Dinair Cavalcanti Mundim, ex-assessor de orçamento do Governo Mauro Borges, integrou o grupo da FGV, assessor aposentado do Senado Federal, entrevista realizada no dia 3/8/2010, Brasília.

Babaçu (INBAGO, criada em 1962, passou à jurisdição do IDAGO em 1963); Indústria Química do Estado de Goiás S/A (IQUEGO/1964); Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado de Goiás (CERNE, criado em 1962, regulamentado em 1963). Não se abriu mão da criação e reestruturação de secretarias para assegurar agilidade a burocracia estadual, como Secretaria de Governo (1961); Conselho Superior de Planejamento (criado em 1956, regulamentado em 1961, transformado em Secretaria de Planejamento e Coordenação em 1962, regulamentada em 1963); Serviço de Informações, Reclamações e Sindicâncias (SIRES/1962); Secretaria da Administração (criada em 1961, regulamentada 1962); Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (IPASE, criado em 1961, regulamentado em 1962); Secretaria de Interior e Justiça (criada em 1961, reorganizada em 1964); Serviço de Assistência Judiciária (criada em 1961, e integrado à Procuradoria Geral do Estado em 1964); Comissão de Reforma Administrativa (CORAGO, criada em 1961, regulamentada em 1962); Secretaria de Segurança Pública (criada em 1961, regulamentada em 1964); Secretaria da Agricultura e Pecuária (criada em 1961, regulamentada em 1964); Junta Médica Oficial (1962); Escola Superior de Educação Física de Goiás (ESEFEGO, criada em 1962, regulamentada em 1963); Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (1961); Conselho Estadual de Educação (1962); Fundação Estadual de Esportes (criada em 1961, regulamentada em 1964); Centro Penitenciário de Atividades Industriais de Goiás (CEPAIGO/1963); Procuradoria Geral do Estado (anteriormente, Consultoria Jurídica do Estado, 1964). Davam-se mostras, assim, de uma agenda direcionada para alavancar a infraestrutura necessária à organização e distribuição da produção, com crescente participação estatal, expressa na modernização pela via pública das Condições Gerais de Produção, garantidoras das infraestruturas necessárias à organização geral do capitalismo, tal como refletiu João Bernardo (1998). As iniciativas, criação dos órgãos, não contavam com o entusiasmo de parcela dos pessedistas e da oposição, que viam, nisso uma artimanha da gestão *maurista* para governar com autonomia do legislativo. Supunha ainda, encontrar resistência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás quanto às autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, por *escapulirem* do poder de fiscalização.

Na ausência de investimento privado, coube ao estado arcar com os investimentos nas Condições Gerais de Produção, concebendo a ideia do “grande Estado”, avalia Rabelo (2009). A ideia era “cuidar da nossa casa” (p. 71). Assim, para “[...] a falta de estradas apresentava-se a solução de sua construção”, para equacionar o “[...] problema da insalubridade, da falta de assistência médico-hospitalar, apresentava-se a solução por meio da

construção de posto de saúde e de medidas de profilaxia” (p. 71). Outras iniciativas foram garantidas, como o prosseguimento das obras de Cachoeira Dourada, na medida em que a questão elétrica era tida como fundamental para promover o desenvolvimento de Goiás. A gestão *maurista* garantiu escolas, investimentos no tratamento de água e esgoto, além de melhorias no padrão de qualidade dos hospitais públicos – Pênfigo, Juscelino Kubitschek, Osvaldo Cruz –, destinados ao tratamento de patologias que não interessava à iniciativa privada.

As forças conservadoras opunham-se, por definição, ao caminho preconizado pela gestão *maurista*. A adoção de um programa de governo pautado no planejamento, com forte estatismo, onde a questão agrária tinha um peso importante, acentuaram as divergências entre Mauro Borges e essas forças. O governo fazia campanha entusiasta por determinadas bandeiras como, por exemplo, a Dispetrolgo,³¹² e a política agrária. A atuação política do governador, sustentada no nacional desenvolvimentismo, causava desconfiança na UDN e em grupos mais conservadores ligados à oligarquia rural, até mesmo dentro do seu próprio partido, o PSD. Para adotar as medidas, apoiava-se na mobilização dos movimentos estudantil e sindical, nos partidos políticos de esquerda, no seu partido, sobretudo na *ala moça*, e em simpatizantes do nacionalismo, dos camponeses. As forças conservadoras viam, de modo geral, em qualquer tentativa de reforma o risco de subversão da ordem, da ameaça comunista, do atentado ao direito de propriedade, até porque, em Goiás, refletia-se a polarização da conjuntura nacional envolvendo essas questões.

Outra proposta do Plano MB trazida ao cenário político-administrativo, com estabelecimento de parâmetros mais precisos para as atribuições da máquina pública, foi a reorganização administrativa. No modelo, ajustaram-se mecanismos burocrático-administrativos que efetivaram a descentralização da execução das atividades, todavia, as decisões, centralizadas no governador. Mauro Borges apostava alto na reorganização administrativa: [...] “estamos absolutamente decidido a adotar uma política severíssima neste setor” (GOIÁS, 1962a, p. 5),³¹³ a fim de tornar a máquina pública mais dinâmica e eficiente

³¹² Sociedade de Economia Mista, proposta pelo governo de Goiás com finalidade de operar o comércio, transporte e distribuição de derivados de petróleo. Mauro Borges deu bastante ênfase a esta iniciativa, vista como alternativa contra os trustes internacionais. Com grande campanha de divulgação por meio de folhetins, incentivava a mobilização popular “[...] para defendê-la”. “Mauro reabre a luta da Petrobrás”. Depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia

³¹³ Não houve registro formal de data. Foi mencionada por MB a expressão “tão logo passe as eleições” (p.1). Provavelmente a reunião antes de outubro, talvez no início do ano 1962, devido à presença de Benedicto Silva, “contratado pelo governo de Goiás para empreender a reestruturação do governo” (p.1). Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

no cumprimento daquilo que é determinado, de modo a responder ao momento singular e de maior oportunidade para efetivação dos projetos e planos, com uma estrutura mais burocratizada e com maior imunidade em relação aos interesses clientelistas. Essa questão da eficiência permeou todo o seu governo, a análise documental atestou isso.

Para Mauro Borges, a equação era simples: reconstruir a máquina pública usando melhor os recursos disponíveis para fazer deslanchar as metas do Plano MB. Melhores recursos significavam competência técnica, gestores compromissados no sentido de fazer cumprir as ordens, manter a disciplina, o senso do dever, isto é, exaurindo todos os potenciais de eficiência que podem oferecer o funcionário estadual, pois “[...] falta de maior energia com funcionários relapsos. Está havendo uma tolerância excessiva para com esses funcionários” (p.3).

Ao fazer, pois, um governo eficiente teria chance de expor sua competência administrativa à frente do estado de Goiás. Todavia, na leitura das Atas, é possível identificar os constrangimentos institucionais e políticos, por parte de diversas secretarias, que comprometeram as mudanças, ultrapassaram a raia financeira, perpassando também as concepções de práticas referentes ao desempenho no trabalho. O prosseguimento de práticas institucionais permeadas pelo clientelismo e personalismo indicou, assim, a força política dos interesses na preservação desses mecanismos da política tradicional. A velha burocracia, atrelada aos empregos de favor, além da rotina institucional desajustada e impregnada de vícios, insistiam em resistir.

4.3.1 A reorganização administrativa

Vencida a etapa da criação de novos órgãos, surgiu outra preocupação, associada aos regulamentos das secretarias, autarquias e empresas de economia mista. Tratava-se do funcionamento, atribuições e finalidade de cada órgão: “[...] muita gente não conhece o processo burocrático em ordem, se é que ele existia no estado”, afirmou o governador (GOIÁS, 28.12.1961, p. 6). A proposta atendia à exigência da modernização de suas estruturas, descentralização das tarefas executivas, implantação de sistemas auxiliares de administração, adequado grupamento de funções antes dispersas, estruturação de carreiras, absorção da força de trabalho *ociosa* e distinção entre o nível de planejamento e de execução.

Nesse contexto, foi de grande importância a contratação do serviço especializado da assessoria do Grupo Brasileiro de Organização e Métodos (Organobras).³¹⁴ Dentre seus membros, expoentes da administração pública brasileira, estavam, Benedicto Silva,³¹⁵ José de Assis Ribeiro e Jorge Gustavo da Costa. Sendo que Benedicto Silva, goiano de Orizona, assumiu os trabalhos junto ao governo de Goiás. Foi assessor de Pedro Ludovico, quando interventor de Goiás, nomeado por Getúlio Vargas. Com larga experiência em administração pública, Benedicto Silva advém dos primórdios do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), precursor na introdução da racionalização no serviço público federal. Participante ativo na criação da FGV, ele reuniu em diversas obras sua experiência na administração pública, partilhando ideias, crenças, opiniões:

[...] no serviço público, por exemplo, ninguém pensa em eliminar os incapazes e raramente os interesses gerais prevalecem sobre os interesses particulares [...] chefes executivos continuam a ser escolhidos e mantidos nos postos por motivos que nada tem a ver com a idoneidade profissional (SILVA, 1965, p. 61).

Tais elementos, articulados à inexistência do sistema de mérito, eram apontados como os principais problemas a serem enfrentados dentro da administração pública de Goiás. Para Benedicto Silva, a qualificação do serviço público vinha com a meritocracia, como alternativa ao clientelismo reinante no funcionalismo público.

Naquela conjuntura, tornou-se prática nos governos estaduais a contratação de escritórios técnicos para a realização de consultoria tecnojurídica e financeira, executada mediante elaboração de planos de desenvolvimento regional, planos de ação para autarquias, projetos de implantação de políticas públicas, regimentos de reformulação do aparelho estatal e criação de novas agências estatais e paraestatais, com base nos problemas identificados. Além do mais, a atuação política desses escritórios e seus tecnocratas assegurava a formulação de “[...] projetos privados de classe a serem universalizados mediante conversão em políticas públicas por agências estatais” (ESTEVEZ, 2011, p. 16), traduzindo-se em “[...] uma série de pressupostos pautados pela lógica da racionalidade do processo de intervenção

³¹⁴ Processo nº. 1– 01131/62, encaminhado pela Secretaria de Administração ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, para apreciação de sua legalidade e consequente registro; o contrato celebrado entre o governo de Goiás e a S. A.– Grupo Brasileiro de Organização e Métodos, para prestação de serviços técnicos “indispensáveis à reforma administrativa dos órgãos do poder executivo estadual para fim específico e deliberando de introduzir neles melhor divisão de trabalho, e métodos modernos e econômicos de operação, conducentes à máxima eficiência dos seus serviços, mediante a remuneração de CR\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros)”. O pagamento em parcelas com início em janeiro e a última em dezembro de 1962. A despesa foi contraída pela rubrica 7.8.8074– 457 – contratos. O processo foi aprovado por unanimidade pelo TCE, conforme Resolução nº. 160 de 5 de abril de 1962. O documento está depositado no livro de registro dos atos de 1962. Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

³¹⁵ Professor de Introdução à administração pública/FGV. Antes da Segunda Guerra mundial, cursou ciências sociais nos Estados Unidos. Trabalhou na UNESCO, IBGE. Disponível em: <http://www.academiagoianadeletras.org/arquivos/files/cad_7_heliourocha.pdf> Acesso em: 17 out. 2015.

estatal, bem como da própria feitura do plano a ser executado”. Tal relação conjecturava “[...] um percurso de racionalidade técnica que cobria desde o momento de elaboração de planos de governo pelas agências privadas até o momento de execução dos projetos pelos órgãos estatais” (ESTEVES, 2012, p. 224-25).

Especificamente no caso de Goiás,³¹⁶ o trabalho técnico da Organobras previa uma reorganização administrativa capaz de abarcar os princípios racionais de gestão. Para tanto, “Precisamos contar com a colaboração de todos os órgãos, com todos os secretários, com todos os homens que vão organizar esta reforma”, afinal “[...] não vamos organizar esta reforma consultando livros. Mas sim procuraremos oferecer o que os técnicos sabem que será eficiente para o desenvolvimento do estado” (GOIÁS, 28.12.1961, p. 24), exaltava Benedicto Silva, em reunião com Mauro Borges e os gestores. A mediação de Benedicto Silva não ficava circunscrita às questões internas da gestão *maurista*; por iniciativa própria propôs preparar a devida documentação para solicitação de recursos junto ao Programa *Aliança para o Progresso* e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), assim como acompanhar todo os trâmites desse processo.³¹⁷

Precisamente em 1962, Benedicto Silva, ao aceitar a incumbência de “[...] fazer a reestruturação do governo” (GOIÁS, p. 5),³¹⁸ procurou se posicionar sobre o que já estava em andamento, participando das reuniões com os gestores. “[...] Isso é um trabalho de equipe [...] ele (Benedicto Silva) precisa estar constantemente em ligação com os senhores”, determinava Mauro Borges aos gestores (GOIÁS, p. 5). Nessas oportunidades, Benedicto Silva se mostrava bastante à vontade, opinava, criticava, repreendia, julgando estar assim contribuindo com os propósitos da gestão *maurista*. Ele não tinha leveza em suas palavras, quando se tratava de defender suas convicções. Dirigia-se ao governador de maneira direta e não amenizava seus sentimentos, indignando-se e exigindo mudança de conduta: “[...] a maior falha que sinto no Governo de Goiás é o bom mocismo, ninguém quer ser ruim para ninguém, ninguém que cumprir o dever para não desagradar ninguém, quer dizer, há muitas exceções.

³¹⁶ Localizamos no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE), documentos que atestam contratações de trabalhos técnicos pela gestão *maurista*. Além da Organobras, o Escritório Técnico de Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR) para modernização agrária, BRASTEC, estudo de viabilidade econômica, pecuária.

³¹⁷ Conforme Ordem de Serviço nº 261-A, 27 dez 1961, encaminhada pelo governador ao Conselho Superior de Planejamento e Coordenação. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

³¹⁸ Não houve registro de data, foi identificada como 3ª reunião do governador Mauro Borges com diretores e Secretário da Fazenda, contou com a presença de Benedicto Silva. Na ata foi mencionada por MB a expressão “tão logo passe as eleições”. Provavelmente a reunião aconteceu em meados de 1962.

Deve haver energia e organização. Só energia não basta” (GOIÁS, 1962, p.5).³¹⁹ Tentando esquivar-se da crítica, Mauro Borges reforçava a importância de melhorar a administração; precavido, sugeria passar o período eleitoral em razão de “uma série de dificuldades que nos inibe de agir”. O governador justificava em seguida: “Não que o governo faça com propósitos eleitoreiros, o conjunto das circunstâncias é que torna isso muito difícil” (GOIÁS, 1962, p.5). Não houve argumento que demovesse Benedicto Silva:

[...] Sei como são essas coisas. Considerações de ordem práticas, de pessoas, de afilhados, de compadrismo, de amigos, etc. Nada disso resolve. É preciso adotar energia e acompanhar essa energia de todas as outras medidas decorrentes que, por ventura, forem necessárias (GOIÁS, 1962, p. 5).

Exatamente por isso, ele propunha o novo modelo no qual conjugasse centralização normativa, planejamento central com descentralização executiva e controle. Outros vícios por ele identificados dependiam de medidas administrativas para sua correção, como, por exemplo, a reestruturação de determinadas carreiras existentes no serviço público estadual

[...] Houve pouca melhoria em matéria de administração e organização, que são as molas mestras do Governo, e na verdade a carreira do Fisco é uma carreira que não está instituída. É uma carreira igual ou pior que as outras [...] Tudo isso precisa ser modificado (GOIÁS, 1962, p. 5).

Benedicto Silva insistia que leis, regulamentos, normas por si só não produziram o resultado necessário, tinham que sanear os meios fiscais, “[...] pois a situação é alarmante” (1962, p. 18).³²⁰

[...] 10% da arrecadação do estado é desviada [...] então considerando que a receita do estado, em 1961, se elevou a três bilhões de cruzeiros, chegamos a conclusão de que trezentos milhões de cruzeiros foram roubados”. Isso representa uma sangria mortal para os cofres públicos [...] tem-se que processar, demitir e prender todos que se valem do serviço público para se locupletarem com o dinheiro público [...] A punição[...] não deve ser feita apenas como medida de moralização mas, também, como meio de aumentar os impostos (p. 13).³²¹

Observa-se que as críticas contribuíram para alavancar as mazelas existentes na esfera estadual, confrontando-se com constantes obstáculos advindos dos costumes e das práticas tradicionais. Com isso, o governo perdia força, do ponto de vista administrativo e

³¹⁹ Não houve registro de data, identificada como 3ª reunião do governador Mauro Borges com diretores e Secretário da Fazenda, contou com a presença de Benedicto Silva. Na ata foi mencionada por MB a expressão “tão logo passe as eleições”. Provavelmente a reunião aconteceu em meados de 1962.

³²⁰ Não houve registro de data, identificada como 3ª reunião do governador Mauro Borges com diretores e Secretário da Fazenda, contou com a presença de Benedicto Silva. Na ata foi mencionada por MB a expressão “tão logo passe as eleições”. Provavelmente a reunião aconteceu em meados de 1962.

³²¹ O Secretário da Fazenda José Abdalla (GOIÁS, 1962, p.15), citava o caso do coletor de São Miguel do Araguaia que colocou o montante arrecadado de Cr\$ 600.000,00 no saco e trouxe para Goiânia. Durante a viagem, o ônibus parou, e ele foi tomar café, quando regressou ao ônibus não encontrou nem o saco nem o dinheiro. Essa foi a versão contada “[...] Agora resta saber se foi roubado ou criou essa situação para roubar”.

financeiro, para administrar com eficiência o estado de Goiás. O Secretário da Fazenda José Abdalla apontou outro ponto a ser atacado, diz respeito aos funcionários “[...] de alto gabarito da Secretaria da Fazenda servindo em outros órgãos e dando prejuízo [...] priva a Fazenda daqueles funcionários [...] servem em outros órgãos e recebem da Fazenda (GOIÁS, 1962, p.6), provavelmente atendendo a interesses políticos.

Provavelmente não se tratasse de um caso exclusivo da Secretaria da Fazenda, a cessão de funcionários para outros órgãos. A situação tornava-se mais alarmante, ao considerar a evasão de divisas; e Benedicto Silva cobrava “[...] a fixação dos funcionários do Fisco que se encontravam em outros órgãos em regime de requisição” (GOIÁS, 1962, p. 6), como tentativa de alterar a dinâmica da arrecadação, imprimindo maior controle. Diretor de Receita e Fiscalização Estadual, José de Assis Moraes, propunha enviar fiscais para acompanhar o trabalho das coletorias. Mauro Borges aprovou a ideia e sugeriu que esse trabalho não fosse “[...] assim institucionalizado [...] deve ser um serviço secreto,³²² pois como os senhores sabem tenho mandado fazer serviço assim” (GOIÁS, 1962, p.14). Em relação ao controle, sob o discurso de zelo pelo bem público, as ações dos secretários passaram a ser enaltecidas positivamente, pois eram entendidas e valorizadas como necessárias, ainda que, na prática, consistissem em um instrumento coercitivo, para o controle das ações empreendidas pelos secretários e auxiliares, como, por exemplo, recorrer aos serviços da Casa Militar, comandada pelo coronel Clementino Gomes.

De pronto, Benedicto Silva defendeu o “[...] plano de repressão à corrupção dos funcionários do Fisco [...] um plano que tenha um caráter muito secreto” (GOIÁS, 1962, p. 16), ou seja, vigiar e punir, municiando o governo com informações para aplicar medidas contra aqueles praticantes de irregularidades. Benedicto Silva discordava de alguns posicionamentos: “[...] fiscalização permanente das coletorias não é possível. Inspetor de Coletoria deve ser um agente itinerante por excelência [...] função [...] do inspetor é inspecionar, e ele inspeciona caminhando” (GOIÁS, 1962, p.16). Ele partia da premissa que a otimização da qualidade dos serviços públicos dependia da implantação da meritocracia no governo de Goiás, e via com bons olhos que os cargos vagos fossem

[...] conquistados pelos melhores elementos, aqueles que são conhecidos e respeitados por bons serviços, longo passado e que conquistariam o lugar pelo mérito. Não só isso, mas também o que é constante no passado é provável no futuro. Se o sujeito tem sido honesto, tem sido bom até agora, o provável é que continuará prestando bons serviços ao estado (GOIÁS, 1962, p. 27).

³²² Ver capítulo I.

Mauro Borges propunha ampla divulgação dos concursos,³²³ não só para obter melhores elementos,³²⁴ mas “também fazer propaganda da personalização do serviço público em Goiás” (GOIÁS, 1962, p.28); e Benedicto Silva defendia medidas para demonstrar não somente aos funcionários da Secretaria da Fazenda, mas a toda esfera estadual, que seus atos eram fiscalizados. Na sequência, o governador reconhecia as limitações das Condições Gerais de Produção, as dificuldades com a falta de agências bancárias, como fatores facilitadores dos desvios de dinheiro. Concentrando-se na elaboração do regulamento, a Organobras buscava reorganizar a Secretaria da Fazenda, com base em sugestões do secretário e assessores, que pelo conhecimento institucional, pudessem apontar melhores indicações para corrigir as distorções e excluir os fatos julgados *delituosos*. Algumas das falhas arroladas já haviam sido detectados pelos círculos *maurista*, e o governador vinha procurando saná-las conforme avaliação ao término do primeiro ano de governo. Mesmo apontando pontos negativos, Benedicto Silva acreditava no êxito da gestão: “[...] em 1961 foi brilhante. Encerrou-se o balanço com apenas 31 milhões de déficit num orçamento de 3 bilhões de cruzeiros. Feito uma comparação com outros estados, RS, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo. Em Goiás foi excelente” (GOIÁS, 1962, p. 23) .

Num cenário de desafios e adversidades, a adesão à proposta de reestruturação administrativa não foi linear, sua execução encontrou muitos entraves e foi perdendo o fôlego, intencionalmente, ou não, reforçando a complexidade das mudanças institucionais. Até meado de 1962, diversos órgãos estaduais não tinham produzido seus regulamentos; e a Secretaria da Fazenda não havia conseguido equacionar os problemas em relação ao FISCO.

³²³ Para instalação do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDAGO), a Secretária da Agricultura abriu concurso para “provimentos de cargos” para diversas funções, conforme anúncio publicado no jornal *Diário do Oeste*, edição 5 out 1962, p. 7; em outro, a Companhia de Armazéns e Silos (CASEGO) divulgava aos interessados “teste de seleção” para datilógrafos, correspondentes e escriturários a partir de 2 de janeiro de 1963. Anúncio veiculado na primeira página do Jornal *Diário do Oeste*, edição 29 dez 1962.

³²⁴ A respeito de concursos, testes para admissão no serviço público estadual, em reunião com o governador e deputados estaduais pessedistas, Almir Turisco expunha também a preocupação: “[...] elas fazem testes e há uma vaga [...] vai nomeada uma professora que não tem ligação nenhuma com o diretório, e sim simplesmente porque obteve o 1º lugar, enquanto que a aprovada em 2º lugar é pessedista”(p. 60). O deputado Iris Rezende assim manifestou: “[...] em Goiânia se fez teste entre as normalistas. Quer dizer, não sabemos se aquelas que foram aprovadas eram ou não pessedistas, se eram amigas ou não de V. Ex^a. ou de algum deputado. Não há aqui crítica alguma, apenas uma observação...” (p. 61).

O governador determinava “[...] já era norma nossa de que entre as atestadas e aprovadas que se desse preferência às nossas[...] E no caso de normalistas, só nomear da oposição quando não tiver outra. Porque, por lei, ela apresentando o diploma deve ser nomeada”(p.60). Na ata não consta a data, provavelmente próximo ao mês de maio de 1962, devido à menção feita a respeito da mobilização das professoras exigindo aumento salarial. Essa questão foi tratada também em reunião do governador com os gestores no dia 18.5.1962. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

Rivadavia Xavier Nunes, Secretário de Segurança Pública,³²⁵ com o assessoramento de Benedito Silva (Organobras), saiu na frente com a reestruturação daquele órgão, mediante antiprojeto encaminhado em maio de 1961 à Assembleia Legislativa, convertido na Lei nº 3.595, de 3 de outubro de 1961. A princípio, as leis deveriam ser elaboradas de forma a remover os obstáculos, na prática, a experiência não foi bem assim. Tal dispositivo destinado a corrigir falhas, por descuido das autoridades do governo legalizou a “[...] não obrigatoriedade da Corregedoria de Polícia ser ocupada por bacharel”, erro posteriormente corrigido. A situação trouxe desconforto e críticas, sobretudo, dos interessados em ingressar no cargo, desconfiando da “[...] execução plena da Lei 3595”, afirmava Ary Demóstenes (GOIÁS, 18.5.1962, p. 66-68). Por outro lado, a iniciativa sinalizava para a revisão da estrutura organizacional, organograma de cargos e funções, hierarquia de funções, normas e regulamentos, criação de novos cargos, com objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados. Rivadavia distinguiu-se, assim, de parcela dos gestores, que encontraram muitas dificuldades para conseguir traduzir em ações concretas o regulamento; de outros, que, por resistência, restringiram sua ação, a fim de não levar adiante a empreitada.

Os efeitos não tardaram a aparecer, com repercussão negativa nos objetivos iniciais. Foram malsucedidos, pois requeriam controle, coordenação e negociação para dirimir os problemas. Via de regra a Organobras foi responsabilizada pela “[...] falta de interesse que vem tendo em concluir os regulamentos”, declarou o Secretário, engenheiro Azulino Ferreira do Amaral, da Secretaria de Viação e Obras Públicas (SEVOP) em reunião com o governador no dia 12 de junho de 1962 (GOIÁS, p. 23). Alegou, ainda, que a Organobras estivesse na dependência “[...] de cada órgão dar-lhe as sugestões para que eles as coordenem e apresente esse trabalho ao senhor governador” (GOIÁS, 12.6.1962, p. 23). A respeito, Roldão de Oliveira, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde, ao destacar a criação da Comissão de Reforma Administrativa (CORAGO),³²⁶ vinculada à Secretaria de Governo, para empreender a reestruturação administrativa, afirma que a Organobras limitou-se a solicitar aos chefes de gabinete e secretários que apresentassem um estudo, um anteprojeto de cada secretaria para revisão posterior, “[...] nunca com seus próprios elementos ia fazer as pesquisas nas repartições” (GOIÁS, 12.6.1962, p. 27). Assim, receberiam o trabalho quase que 90 % pronto, e “[...] depois com uma pequena revisão faziam a grande estruturação” (p. 27).

³²⁵ Regulamento da Secretaria, conforme publicado no DO n.º 8.739, 28 dez. 1961, alterado conforme DO n.º 9.613, 15/12/1964.

³²⁶ Decreto nº 42, 5 jul. 1961. DO nº 8.771, 4. fev. 1962.

Entretanto, localizamos as correspondências trocadas entre Benedicto Silva e o Secretário de Governo Ary Demóstenes, entre junho e setembro de 1962, dão conta dos trabalhos desenvolvidos pela consultoria em relação aos regulamentos³²⁷ das Secretarias de Administração,³²⁸ Fazenda,³²⁹ Governo³³⁰ e Planejamento e Coordenação, ou, o *Estado Maior Civil do Governo de Goiás (1962)*,³³¹ conforme tratou o documento. Diversas versões foram produzidas e aprimoradas após sugestões feitas pelas respectivas secretarias. Contrapões-se, dessa forma à versão apresentada pelo secretário Irineu Borges do Nascimento em reunião com o governador e gestores no dia 12 de junho de 1964, ao afirmar que o Regulamento da Secretaria do Planejamento e Coordenação já estava pronto: “[...] desistimos do Benedicto Silva [...] nós mesmo fizemos o serviço” (GOIÁS, 12.6.1962, p. 28). Não foi bem assim. O Regulamento³³² foi produzido pela Organobras, entregue ao governo de Goiás, como atesta documento que localizamos. Outro Regulamento aprontado foi o da Secretaria de Educação, aprovado em 28 de dezembro 1961 e alterado em 15 de dezembro 1964.

No dia 14 de agosto de 1962, a Organobras por meio de Benedicto Silva, encaminhou correspondência a Ary Demóstenes, buscando argumentar acerca a inviabilidade da versão “modificada pela Secretaria de Planejamento e Coordenação”, propondo a “Divisão de Recursos Federais Especiais”. O consultor discordou da ideia por tratar-se de “violação flagrante do princípio de homogeneidade, um dos princípios cardeais da teoria da organização”. Outro ponto de divergência apresentado por Benedicto Silva girou em torno dos “[...] recursos federais e especiais, obteníveis por meio de empréstimos ou donativos de organismos internacionais, destinam-se a atividade afeta a várias secretarias de estado e autarquias estaduais, que terão que negociá-los, para movimentação e utilização”. Tal centralização poderia “[...] multiplicar os pontos de atrito entre a Secretaria de Planejamento, as demais secretarias de Estado e as entidades autárquicas”. Diante de tal situação,

³²⁷ Pelo teor das atas, o pacote das reformas envolvia a elaboração dos regulamentos de outras secretarias. Entretanto, a consultoria foi interrompida, sendo localizadas outras versões. Apenas registros nas atas de reuniões do governador e seu secretariado.

³²⁸ Serviu de base para o Regulamento instituído pela Secretaria, conforme Decreto n.º 227, 21/12/1962, publicado no DO n.º 9.041, 17 jan. 1963.

³²⁹ Serviu de base para o Regulamento instituído pela Secretaria, Decreto n.º 226, 21/12/1962, publicado no DO n.º 9.030, 30/12/ 1962.

³³⁰ Serviu de base para o Regulamento instituído pela Secretaria, conforme Decreto n.º 224, 21/12/1961, publicado no DO n.º 9.041, 16/1/1963.

³³¹ Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

³³² Serviu de base para o Regulamento da Secretaria de Planejamento e Coordenação Decreto n.º 225, 21/12/1962. DO n.º 9.041, 16/1/1963. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

argumentava Benedicto Silva, “A centralização proposta poderia sugerir que a Secretaria de Planejamento e Coordenação alimentasse o propósito de tutelar as demais secretarias e autarquias, quando seu próprio nome está indicando que o que lhe compete é planejar e coordenar” (ORGANOBRAS, 14.8.1962).

O *Estado Maior Civil* responderia pela centralização do comando, das diretrizes e da coordenação; a descentralização das ações executivas ficou sob a responsabilidade das secretarias, autarquias e sociedades de economia mista. O Regulamento expunha sintonia entre o Plano MB e os “princípios tayloristas de que há sempre um modo melhor de realizar qualquer operação ou movimento” (SILVA, 1965, p.32). O *Estado Maior*, com posição estratégica, articulava o funcionamento institucional, garantindo a Mauro Borges controle sobre a máquina administrativa e financeira – um modo de ser mais eficaz, na tentativa de se distanciar da desorganização, das injunções de ordem política e da administração à base do improviso, sem planejamento. Para Benedicto Silva, características intrínsecas às administrações anteriores.

Tal documento, guiado por diretrizes racionais, estava em sintonia com os postulados assumidos pelo Plano MB, estruturado no esquema de trabalho de Fayol: Prever, Organizar, Planejar e Executar (POPE). O trabalho desenvolvido pela Organobras tinha como preocupação central corrigir a ineficiência dos serviços mediante aumento da produtividade, atribuindo centralidade à estrutura organizacional, com prescrição detalhada das funções, reforçando a divisão técnica do trabalho, dando centralidade para as tarefas e atribuições, em detrimento das pessoas. O modelo colocava luz na administração ao legitimar a importância de normas, regras, procedimentos burocráticos. Ou seja, a máquina pública é tomada como uma realidade objetiva, neutra, técnica. Trata-se de entender as CGP na perspectiva do controle, atuando dentro do parâmetro de disciplinar a força de trabalho. Tudo se fez para funcionar racionalmente. As diversas formas de avaliação de desempenho, padronização de materiais, métodos, contabilização de frequência, apresentam-se como elementos de controle no processo do trabalho. Assim, em nome da modernização da máquina pública, os tecnocratas apostaram na regulação dos trabalhos internos e serviços, ao estabelecer as atribuições e responsabilidades de todos os postos e funções existentes na estrutura estadual, o fez no sentido de resguardar a disciplina, a hierarquia, a obediência, a dedicação ao serviço, o progresso e a convivência harmônica entre o gestor e o subordinado, por meio do investimento em novas formas de controle, conforme se pode depreender nos instrumentos

sugeridos, numa demonstração que a gestão poderia ser planejada, organizada e controlada, visando atingir a eficiência.

A proposta apresentada conferiu um poder sobressalente à Secretaria de Planejamento e Coordenação, com atribuições significativas no novo desenho institucional: “[...] analisar a estrutura e o funcionamento, as rotinas e os métodos de trabalho dos serviços estatais dependentes e autônomos do sistema administrativo do estado” (ORGANOBRAS, 14.8.1962, p. 2), assumindo a incumbência com vistas à modernização; “[...] propor reorganizações [...] simplificação de métodos e fluxos de trabalho”, visando, com “máxima eficiência, os meios administrativos, pessoal, dinheiro, instalações equipamentos e documentação de que dispõe o governo” (p.2). A Divisão de Organização e Métodos assumiria a responsabilidade pela “busca, identificação e adoção dos melhores métodos de trabalho” mediante o desenvolvimento de “pesquisa sobre a estrutura e funcionamento dos órgãos do serviço público” (p.10). Apontados como inadequados os resultados apresentados pelo serviço público estadual, optou-se pela “definição das atribuições dos funcionários e, conseqüentemente, seleção, treinamento e exigência de resultados”; como forma de combater o tempo ocioso, a “análise do tempo e movimento” seria realizada para promover o aumento da produtividade pela eficácia dos movimentos, com a “colocação do funcionário no local em que lhe garantisse melhor rendimento de serviços” (p.10); no sentido do controle da força de trabalho, a estratégia proposta foi o “estudo das condições físicas que interferem no rendimento do trabalho” – aqui tinha um efeito disciplinador para adequar o funcionário às formas racionais de trabalho –, além, da adoção de boletins de elogios aos subordinados e aplicação de penas disciplinares aqueles que infringissem as normas, com o objetivo da preservação da disciplina. As evidências indicam que tais medidas seriam utilizadas como instrumento de inculcação de normas e valores nos servidores, tais como a obediência, a ordem, a submissão, normas estas afinadas com o processo de trabalho racional exigido pela modernização proposta pelo Plano MB.

Ora, daí se apreende que o modelo estimulava o aumento da produtividade, da eficiência, da qualidade, da precisão do tempo, da disciplina. Aspectos que tornam elementar o papel do gerenciamento do trabalho no sentido do controle, com isso, destacando-se as relações de subordinação nas quais uns têm mais autoridade que outros. Cabe lembrar que a introdução de novos modelos de organização e gestão se traduz em formas alternativas de controle. E, como afirma João Bernardo, “a exploração incide, antes de mais nada, na questão

do controle” (1998, p. 7),³³³ enfatizado como estratégia para obter resultados. Assim, a finalidade do controle garantia que os funcionários estaduais atuassem dentro dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da motivação e da eficiência. Ao que tudo indica, dentro dessas bases, assentavam-se as propostas de mudanças, na tentativa de desemperrar a máquina administrativa das “peias da burocracia e de expedientes protelatórios” para “acompanhar o ritmo de desenvolvimento que vem experimentando o estado” (1962, p. 10).³³⁴

Os reais motivos da descontinuidade do trabalho da Organobras não foram identificados nas atas nem mesmo em outros documentos. Em meio à pressão, o governador tentava resolver o problema “[...] já dei uma ordem de Serviço ao Secretário do Governo recomendando um expediente a Organobras para providenciar a rescisão do contrato dela com o estado, por falta de cumprimento de cláusulas contratuais” (GOIÁS, 12.6.1962). Mais uma vez, Mauro Borges tentava driblar os motivos forjados pelo personalismo, ou talvez imobilismo, no intuito de não desperdiçar o trabalho já realizado e postergar a sua finalização. Sabia que a opinião apresentada por alguns gestores sobre a falta de interesse dos tecnocratas em desenvolver o trabalho junto ao governo de Goiás, não estava apenas ligada a conveniências, cada um passando a enxergar apenas os seus interesses imediatos, enquanto o cumprimento das tarefas, de procedimentos ou das leis passava a ter um valor secundário. A situação expunha as finas nuances de uma forma de resistência à tentativa de mudança, mantendo um tipo singular de mentalidade, de comportamento e de ação por parte desses gestores, que dariam sobrevida àquele perfil que reproduzia um jogo político baseado no prestígio pessoal e no personalismo, capaz de boicotar ou mesmo adiar a mudança/reforma, porquanto esta poderia alterar a correlação de força institucional e ferir interesses. Afinal, mudança ou reforma, não é bem-vista por todos. Supostamente, a perspectiva propositiva da Organobras estava voltada para a identificação da realidade de cada órgão, por seus próprios atores, com a finalidade de conhecer-lhes aspectos essenciais, para a formulação de um regulamento capaz de assegurar a racionalidade do trabalho, a eficiência da máquina pública. Talvez a intenção fosse identificar o modo como se sobrepunham as inúmeras dificuldades que impediam que o serviço público de Goiás fosse orientado pela impessoalidade, contrapondo-se à lógica dos laços pessoais que reafirmavam interesses privados.

³³³ BERNARDO, João. *A silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.

³³⁴ Normas Gerais de Serviço. Estado de Goiás. Plano MB. Poder Executivo. Secretaria da Administração. Impresso nas Oficinas do Departamento Estadual de Imprensa, 1962, 19 páginas. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

Apesar das diferenças de versões, o certo é que a ideia original apresentada pela Organobras para o *Estado Maior Civil do Governo de Goiás* foi absorvida e incorporada no Regulamento aprovado. Inclusive no tocante à Secretaria de Planejamento e Coordenação, não foi aprovada a “Divisão de Recursos Federais Especiais”, conforme desejo do secretário Irineu Borges do Nascimento. Espelhada na experiência da Organobrás, a Consultoria Administrativa, criada nessa gestão, substituiu, aproveitando uma estrutura que lhe antecedia, também de iniciativa *maurista*, a Comissão de Reforma Administrativa (CORAGO). Órgão vinculado à Secretaria de Governo procurou dar impulso à reorganização administrativa, elaborando os regulamentos das outras secretarias e autarquias, “[...] com o pessoal da EBAP, que vai substituindo o trabalho da Organobras,” determinava Mauro Borges aos gestores, no dia 8 de agosto de 1963 (GOIÁS, p. 17). Meses depois, pouca coisa saíra do papel. No início de 1964, o governador Mauro Borges buscava recuperar o trabalho iniciado pela Organobras: “[...] Aquele órgão que não tiver regulamento deverá encaminhar suas sugestões à Consultoria Administrativa [...] capacitada para elaborar todos os regulamentos com a indispensável colaboração dos órgãos estaduais”, “[...] os trabalhos elaborados pela Organobrás devem ser encaminhados como subsídios”. Nesse sentido, o governador destacava o papel da Organobras na difusão dos ideais da burocracia naquela conjuntura goiana, dada a sua contínua invocação ao trabalho do escritório de consultoria, como um exemplo a ser seguido, agora, pelo pessoal da EBAP:

[...] moços goianos que estão aplicando os seus conhecimentos práticos em nosso estado [...] são jovens, cultos, capacitados e tem energia para lutar e vencer [...] isto fica como um desafio a eles, que já têm prestados assinalados serviços ao estado [...] fazer o que a Organobras não fez é a principal missão (GOIÁS, 8.1.1964, p.13).

E o governador continuava a insistir na formação de uma máquina pública burocrática na possibilidade de construir meios favoráveis à meritocracia, à competência, ao profissionalismo e à formalização das relações de trabalho.

4.3.2 Acesso ao serviço público: entre a norma e o fato

Na iniciativa proposta pelo Plano MB, empenhada em promover a melhoria do serviço público, do ponto de vista qualitativo e quantitativo das práticas recorrentes, as CGP abarcaram a política de pessoal com afirmação do princípio do mérito, com prescrição do concurso público para provimento de vagas nos órgãos do governo estadual, na tentativa de superar o esquema tradicional que empregava muita gente para atender a interesses particulares, com pouca resolutividade dos serviços. Com a reforma administrativa

empreendida em 1961, foi criada a Secretaria da Administração com atribuição do gerenciamento de pessoal, a missão de promover os concursos para vagas existentes nas secretarias de estado, de simplificar a rotina burocrática, de manter rigorosa fiscalização das nomeações, “com a preocupação de evitar o provimento de cargos já ocupados” (GOIÁS, 1962, p. 12). É necessário dizer que o preenchimento dos cargos ocorria mediante autorização do governador, por decreto. De acordo com o governo, a máquina estava emperrada porque fora montada com base na prática do favor e do clientelismo, com forte associação ao poder administrativo; não, para atender aos interesses coletivos:

[...] Há alguns setores em que o pessoal tem coração muito bom, não gosta de exercer a parte coercitiva. Isso é um mal enorme. Acho que toda administração deve ser democrática e não autocrata, e que no comando, o sujeito deve mandar com cooperação e não sem cooperação, mas sem abdicar da repreensão, em muitos casos (GOIÁS, 27.12.1962, p. 4).

Logo na primeira reunião da gestão *maurista*,³³⁵ Mauro Borges anunciava as medidas relativas a pessoal, para firmá-la como uma das marcas registradas do seu mandato: concurso público. Viu-se obrigado a enfrentar o desafio, anunciando a suspensão das nomeações: “as que se tornarem inadiáveis serão feitas mediante concurso de aptidão”; decretava o fim dos fichados; demonstrava o desejo de “não demitir, entretanto propunha trabalho de seleção – para relotação do pessoal excedente” onde houvesse necessidade. Na quinta reunião, quatro meses após assumir o governo, em 22 de abril de 1961, o governador se debatia com o debatia o problema, determinando “a redução de pessoal e solicitando aos gestores a relação do pessoal que não era essencial”, pois faria o controle.

No balanço do primeiro ano de governo, a questão era apontada como um dos entraves da gestão *maurista*, havia excesso de pessoal, mas faltava mão de obra qualificada. Na verdade, a questão de pessoal perpassou todo o governo de Mauro Borges, sem que, conforme identificamos nas atas, conseguisse romper com a lógica dos contratos temporários para cobrir as necessidades do serviço, sem proceder efetivamente a profissionalização de parcela significativa dos órgãos, ainda utilizado como moeda de troca no jogo político fisiológico. O esforço mais significativo em termos de pessoal foi a criação de cargos, estruturação de algumas carreiras e em torno da realização de concursos, embora, sem sobrepor ao número de contratações por outras vias. Conforme Relatório Geral das Execuções do I Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás,³³⁶ no período mencionado tomaram posse 2.802 funcionários, sendo 355 deles, candidatos aprovados nos 18 concursos

³³⁵ Não consta data, provavelmente anterior a 10 de fevereiro 1961, data da 2ª reunião. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

³³⁶ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, no dia 15/4/1963 pelo governador Mauro Borges.

públicos realizados pelo Departamento Central de Pessoal, vinculado à Secretaria da Administração. Os demais empossados 2.447, não se submeteram ao concurso público; alguns, a teste de aptidão (outra modalidade de acesso); os demais, provavelmente, à base do pistolão.³³⁷ No referido documento, página 49 registrava-se o acesso via contrato, num total de 1.013, entre novos e renovados, sem precisar o quantitativo correspondente a cada um. Desses, 402 para a Secretaria da Saúde, 138 para a Secretaria da Segurança Pública, 108 para a Secretaria da Educação e 88 para a Secretaria do Interior e Justiça; os demais, distribuídos para outras secretarias, Procuradoria Geral de Justiça e Polícia Militar. Como se viu, realização de concursos não prevaleceu como forma de acesso, ferindo o próprio princípio defendido pela gestão: "[...] tornar a administração um conjunto eficiente e padronizado" (GOIÁS 1963, p. 48).

Os dados são apenas demonstração dos limites impostos ao governador, dada a resistência da incorporação de normas e regulamentos na prática institucional. Vale salientar que o governo abrigava na administração visões políticas distintas e mesmo conflitantes entre si, até como uma estratégia para acomodar demandas e pressões. Mauro Borges tentava, dessa maneira, resolver tudo por ordem ou normas de serviço, buscando uma solução comum que contemplasse todas as secretarias diante de tantos problemas incomuns. Todavia, sem conseguir solução mais acertada e em menor tempo, capaz de reduzir o caminho dos processos e a quantidade de papéis, sem dizer a resistência de alguns gestores para responder ao esperado, cobrava o governador: “[...] peço que [...] olhem [...] não só no plano [...] em outras construções e normas [...] cada um [...] fará sua autocrítica, procurando [...] investigar as razões porque não fez” (GOIÁS, 27.12.1962, p. 2).

As reuniões expunham com muita clareza a falta de articulação política e administrativa da gestão. Notadamente, a questão vinha sempre à tona nessas ocasiões. Se a reunião tornava-se um instrumento corriqueiro para os queixumes do governador, era também para gestores, com reclamações de várias ordens, morosidade na admissão de pessoal devido ao excesso de burocracia no trâmite do processo, baixos salários, falta de vontade política de

³³⁷ *Memorandum* da secretaria de governo comunicando ao governador 38 indicações para emprego na esfera estadual, alguns apadrinhados por políticos, entre os quais José Luiz Ribeiro, Presidente da Sociedade Pró-melhoramento da Fama e Vila Operária, indicado pelos deputados Almir Turisco e Iris Rezende para a Secretaria de Trabalho e Assistência Social; Maria Aparecida Amorim, indicada pelos deputados Nelson Siqueira e Nicanor Gordo. No documento não consta data, provavelmente entre 1961-1963, período que Nelson Siqueira exerceu o mandato de deputado até ser nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (1963). No documento, Mauro Borges, de próprio punho, anotou: “esta relação deve ficar comigo”. Está sob a guarda do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

fazer a coisa acontecer. Embora alguns órgãos buscassem se organizar de modo a prestar melhor serviço, noutros, a coisa deixava a desejar. Mas não se limitava ao desempenho do gestor, a dificuldades que se antepunham às prioridades estabelecidas no próprio planejamento. Isso significava que alguns setores sobressaíram mais que outros, favorecidos pela direção política dada pelo chefe do executivo, e não por omissão de seus titulares. Evidente que muitos não conseguiram suplantar o modo tradicional de gerir a coisa pública, a política de pessoal confirmava isso, estabelecendo desde então um padrão duplo e persistente, refletindo as contradições e conflitos presentes, esbarrando na desarticulação reinante.

A Secretaria de Segurança Pública, com contradições, tentava equilibrar-se naquele jogo. Saiu-se muito bem. Com apoio da direção superior, o secretário Rivadávia Xavier³³⁸ tentava colocar em andamento a política de pessoal: "[...] para os cargos de detetives, inspetores de polícia e investigadores, é possível aguardar a realização do concurso". Na verdade, pessoalmente, o secretário mostrava-se avesso à realização do concurso: "[...] entretanto, guardas civis, de trânsito, escrivães de polícia, carcereiros e ajudantes de carcereiros [...] as necessidades do serviço não permitem que nós os esperemos" (GOIÁS, 18.5.1962, p. 56). Rivadávia não deixava de tecer críticas, considerando

[...] o baixo salário oferecido [e] considerando o trabalho árduo e difícil que eles tem que realizar se comparado ao trabalho menos arriscado na indústria e no comércio, com salários mais atrativos, sem dizer do processo seletivo sem tantas exigências, atestado médico, folha corrida, folha corrida, provas (GOIÁS, 18.5.1962, p. 56).

Para ele, o ideal era "[...] recrutamento simplificado com teste intelectual ligeiro, sem formalidades demoradas exigidas por um concurso, mas mantendo rigoroso exame médico". Depois, "[...] feito isso, proceder-se-ia a nomeação interina dos candidatos aprovados, que num prazo mínimo de 90 (noventa) dias seriam, afinal submetidos a concurso de títulos [...] os aprovados seriam nomeados em caráter probatório" (GOIÁS, 18.5.1962, p. 57). O processo simplificado havia sido adotado pela Secretaria de Educação e Cultura de Goiás na seleção de professoras primárias, e também pelo governo de São Paulo, para a Guarda Civil. Rivadávia Xavier entendia que esse processo não estava em desacordo com as orientações adotadas para o provimento de cargos na Secretaria de Segurança Pública, e atendia à necessidade dos serviços policiais, garantindo "[...] sem perca de tempo, executar fielmente a missão que nos foi imposta para o ano de 1962" (GOIÁS, 18.5.1962, p.57).

³³⁸ Segundo ele, o Convênio/Ponto IV repassou grande quantidade de equipamentos a Secretaria de Seg. Pública, como "estações de rádio, oficina para recuperação desses, material de trânsito, laboratório de química, física". Entretanto, esbarrava nas dificuldades institucionais, a falta do espaço físico para colocá-los em funcionamento, e da falta de perspectiva na solução do problema pelo "secretario da Viação e obras públicas [...] assoberbado com tantas demandas" (GOIÁS, 25.6.1963, p. 38).

Aproveitando a oportunidade, tratando ainda de pessoal, Rivadávia condenava a falta de qualificação nos quadros da secretaria, sobretudo, delegados do interior:³³⁹ “[...] homens de pouca luzes [...] não tem competência para presidirem os inquéritos [...] os processos [...] e quando ocorre um caso mais complicado, mais difícil [...] se tivessem luzes, se tivessem conhecimento, resolverem sem a interferência do Secretário de Segurança”. Isso causava transtornos, deixando a descoberto o trabalho policial em Goiânia, ao “enviar uma equipe de trabalho, daqui, com um delegado e um escrivão [...] para satisfazerem as necessidades desses acontecimentos” (GOIÁS, 18.5.1962, p.59). Deve-se ter em conta que naquela conjuntura, o cargo de delegado do município era indicado pelo deputado pessedista da região. Ora, em nome da governabilidade, a competência profissional ficava em segundo plano, em detrimento dos interesses político-partidários, muitas vezes nocivos aos interesses do povo, seguindo o argumento do secretário Rivadávia Xavier. Pois é, contraditoriamente, ele discursava em nome da competência e, simultaneamente, visava romper com o universalismo de procedimentos ao propor burlar a lei, com aplicação de concurso somente para determinadas categorias.

Mauro Borges, legalista: “estamos lutando com a maior energia para a aplicação da lei de não nomearmos ninguém sem concurso [...] se criarmos uma situação de facilitar o problema iremos procrastinar o concurso, criando o problema para o futuro” (GOIÁS, 18.5.1962, p.60). Mas procurou afagar o aliado político, solicitando empenho da Secretaria de Administração para “[...] fazer o concurso, no menor prazo possível, vale a pena o sacrifício, e mesmo o prejuízo da Segurança Pública por causa da falta de pessoal, acho que isso compensa” (GOIÁS, 18.5.1962, p.60).

Coadunando racionalidade e improviso, a máquina ia executando os trabalhos. Dentro dessa faixa, cerca de trinta e um meses transcorridos desde a posse do governo, precisamente na reunião do dia 8 de agosto de 1963, o secretário de Saúde Jacy Netto de Campos, no horizonte dos problemas que precisavam ser solucionados pela gestão *maurista*, trazia uma considerável quantidade, aliás, de velhos dilemas. A resolução exigia medidas no campo administrativo, como no político e econômico. Seu desabafo, num tom que transpirava

³³⁹ Nossa proposta é mostrar a influência política nas nomeações. Conforme *Memorandum* encaminhado pelos deputados Jaime Florentino de Faria e Antonio Balestra Filho ao Secretario de Interior e Justiça no dia 2 de setembro de 1964, comunicando o acordo para a indicação do delegado de polícia e escrivão do crime, do referido município. No documento constava “com despacho do secretário de governo - pasta dos deputados”. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

constrangimento, insinuava a falta de vontade política por parte do governo de enfrentá-los, além de expor de maneira enfática situações negativas que desconstruíam a imagem de governo planejado: “[...] A expectativa com a contratação da Organobras era reorganizar a administração, “com uniformidade para todos os serviços”. Como a iniciativa não vingou, o secretário encaminhou o projeto, elaborado de acordo com o Plano MB, atualizado para aquela época. “Houve resistência por parte dos assessores do governo e o projeto não só não foi enviado como desapareceu” (GOIÁS, 18.5.1963, p. 15). O governador ficou calado diante do relato. Justo ele que a todo tempo cobrava atitude de todos: “[...] dar ordens não é suficiente é preciso fazer obedecer” (GOIÁS, 9.9.1961 p.1).

O certo é que, para remediar a situação, foram criadas “algumas dezenas de cargos”, com “promessa de lei posterior dando gratificação por tempo integral no valor de 100%” (GOIÁS, 18.5.1963, p.15), o que não ocorreu, lamentava Jacy Netto. Além das amarras administrativas, alguns órgãos foram afetados por injunções políticas. Outras questões de fundo foram se notabilizando, havia mais razões para depreciações que para elogios. O titular da saúde demonstrava preocupação na condução da coisa pública:

[...] felizmente, por uma série de fatores e por uma atitude de aversão ao empreguismo, dos 650 cargos propostos para serem criados até 1960 [...] até 3 meses atrás, o número de funcionários era exatamente o mesmo daquele ano, com maior produtividade em todos os serviços da secretaria [...] refletindo-se a falha do sistema em escala menor que a prevista(GOIÁS, 18.5.1963, p.16).

O secretário estimava que na sua pasta o “[...] o pessoal contratado [...] passe de 60%”, incluindo ainda os fichados, “[...] em número de 300, e no total milhares”. Some-se a isso a demora na tramitação do processo de contratação, em “média em torno de 110 dias” (GOIÁS, 18.5.1963, p. 14). Observa-se, por tudo que foi dito, que o secretário de saúde almejava a criação do quadro de carreira com acesso via concurso público, melhores salários, substituindo as relações de trabalho precarizadas, que comprometiam a qualidade da assistência. Em outra oportunidade ele já demonstrara o descontentamento com o andamento da gestão:

[...] entendemos que houve muitas falhas na elaboração do plano. Superestimou-se um setor, em prejuízo de outros, igualmente importantes e, às vezes, mais importantes [...] Parece-nos também ter havido uma superestimação das possibilidades financeiras do Plano de Desenvolvimento Econômico (GOIÁS, 16.4. 1963, p.42).

É provável que seu desabafo tenha causado constrangimento no governador e em alguns gestores, e entusiasmo em outros. Na análise documental, é possível perceber o esforço do núcleo central da Secretaria de Saúde em buscar e propor melhorias para elevar a

qualidade dos serviços prestados. A Secretaria abrigava uma tecnocracia,³⁴⁰ embora reduzida, que concebeu, planejou e colocou em marcha medidas que alteraram a dinâmica do setor, como a criação da Organização de Saúde do Estado de Goiás (Osego),³⁴¹ em novembro de 1964, pela Lei nº 4.920, com extinção da Secretaria de Saúde, tornando a opção que trouxe a “[...] flexibilidade das autarquias e recursos próprios”, comentou o governador (GOIÁS, 8.1.1964, p.3)

Sobre a morosidade na tramitação dos processos, o governador preferiu abster-se, recusando-se terminantemente a falar do assunto, deixando para os gestores a responsabilidade de resolver a questão:

[...] aqui está uma lista com uma média de 127 dias no andamento de cada contrato, outros tem até mais. Isso não deveria estar sendo falado por mim, por isso peço aos senhores secretários que façam ligações diretas e não triangulares, através de mim. Estou falando isto porque estão reclamando constantemente contra a demora excessiva na tramitação de papéis (GOIÁS, 18.5.1963, p. 2).

Sem titubear, o assessor da Secretaria da Administração, Antonio Leão, recordava:

[...] a proposta inicial é dirigida ao próprio governador com exposição fundamentada [...] ele autorizando volta à secretaria de administração, que devolverá o expediente à secretaria de origem a fim de que ela faça a proposta, indicando apenas a função a ser desempenhada (GOIÁS, 18.5.1963, p. 2-3).

Como era previsível, o governador afastou-se da polêmica, não do desgaste, sem assumir que a demora na tramitação do processo provavelmente esbarrava em seu gabinete, onde se concentravam as decisões, muitas vezes sujeitas às pressões políticas, o que exigia *muita conversa*. Faltou, sim, da sua parte uma ação mais efetiva que pudesse intervir numa situação que requisitava medidas mais substanciais, para facilitar a coordenação e a cooperação em benefício recíproco. Na análise documental, é possível identificar os problemas enfrentados por diversas secretarias, problemas esses de natureza financeira ou relativos a concepções de práticas referentes ao desenvolvimento do trabalho, expondo uma rotina institucional desajustada e impregnada de vícios que insistiam em resistir. Como no

³⁴⁰ Hugo Alexandre Alves da Costa (diretor do departamento hospitalar); Edward Rosa (EBAP – diretor administrativo); Roldão de Oliveira (chefe de gabinete); Antonio Ferreira Campos (diretor do Hospital JK); e o próprio secretário, Jacy Netto Campos. Na data de criação da Osego, tanto o secretário, como Hugo Alexandre e Roldão haviam deixado os cargos, considerando os agravantes daquela conjuntura. Ver capítulo I.

³⁴¹ O formato de Secretaria de Estado da Saúde (SES) foi retomado em 1975 com o objetivo de elaborar planos estaduais de saúde e planejar a melhoria e a expansão do sistema estadual de saúde. Nesse período, a Osego passa a ter função de executor da política de saúde, sendo um dos órgãos da estrutura própria da SES. Disponível em: <<http://www.aredacao.com.br/noticias/38522/marconi-e-faleiros-inauguram-galeria-de-ex-secretarios-da-saude#sthash.S8wTvtdb.dpuf>> Acesso em: 2 nov.2014.

caso do pessoal que não se enquadrava nas funções, o governador destacava o esforço para recebê-los e

[...] fazê-los trabalhar duas horas por dia e pagá-los, do que deixá-los sem trabalhar, como medida de lição moral. Estamos lá com 15 elementos nomeados como datilógrafos e não o são. Eles trabalham duas horas por dia, com intervalo de ½ hora para aprenderem datilografia. Àqueles que não têm estabilidade, já os avisamos que serão dispensados dentro de 3 meses se não resolverem a ser datilógrafos. Portanto, aquele que não tem condições de trabalhar possa mandá-los para a Secretaria da Administração que ela tem obrigação de aperfeiçoar o pessoal. (GOIÁS, 8. 1. 1964, p.7).

Os dilemas institucionais seriam absorvidos com o prosseguimento da prática do mau gestor e sua má gestão, que colocava os interesses particulares à frente dos interesses coletivos, sem o devido enfrentamento e sem contrariar interesses, indicando, assim, a força política da conveniência na preservação desses mecanismos da política tradicional. A velha burocracia, atrelada aos arranjos institucionais, resultava na morosidade não somente na tramitação de processos, mas no cumprimento das normas, demandando um esforço do governador, até o final do governo, para tentar prosseguir com as diretrizes do Plano MB. Ficava bastante nítido, na gestão *maurista*, que não somente a política de pessoal sofria constrangimentos, ausência de comando, de planejamento e de recursos, carência de normas legais e administrativas para efetivar carreiras e quadros de pessoal.

Somente em 1963, após negociações, a gestão *maurista* conseguiu aprontar e aprovar a Lei de nº 5.000, de 14 de novembro. Nesse documento, nota-se o esforço da gestão em amenizar a imagem pouco afinada com a profissionalização do serviço público estadual. Trata das carreiras, provimento, vencimentos, funções gratificadas, cargos de provimento em comissão, grupo ocupacional. Dessa lei, destacam-se alguns aspectos. A priorização do provimento interno para acesso a determinados cargos em detrimento do concurso público. Este será aplicado “sempre que o número de habilitados em concurso interno for insuficiente para o provimento de cargos”. Ou seja, orientada pela meritocracia, priorizava quem já estava no serviço público. Assim, o acesso, a mobilidade e a ascensão profissional dos funcionários deveriam ser pautados pelo desempenho na realização das tarefas que lhes eram atribuídas. A seleção exigia uma qualificação comum, criando uma *situação de igualdade de oportunidade* aos funcionários envolvidos no processo. A lei estabelecia a classificação de três categorias de pessoal para o Poder executivo: os funcionários, os contratados e os menselistas (“menores admitidos para o desempenho de funções subalternas”). A categoria *contratado*, delimitava “pessoal para desempenho de atividade que exigia alta especialização técnica ou científica”; para executar obras (trabalho braçal ou artífice de obra pública); médico e paramédico.

Porém, com ressalva: “[...] só se fará quando inexistir no Quadro do Funcionalismo profissionais habilitados para o exercício da atividade” (GOIÁS, 1963, p. 367). Esses dados e a tendência são significativos para a pesquisa, pois demonstram que, nas condições com que se defrontava a gestão *maurista* mesmo com a criação da lei, na prática “[...] frequentemente está havendo expediente em desacordo com ela e somos obrigados a devolver o expediente”, reclamava o governador aos gestores na reunião realizada no dia 18 de junho de 1964, no auge da crise política que se abatera sobre o governo de Goiás, como desdobramento do Golpe civil-militar. Já se estava em 1964, e, mirando em tal lei, o governador implorava aos presentes “[...] contratação somente em casos indispensáveis, mas deve haver completa observância das ordens que regulam a matéria” (GOIÁS, 18.6.1964, p. 8). Entretanto, localizamos no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, documento revelando o descumprimento da lei por parte do executivo estadual, no quesito que delimitava “pessoal para desempenho de atividade que exigia alta especialização técnica ou científica”; Conforme a Resolução nº. 464, de 27 de agosto de 1964, o Tribunal recusou o contrato firmado pelo governo do estado com o senhor José Nicanor da Silva Barbosa, reformador de móveis, para prestar serviço no Colégio Estadual de Goiânia, por entender que “A atividade de reformador de móveis, evidentemente, não exige nenhuma especialização técnica ou científica, não admitindo a Lei 5.000, em qualquer de suas disposições, admissão de extranumerário contratado para exercê-la”. Sob o mesmo argumento, denegou³⁴² o contrato da senhora Maria de Jesus, para atuar na secretaria da administração como auxiliar de limpeza.

Observa-se quão desafiadores foram os dilemas enfrentados pelo governador, que se propôs a implementar mudanças guiadas pelo princípio do planejamento e da racionalidade, dentro de um contexto histórico de administração pública atravessada pelo jogo de poder, mediado pelas trocas de favores e clientelismo. Nota-se que ele prosseguia mantendo o controle político das nomeações, tentando equilibrar-se diante das forças políticas que se aglutinaram em torno do governo. E acabou por fazer concessões pessoais, partidárias, indicando que ele não conseguiu isolar as *demandas personalistas* dessas forças, nem garantir a significativa racionalidade da gestão.

No apagar das luzes, em 21 de novembro de 1964, o governo conseguiu a aprovação, pela Assembleia Legislativa, da Lei nº. 5.167, de 11 de agosto de 1964,³⁴³ tratando da efetivação dos funcionários interinos integrantes do quadro único do funcionalismo do estado, em exercício no cargo na data de publicação da Lei 5.000, de 14 de novembro de

³⁴² Resolução nº 467, 31 ago 1964. Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Goiânia.

³⁴³ Publicada no Diário Oficial, 21/11/1964. Arquivo Histórico Estadual.

1963. Assim, as mudanças vão perdendo o fôlego diante dos atores que delas se apoderaram, impondo constrangimentos institucionais e robustecendo velhos hábitos da máquina pública.

CAPÍTULO V IDAGO E COLONIZAÇÃO: DO SONHO CAMPONÊS À REALIDADE DOS COMBINADOS AGROURBANOS

5.1 O ESPAÇO AGRÁRIO DE GOIÁS

O I Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás ou Plano MB registrava que “[...] o baixo nível de renda em Goiás decorre da economia primária, de produtividade baixa e vulnerável as flutuações” praticada no estado (PLANO MB, 1961, V. II, p. 14), ao passo que buscava reforçar o seu potencial agrário, “[...] Com vastos campos e cerrados cobertos de pastagens naturais, oportunas para as atividades agropecuárias”. Fator que ajudou a “[...] explicar a formação e reprodução da estrutura fundiária altamente concentrada no estado” (PLANO MB, 1961, v. 1 p. 19). Por outro, sugeria a intervenção estatal para tornar a produção menos vulnerável a flutuações, e “[...] transformar o estado de Goiás, num grande centro agro-pecuário de alta produtividade” (BORGES, 2006, p. 38),³⁴⁴ favorecido por um cenário econômico em crescimento. O estado de Goiás apresentava, dessa forma, estrutura econômica bem demarcada frente ao quadro nacional, e, em relação ao mundo do trabalho, majoritariamente, a população goiana economicamente ativa, concentrava-se no setor primário. Dadas as características da região, elevava-se de forma significativa a participação do setor terciário, “[...] ligado a mercantilização de produtos agropecuários destinados aos centros mais dinâmicos do país e de produtos industrializados no território”. Essas transações, consequentemente, dinamizavam os setores do comércio e dos transportes (ESTEVAM, 2004, p. 142). Assim, justificava Bertram (1978, p. 102), “O Brasil descobrira Goiás, ou mais propriamente o sudeste brasileiro transformava Goiás em um arrebaldo de seu sistema produtivo, aquele cinturão marginal em que o fator de produção mais convocado é a própria terra: e de que Goiás era farto.”

Os índices do setor terciário se associam ao crescente processo de urbanização em Goiás, intensificado na década de 1950, pelas políticas adotadas pelos governos Vargas e JK. Goiás tornou-se um paradoxo. Urbanização crescente, associada à ostensiva presença do latifúndio, com tudo que ele representava. De acordo com o censo agrícola de 1950,³⁴⁵ existiam em Goiás 63.736 estabelecimentos agrícolas, ocupando área de 245.881 km²,

³⁴⁴ BORGES, Barsanufio Gomides. O movimento ruralista em Goiás. *Antítese – marxismo e cultura socialista*. n. 2. maio, Goiânia, 2006, p. 30-40.

³⁴⁵ O mesmo censo apontou, em relação à utilização da terra:³⁴⁵ com a pastagem a área utilizada era de 155.827 km²/63,38%; a lavoura utilizava 4.649 km²/1,89% (permanente: 526 km²/0,21% - temporária 4.123 km² /1, 68%); terras improdutivas 23.008 km² /9, 36%.

equivalente a 40% da área do estado. Os dados falam por si. Note-se quão grande era a área destinada à pecuária, e terras incultas e improdutivas, mantenedoras do latifúndio, a preocupação constante dos movimentos de luta por terra para quem nela trabalha. O cenário favorável à agropecuária resultou das políticas colocadas em marcha pelos governos das diferentes esferas de poder. Na década de 1950, a região Centro-Oeste – fronteira do capital –, e nela Goiás, experimentou um acelerado crescimento econômico em razão da agricultura comercial, em especial, das culturas de grãos e da pecuária, exigindo um contínuo aumento da produtividade. As políticas de ocupação e desenvolvimento dirigidas pelo Estado contribuíram para esse processo de crescimento da região e sua ligação com os mercados nacionais e internacionais. As mudanças não foram acompanhadas de melhorias reais para a população. O próprio Plano denunciava: “[...] os índices dos grandes agregados macroeconômicos³⁴⁶ não exprimem melhoria dos níveis de vida da população”. Parcela significativa da população “[...] vive ainda nos limites da subsistência”. Com efeito, “[...] suas condições de saúde, educação e higiene são notadamente deficientes” (PLANO MB, 1961, vol. II, p. 13).

Ao longo dos anos, o setor agrário goiano foi-se adaptando à conjuntura socioeconômica, passando por especialização e reorganização, sem que “[...] isso significasse necessariamente mudanças na estrutura de produção” (BORGES, 2000, p 127-8). Aliás, muito ao contrário, o padrão de especialização adotada pela agropecuária robusteceu o latifúndio como forma de propriedade, e reforçou a tradicional estrutura de produção no campo a serviço do mercado, “[...] e se definia como reserva de acumulação primitiva para a expansão do capital”, mediante o rebaixamento dos preços dos bens primários e, consequentemente, o aviltamento da remuneração da mão de obra, da exploração do lavrador, garantindo ao capital e ao proprietário da terra extorquir o máximo do seu sobretrabalho (BORGES, 2000, p 12).³⁴⁷ A manutenção do modelo atendia a interesses, inclusive o político. E, desse modo, em Goiás, “[...] a natureza social e ideológica do poder emergente em 1930 contribuiu para manter inalterada a estrutura fundiária e bloqueou qualquer ação política no sentido de transformá-la” (BORGES, 2000, p 129).

Sobre os latifúndios, pesa a existência dos altos lucros, dos baixos salários e das ocupações de trabalho não formalizado. Para Bruno, “[...] Os males do latifúndio não se

³⁴⁶ A Macroeconomia trabalha a evolução da economia como um todo, analisando a determinação e o comportamento dos grandes agregados, como renda e produto nacional, investimento, poupança e consumo agregados, a participação do governo na economia, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balanço de pagamento e taxa de câmbio.

³⁴⁷ Sobre a economia de Goiás, consultas indispensáveis: BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Ed. da UFG, 2005; ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. 2. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

restringiam ao rural, e seriam responsáveis pela não qualificação da mão-de-obra, a favelização, o empreguismo e o peleguismo” (1995, p. 19). A deterioração das condições de vida da população rural³⁴⁸ foi responsável pelo processo perverso de debandada em direção às periferias das grandes cidades, sofrendo a consequência da oferta de emprego por salário baixo, ou vivendo na informalidade. Sucumbindo-se a uma existência miserável, sem qualquer presença do Estado, tornando vulnerável ao crime organizado e sofrendo as consequências que isso representa.

O alcance do Plano MB, porém não se contrapunha aos interesses dos grupos dominantes, contrários a qualquer alteração da ordem ou da estrutura agrária. Em si, o Plano almejava a modernização do campo, com incentivo à agropecuária empresarial, a fim de atender às demandas do mercado externo e interno, ocupando-se também da permanência do homem do campo, por meio da política de colonização,³⁴⁹ com proposta de melhoria econômica, usufruto do que chama desenvolvimento, com acesso às CGP, traduzidas em terra, trabalho, educação, saúde, moradia, transporte, etc. O cerne da questão, levar modernidade e prosperidade ao homem do campo, pela modernização e aumento da produção, embora esta produção fosse de caráter familiar. Tudo isso articulado as CGP, via criação de escolas rurais, ensino técnico, fazenda modelo, capacitação em novas técnicas/práticas agrícolas e de manejo do solo. Ou seja, as estratégias de modernização com racionalização, na tentativa de superar o *atraso*, aumentar a produtividade, sem colocar em risco os interesses dos latifundiários,³⁵⁰ mas contrapondo-se à organização camponesa.³⁵¹

³⁴⁸ Responsável pelo êxodo rural de quase 30 milhões de pessoas entre 1960-80 no Brasil.

³⁴⁹ A esse respeito, consultar: GOIÁS, Instituto de Desenvolvimento Agrário. Goiás, *Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges*. Goiás, 1963. Cerne: Goiânia.

A proposta foi orientada pelo modelo israelense de cooperativismo identificado como: Kibutz (altamente socializado, tanto na produção quanto no consumo); Moshav Ovdim (mais liberdade de produção e de consumo); Moshav Shitufi, beneficiando-se dos elevados índices de produção dos kibutzim e do maior liberalismo de consumo dos moshavin. Tiveram início na década de 1930, a partir de um projeto de colonização norte-americana na região (ESTEVES, 2008).

³⁵⁰ Durante o exame de qualificação, nos foi sugerido identificar os principais latifundiários de Goiás naquela conjuntura. Conforme apurou a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre o Sistema Fundiário em todo o território nacional (Resolução 23/76 – prazo 25/11/76 a 30/9/77), em 1962, o Departamento de Terras e Colonização do Estado de Goiás expediu 9 títulos de terras em nome de diferentes pessoas, “[...] sem que fossem obedecidas as exigências legais e somente em 1975, os ditos títulos apareceram em mãos dos drs Cláudio Pereira da Cunha e Belizário Rodrigues da Cunha, ambos residentes em Araguari (MG), num total de 15.260 hectares, para serem localizados e medidos nos lugares Portão e Castanheira, onde existiam mais de 400 posseiros com posses mansas e passivas”, foram despejados com violência. Ver: Diário do Congresso Nacional – Seção I, 28setembro/1971 – p. 29. Ano XXXIV – suplemento ao nº 121. Capital Federal. Câmara dos Deputados – Projeto Resolução nº 85 de 1979. Realizamos outras tentativas junto ao INCRA, Cartório de Registro de Imóveis e na Supervisão de Regularização Fundiária/Secretaria da Agricultura de Goiás. Este último forneceu uma relação de terras tituladas pelo governo de Goiás, município de Crixás, período de 1954 a 1962. Para efeito de atender à solicitação da banca, da lista, extraíram-se as propriedades acima de 2000 hectares, identificadas como latifúndios. Na relação percebe-se titulação em favor de famílias, como, casal

Em síntese, o enfrentamento da questão agrária requereu esforços, com ações diversas, na tentativa de acomodar diferentes interesses. Indo além nas ações empreendidas, a intenção foi garantir o estabelecimento das condições em que a ordem seria mantida. O Plano MB propunha a colonização em bases cooperativistas, estratégia que se aproximava, em parte, da experiência adotada em 1941 por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, ao criar, no vale de São Patrício (município de Jaraguá), a Colônia Agrária Nacional de Goiás (CANG), dentro da proposta de ocupação e interiorização do país, a partir do Centro-Oeste, como visto anteriormente (CAMPOS, 2012).

5.2 A RESISTÊNCIA CAMPONESA

A despeito do avanço da fronteira agrícola para Goiás, Maia (2008, p. 35) viu nele a possibilidade “[...] do acesso a um pedaço de terra pelo pequeno produtor”. Por sua vez, na busca pela terra, em meados dos anos 1940 e, sobretudo, na década de 1950, a questão agrária demarcava o “potencial revolucionário [...] ao se organizarem [...] as Ligas Camponesas”³⁵² e, na intensificação dos conflitos, sobressaía-se como um dos graves problemas sociais brasileiros. Assim afirma Moniz Bandeira:

Adélia Lobo Mena Barreto (2.066 ha/19.4.1954); Clotário Mena Barreto (2.066 ha/19.3.1954); Altamiro José de Souza (2.066 ha/19.11.1954) e Alberto José de Souza (2.066 ha/28.6.1954). Além de Agar Carpaneda Prudente: (2.066,00 ha (28.6.1954) e 2.066,00 ha (26.1.1955) total de 4.132,00 ha); Waldemar Ribeiro Prudente (2.066 ha/19.05.1954); Geraldo Mascarenhas e outros (2.066 ha/19.11.1954); Amélia Catnile Golia (2.066 ha/10.12.1954); José Carlos Tavares Filho (2.066 ha/29.6.1954); Leoni Afonso dos Santos (2.066 ha/19.5.1954). Outra informação mencionava a solicitação feita ao Diretor Geral do Departamento de Terras e Colonização para compra no loteamento Rios Lontra e Andorinha – 6ª etapa, localizado no município de Araguaína por José Raimundo Soares e Silva (10.000 ha) para José Raimundo Soares e Silva (10.000 ha); Newton de Feliciano Santos (10.000 ha), “destinados a desenvolver atividades agrícolas e pastoris”. Diário Oficial (GOIÁS), n. 8.619, de 29 jun. 1961. Agência Goiana de Comunicação. Goiânia

A aquisição de grande quantidade de terra, total de 12.807 hectares, lotes vizinhos (do 2 ao 8) foi requerida por membros de uma mesma família ao Diretor Geral do Departamento de Terras e Colonização no loteamento Pantanal de Cima, localizado no município de Cristalândia. São eles Hélio Juvenal de Almeida (1.325 ha); Maria José Juvenal de Almeida (1.707 ha); Coraci Juvenal de Almeida (1.887 ha); Mª Elita Juvenal de Almeida (2.000 ha); Maria Célia Juvenal de Almeida (3.825 ha); Antonio Juvenal de Almeida (2.000 ha). Diário Oficial (GOIÁS), n. 8678, 27 ago.1961. O estudo não localizou a efetivação da compra. Agência Goiana de Comunicação. Goiânia.

³⁵¹ Consultar: GUIMARÃES, Maria Tereza C. *Formas de Organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1982. ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Nas trincheiras, luta pela terra dos posseiros de Formosa e Trombas (1948 – 1964): uma resistência ampliada*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

³⁵² Em Goiás, as ligas camponesas surgiram acompanhando o percurso da Estrada de Ferro Catalão, Nova Aurora, Urutai, Pires do Rio, Orizona e Goiandira. No estudo de Loureiro (1982, p. 57) a partir do Estatuto, as Ligas Camponesas são “[...] associação dos trabalhadores do campo que visa congregar [...] todas as pessoas que tenham como fonte de renda e sustento a exploração agrícola e pastoril”.

[...] Desde então as invasões de terras se sucederam e se alastraram pelos Estados do Maranhão, Paraíba, Goiás, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, enfim, por todo o País, como consequência também da expansão capitalista, que desintegrava a economia rural, acentuando o desemprego e a fome dos campos (1983, p. 54).

Em Goiás, “[...] a dinâmica das lutas sociais no campo, foi dada fundamentalmente pelas lutas camponesas”. Diante da expansão do capitalismo, ampliaram-se os conflitos por um pedaço de terra, na forma de resistência, como avalia Guimarães (1988, p. 16). Como desdobramento desse processo, a organização³⁵³ dos latifundiários, que se armaram na defesa dos seus interesses de classe. O confronto foi marcado pela atuação de “[...] setores políticos que apresentaram [...] projetos políticos e disputas à tutela política dos trabalhadores rurais” (GUIMARÃES, 1988, p. 16).

Com efeito, segundo Maciel (2014, p. 369),³⁵⁴ “[...] as organizações como as ligas camponesas, a Polop e o PC do B criaram ou tentaram criar campos de treinamento e focos guerrilheiros em diversas regiões do estado, evidenciando a centralidade da questão agrária em sua plataforma revolucionária”.

Na trincheira das lutas, localiza-se a do Arrendo³⁵⁵ (1948-1952), que se deu em Campo Limpo, região no município Orizona, Estação do Roncador/Estrada de Ferro, sudoeste goiano, que respondia pelas demandas de produtos primários do sudeste. Com apoio do PCB – com uma política voltada para a organização do campesinato – a mobilização dos camponeses tratou da luta por direitos. Fundaram-se assim, as Ligas Camponesas com a reunião de trabalhadores de diversas fazendas em defesa da baixa do arrendo, com o cumprimento da Constituição estadual que prescrevia, em seu art. 172, que a taxa de arrendamento não excedesse a 20% da produção. Tal proposta foi apresentada pelos deputados estaduais comunistas Abrão Isaac Neto e Paulo Alves da Costa,³⁵⁶ eleitos em janeiro de 1947. Os fazendeiros alegavam desconhecer a lei, e, logo, os comunistas trataram de repassar a Constituição para esclarecimento geral. O sentido do movimento foi de enfrentamento direto entre arrendatários e proprietários de terra. Mobilizados, ao término da

³⁵³ Forma semelhante ao que aconteceu na criação da Frente Agrária Democrática Goiana (1963), e mais recentemente com a União Democrática Ruralista (UDR/1985).

³⁵⁴ Consultar: MACIEL, David. *A esquerda goiana nos anos 60/70: do nacionalismo estatista à luta contra a ditadura militar*. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. 1p. 359-377 – jan /jun, 2014.

³⁵⁵ Denominação da porcentagem final da safra/colheita destinada ao fazendeiro. A taxa era de 50%, sendo que o fazendeiro transferia para o camponês todos os custos e riscos da plantação, auferindo lucro líquido e certo no momento de passar a produção ao mercado.

Loureiro (1982) afirma que, com o êxodo dos trabalhadores para Goiânia e para a CANG, os fazendeiros se viram na condição de empregadores de pouca mão de obra, com isso a parceria evitava o risco de faltar força de trabalho, sobretudo para a colheita.

³⁵⁶ Primeiro suplente do PCB assumiu em 24. Mar 1947 no lugar de Afrânio Francisco de Azevedo de licença para tratamento de saúde. Consultar: CAMPOS, F. Itami. ; DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás. História e Legislaturas*. vol. 1. 2. ed. Revista e Ampliada. Goiânia: Editora da Assembleia, 2011.

colheita os camponeses acompanhavam a sua partilha, de fazenda em fazenda,³⁵⁷ a fim de garantir a vitória da luta, tudo acompanhado de perto por jagunços. Em 1951, o PCB oficializava a *nova linha* de ação, admitindo a tomada do poder pelas armas, tendo como palavra de ordem *a terra é de quem nela trabalha*.³⁵⁸ O partido almejava, pois, a ocupação das terras. A chegada do período do plantio acirrou o conflito; os fazendeiros, dispondo da relação nominal, recusavam a força de trabalho daqueles que haviam participado da Luta do Arrendo. Diante do impasse, em passagem por Pires do Rio, Gregório Bezerra,³⁵⁹ membro da direção nacional do PCB, com experiência de organização e formação política dos trabalhadores rurais, seguindo diretrizes partidárias, pregou a ocupação e derrubada da mata existente em Orizona. Tal orientação, encaminhada aos camponeses, foi rechaçada pelo Comitê Municipal³⁶⁰ de Pires do Rio. Mas nem por isso descumprida. Na Luta do Arrendo,³⁶¹ Loureiro (1982) em estudo, menciona a mobilização de 300 camponeses em prol da redução da taxa do arrendo. Na ocupação, 16 camponeses acataram a orientação partidária nacional à revelia da instância local. No encaminhamento da luta, a tarefa de Gregório Bezerra se ateve à mobilização dos camponeses para a ocupação da terra, não à linha de frente da ocupação. Ele saiu da cidade antes da ação propriamente dita. Os camponeses que ocuparam a mata ficaram sem o apoio da direção comunista local. Loureiro (1982) diz que a polícia espalhou o terror. Dezenas de policiais enviados pelo governador de Goiás, Pedro Ludovico, a pedido do

³⁵⁷ Em torno de 10 fazendas, em média com 500 ha cada uma, perfazendo 5.000 ha aproximadamente. Produzia arroz, milho, feijão e gado, além de produtos para consumo dos trabalhadores.

³⁵⁸ Consultar Loureiro (1982, p. 66).

³⁵⁹ Liderança do *partidão*. Participou ativamente da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em 1945, elegeu-se deputado, por Pernambuco, à Assembleia Nacional Constituinte. Com o Golpe civil-militar de 1964, foi submetido a atrocidades no ato da prisão, sendo amarrado pelo pescoço e arrastado pelas ruas do Recife. Em abril daquele ano, teve seus direitos políticos cassados por dez anos, com base no Ato Institucional nº 1. Em 1967, foi condenado a 19 anos de prisão. Em 1969, foi um dos 15 quinze presos trocados pelo embaixador americano Charles Elbrick, sequestrado por integrantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8/dissidência estudantil do PCB-Guanabara), como estratégia para denunciar publicamente as atrocidades cometidas pela ditadura e libertar os presos políticos. Na ocasião banido do território nacional, exilou-se por dez anos na União Soviética, depois de curta passagem por Cuba. Com a anistia, em 1979, regressou ao Brasil. Consultar: Reis Filho. Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/aarao_reis_versoes_e_ficcoes.pdf> Acesso em 18 dez. 2014.

³⁶⁰ Agremiação presente em Goiás, desde 1945, na luta pela baixa do arrendo e organizando as ligas camponesas. Em Pires do Rio, foi criado em 1948. O jornal do PCB/Goiás, com discurso mais radical em 1954, pela defesa do confisco da terra e a luta armada: a partir de 1958 propõe a defesa da articulação dos camponeses por vias legais de organização: os sindicatos (GUIMARÃES, 1988).

³⁶¹ Protagonistas: os tatuíras (termo usado pelo PCB para designar os camponeses), o Partido, arrendatários, prefeito, de Pires do Rio e de Orizona e a polícia. Consultar: LOUREIRO, Walderez Nunes. *O aspecto educativo da prática política*. A Luta do Arrendo de Orizona. Dissertação (mestrado). Instituto de estudos Avançados em Educação. Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1982.

prefeito de Orizona e fazendeiros,³⁶² reprimiram o movimento de forma brutal,³⁶³ inclusive com perseguição a todos os participantes da Luta do Arrendo, mesmo sem terem participado da invasão. Foram espancados, seus casebres e roças destruídos. A força policial atuava para salvaguardar os interesses dos fazendeiros em detrimento da luta camponesa por terra. Com base no depoimento dos camponeses, o estudo de Loureiro registrou:

Os atingidos pela repressão foram os camponeses e alguns simpatizantes. Ninguém do partido foi preso ou espancado; camponeses, sim. Gente ficou aleijada, muita criança sem leite, sem comida, porque os pais estavam fugidos, presos ou doentes de pancada. Em Orizona um dentista ficou aleijado. Ele só dava alguma ajuda aos camponeses. Era simpatizante. Nesta época o destacamento da polícia foi dobrado, tanto em Orizona como em Pires do Rio [...] Depois da debandada foi preciso tirar camponês que nunca mais puderam voltar lá. Foram processados [...] outros seguiram para o norte de Goiás onde havia terras devolutas (1982, p. 88).

Os quadros do PCB foram estrategicamente retirados pela direção estadual e encaminhados para outra localidade “[...] ai não tinha elemento de nível ideológico capaz de reagrupar aquilo” Loureiro (1982, p.89). Embora, diante da repressão “[...] o partido não teve coragem de falar com os camponeses. Estes estavam contra o partido. As mulheres com criança chegavam a Pires do Rio com ódio dos elementos do partido e não tinha como explicar para o povo que a culpa era da polícia e não do partido” (p. 89). A desarticulação do movimento, em 1952, interrompeu a luta, mas não desarticulou suas demandas históricas, que seriam incorporadas, posteriormente pelos sindicatos rurais.

Outra experiência de luta e resistência pela posse da terra, do trabalho e de condições mais dignas de vida se deu em Trombas e Formoso (1948 a 1964), região de terras férteis e devolutas. Fundou-se ali, a Associação de Lavradores e Trabalhadores de Trombas e Formoso, acompanhado de perto pelo PCB. Na região os camponeses construíram suas casas e cultivaram suas roças. No entanto, os grandes proprietários pressionavam para ampliar suas terras e direcioná-las para a pecuária. Essa realidade desencadeou conflitos entre camponeses e grileiros. Os camponeses se organizaram em Conselhos de Córrego – assim denominados por aglutinarem posseiros que compartilhavam áreas banhadas pelos mesmos córregos – com base em núcleos, onde se planejavam as ações voltadas para a organização da produção e a comercialização. Atuavam no controle da entrada e saída de posseiros, para impedir a disputa de terras.

³⁶² Diz Loureiro que parcela significativa dos fazendeiros pertencia aos quadros do PSD, possuíam poder paramilitar - os jagunços.

³⁶³ O jornal do PCB/Goiás denunciou a violência sofrida pelos camponeses: “Camponeses pedem terra. Ludovico responde com bala” (LOUREIRO, 1982).

Surgiram então as associações rurais. Talvez a experiência mais significativa – e mais duradoura – cultivada pelos camponeses tenha sido a *rede de vizinhos*, que se organizavam em torno dos cursos d’água que recortavam o cerrado em busca do vale do Tocantins. Estruturaram, com base na rede, uma forma de autogoverno, para responder aos desafios da produção e da defesa de suas lavouras contra grileiros, jagunços e a polícia, nos momentos mais agudos do conflito.³⁶⁴ Naquela conjuntura, foi significativo o crescimento da organização camponesa. Fato que preocupava os setores conservadores da sociedade goiana/brasileira vista como *ameaça vermelha*, e, também Mauro Borges.

A Associação dos Lavradores e Trabalhadores de Trombas e Formoso (que perdurou até 1964) deliberava com base nas decisões emanadas dos Conselhos do Córrego. Em face das articulações, mobilização, legitimidade e do potencial eleitoral, a associação era bastante assediada por políticos, como os do PSD, que buscavam o apoio eleitoral dos camponeses. E, na eleição para o governo de Goiás, em 1960, a plataforma política apresentada por Mauro Borges (PSD) assumia o compromisso por uma política agrária para regularização das terras, sobretudo de Trombas e Formoso, o que contemplava demandas da associação, com a entrega definitiva dos títulos. Dessa feita, os camponeses acreditaram que teriam espaço para realizar seu projeto político, confiando na adoção de uma política para a resolução dos conflitos, que colocaria fim às perseguições e violências sofridas pela ação dos grileiros e fazendeiros. Na eleição de Mauro Borges não houve apoio formal da associação nem do PCB, o que Pereira (2006) considerou fator importante para a vitória *maurista*, tendo em vista a formação de Goiás, de bases conservadoras, reacionárias e oligarcas. Contudo, de acordo com Rabelo (1978, p. 117), “[...] o líder José Porfírio³⁶⁵ assegurava a Mauro Borges amplo apoio dos camponeses que liderava” na esperança de solução para os conflitos de Trombas e Formoso. Mauro Borges construiu alianças políticas também com o PTB, PTN, além de apoio do movimento estudantil. Ampliar esse leque de aliança tornou-se um desafio. Visto ser a classe operária e o movimento sindical, reduzidos. Se por um lado o caminho era a mobilização rural, por outro, esbarravam-se sua agremiação partidária, o PSD, identificado como o partido dos fazendeiros, dos chefes políticos locais (RABELO, 2009). Ademais, uma

³⁶⁴ Impondo seguidas tentativas de expulsão dos posseiros por grupos armados de jagunços e policiais, com queima dos ranchos, espancamento, saque e destruição da colheita. Desse movimento emergiram lideranças de projeção estadual e nacional, como José Porfírio, Geraldo Marques, Nego Casseiro e outros (COELHO; BARREIRA, 2007; GUIMARÃES, 1988). Ver: PESSOA, Jadir de Moraes. *A Revanche Camponesa*. Goiânia: UFG, 1999; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: UFG, 1988.

³⁶⁵ Em 1962, foi eleito deputado estadual, pela coligação PSB e PTB, o segundo mais votado de Goiás, com 4.663 votos, atrás somente do ex-governador Iris Rezende (PSD). Ele recebeu o apoio do PCB.

parcela do partido aceitava a proposta de combate ao latifúndio improdutivo dentro dos parâmetros constitucionais de indenização prévia do proprietário.

Naquela conjuntura, final de 1950 e início de 1960, a Igreja Católica “[...] incorporou as demandas sociais pela reforma agrária e pelo sindicalismo rural”. (GUIMARÃES, 1988, p. 160). Assim, o combate ao comunismo ficou ainda mais robusto com a pregação da Igreja Católica de Goiás, sob o comando do arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes do Santos. Nesse intento, ele liderou a criação da Frente Agrária Goiana (FAGO), em 1962. Com isso, buscava “fortalecer sua identificação com a sociedade”, no enfrentamento de outras visões de mundo que se propagavam no campo e na cidade (BORGES, 2008, p. 133). Espelhada na Encíclica *Mater et Magistra*,³⁶⁶ sob o argumento de promover o progresso, conter o êxodo rural e amparar o homem do campo, a igreja pregava “[...] o humanismo, o cristianismo, o anticomunismo e a garantia da propriedade privada. No fundo era uma ação rural para se contrapor aos comunistas com suas Ligas Camponesas que em Goiás eram lideradas por José Porfírio” (POLONIL, 1997, p. 113). Na busca por *defender o rebanho*, além da Fago, houve o engajamento do setor de sindicalismo rural,³⁶⁷ vinculado ao Movimento de Educação de Base (MEB),³⁶⁸ reunindo elementos do movimento estudantil³⁶⁹ que, com sua experiência, contribuíram para o trabalho de criação de sindicatos de trabalhadores rurais, o que se fazia em consonância com os pressupostos orientadores da reforma agrária, pautados pelo Ipes, em defesa da paz e bem-estar social no campo, contrapondo-se à organização camponesa, na luta por um pedaço de terra. A criação de sindicatos e a sindicalização dos trabalhadores vai guiar também a política implementada por Jango, por meio da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) em 1962. Seu governo apoiou como nenhum outro a criação de sindicatos, inclusive os meios para sua efetivação, com o rápido reconhecimento do Ministério do Trabalho. Tal procedimento expressava a submissão ao governo federal, tendo em vista que os sindicatos eram regulados pela legislação trabalhista instituída, no governo Vargas.

³⁶⁶ Lançada durante o papado de João XXIII, a Carta papal manifestava uma visão liberal para os problemas econômicos, garantindo o estímulo à iniciativa pessoal, reconhecia a propriedade privada como natural, fazia a defesa da lógica urbano industrial como condição para o desenvolvimento rural e o bem-estar dos rurícolas (ESTEVES, 2011).

Princípios da *Mater et Magistra* também influenciaram Mauro Borges, ao afirmar ter buscado nessa encíclica inspiração para levar a efeito a reforma agrária, cristã e democrática do seu governo.

³⁶⁷ Início em 1962, com ação em Anápolis, Hidrolândia, Pirenópolis, Jaraguá, Nova Veneza. Em setembro daquele ano realizou-se com apoio da arquidiocese, o encontro de sindicalismo rural.

³⁶⁸ Com início em 1961 tendo como proposta, levar aos trabalhadores rurais a alfabetização na perspectiva de romper com a estrutura agrária obsoleta e marchar na direção da reforma agrária cristã.

³⁶⁹ Vinculados à Juventude Universitária Católica (JUC), posteriormente, em 1963, Ação Popular (AP), aponta Guimarães (1988).

5.3 A QUESTÃO AGRÁRIA

Sob o governo de João Goulart, a questão agrária foi uma das principais discussões que marcaram aquela conjuntura e a polarização do debate político. Canalizou as atenções do governo, dos partidos, dos movimentos sociais, da Igreja Católica, da opinião pública. Consolidou-se a “[...] visão de que havia uma questão agrária a ser resolvida no Brasil, de que a concentração da propriedade fundiária, traço contínuo da nossa história desde os tempos coloniais, era a base de todo um conjunto de problemas” com os quais se defrontava a grande maioria da população rural (GRYNISPZAN, 2008, p. 57). Todavia, “[...] a burguesia brasileira, subordinada às finanças internacionais e ligada umbilicalmente ao latifúndio, de onde se originara parte do seu capital” (MONIZ BANDEIRA, 1983, p. 54-55) com apoio da bancada ruralista no Congresso Nacional, relutava em promover o tema ou mesmo refutava qualquer mudança na estrutura agrária do país. São elementos importantes e necessários à compreensão do acirramento das disputas envolvendo a questão agrária. Provavelmente de todas, a mais relevante, o elemento chave da crise institucional que desaguou no Golpe civil-militar de 1964.³⁷⁰

Como espaço de organização e elaboração de diretrizes de reformulação agrária, Jango criou, em 1962, a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), subordinada diretamente à presidência, na busca por equacionar a questão agrária. A intenção era promover a desapropriação de terras improdutivas e medidas complementares para garantir as CGP, assistência técnica, financeira, sanitária, educacional, visando criar um mercado interno e integrar o trabalhador rural ao processo de desenvolvimento. Em 2 de março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, regulando as relações de trabalho no campo, que, até então, estiveram à margem da legislação trabalhista. Com efeito, a sindicalização foi fortalecida. Tal medida, no entanto, provocou contrariedade nos latifundiários e empresários do setor. A criação da Supra, já acirrara os ânimos dessas forças, por temerem mudanças na estrutura agrária do país, daí, pregarem abertamente contra as ações propostas nessa direção. A Supra, com atuação nos estados por meio das Delegacias Regionais, foi instituída em Goiás em 1963, cujo primeiro presidente foi Cristóvam do Espírito Santo.³⁷¹

³⁷⁰ Por ação dos militares foi instituído o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964) e criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à Supra.

³⁷¹ Deputado estadual pelo PTB (1959-1963/ 1963-1967). Em 1/6/1964, teve cassado seu mandato e suspensos seus direitos políticos por 10 anos, pelo Presidente Castelo Branco, com base no Ato Institucional nº 1. Posteriormente, Jaime Câmara assumiu o comando da Delegacia regional da Supra em Goiás..

Em meio às disputas e ao andamento das ações, em Goiás, a Delegacia Regional da Supra e a Secretaria de Trabalho e Assistência Social (SETAS) tentavam criar uma frente de apoio à sindicalização rural, atuando dentro das orientações proposta pelo PTB. Almejavam, com isso, conter a influência do PCB sobre os camponeses e suprir Jango – e talvez Mauro Borges – de sua “[...] própria massa de manobra rural, com a qual ele poderia pressionar e controlar os proprietários de terra e seus representantes políticos” (DREIFUSS, 1981, p. 304). Por todas essas razões, “[...] as Ligas Camponesas começaram a ser rapidamente substituídas pelos sindicatos rurais”. Com apoio do Estado, entidades encaminhavam as demandas mais imediatas dos associados. Por sua vez, a reforma agrária, pauta de luta das ligas, depreendia maior esforço, e, devido aos interesses políticos e econômicos em disputa, era sempre protelada, e sem garantia de êxito. Ou seja, as organizações e lideranças vinculadas à Igreja Católica, ao PCB e ao PTB fundaram “[...] sindicatos, com o mesmo espírito dos sindicatos dos operários industriais. Isto é, o caráter assistencial e recreativo sobrepuja o caráter político das organizações do proletariado agrícola”, sentenciava Ianni (1988, p. 78).

A dinamização da região, os conflitos sociais no campo, sinalizavam ao candidato Mauro Borges a necessidade imperiosa de “reorganização do espaço agrário goiano” (ESTEVES, 2011, p.56), consubstanciado nas CGP. Eleito, o discurso de posse é emblemático, em defesa “da elevação do padrão de vida do povo goiano” com o cumprimento do artigo 147 da Constituição estadual, que prescreve: “O uso da propriedade deve ser condicionada ao bem-estar social”, capaz de “promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos” (artigo 141). E o governador tratou dos meios de colocá-lo em prática. Por assim compreender, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Econômico, o governo *maurista* contratou a assessoria do Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro³⁷² (com sede no Rio de Janeiro), para elaborar um estudo referente à situação agrária de Goiás. As diretrizes apontavam para sua reformulação, com início pela modernização do campo e retomada da política de colonização agrícola, com a criação de novos núcleos. O plano resumia boa parte da cultura técnica e das preocupações

³⁷² Engenheiro e economista, fundador do Serviço de Planejamento da Fundação Brasil Central (1944), Diretor executivo da Fundação Getúlio Vargas (1944/45), assessor técnico da Confederação Nacional das Indústrias (CNI); membro fundador e diretor do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), assessor técnico e coordenador do Grupo de Estudos Sociais e Econômicos do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), um dos responsáveis pela elaboração do Estatuto da Terra (Gov. Castelo Branco); presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) em 1965; Junto à PUC-Rio foi um dos responsáveis pela formulação do I Plano Diretor da Universidade, desenvolvido entre 1968-1970, bem como promoveu a área de Planejamento Educacional no Mestrado de Educação. No entendimento de Esteves (2012, p.223), Paulo de Assis Ribeiro foi um dos mais atuantes organizadores do capitalismo, entre as décadas de 1940 e 1970, no Brasil.

com a ordem político-social para aquela conjuntura. Espelhava princípios pautados pelo Ipes,³⁷³ para a reforma agrária, por ser Paulo de Assis Ribeiro principal ideólogo da proposta da instituição/RJ, juntamente com alguns remanescentes da experiência de Revisão Agrária do Governo Carvalho Pinto (SP), além do economista Julian Magalhães Chancel, coordenador dos trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás - Plano MB, dentre outros.

Como visto anteriormente, o Ipes (1962) surgiu na cena brasileira usando um discurso contrário ao comunismo (DREIFUSS, 1981), ou a qualquer articulação de esquerda. “Para ver, julgar e agir, constituímos o Ipes”.³⁷⁴ O alvoroço provocado pelos debates sobre as Reformas de Base (agrária, bancária, urbana, universitária e tributária), levava membros do Ipes e também do Ibad (1959) à percepção de que o país estava inexoravelmente à beira do comunismo e que cabia aos *homens bons* a interrupção desse processo (FGV/CPDOC).³⁷⁵

Nessa perspectiva, o modelo do agrarismo ipesiano³⁷⁶ previa a criação de uma *classe média rural*, em respeito à propriedade privada, ou seja, a preservação da estrutura fundiária, ao se orientar em projeto de assistência técnica, plano de colonização, iniciativas de políticas agrícolas voltadas à promoção do desenvolvimento agropecuário das regiões brasileiras. Outro elemento, apontado por Esteves (2011), em relação ao modelo ipesiano, diz respeito, à *Justiça Agrária*, “destinada a solucionar demandas específicas das relações sociais oriundas do mundo rural”, vistas como mais complexas, por abarcar “várias formas de contrato de trabalho e relações de interdependência entre trabalhadores rurais e proprietários de terras” (ESTEVES, 2012, p.238).

As atividades conspiratórias travadas pelo complexo Ipes/Ibad, são intensificadas com a criação da Supra. Tais organismos promoviam a doutrinação por meio da manipulação de opiniões, da guerra psicológica, utilizando os meios de comunicação de massa para atingir sua finalidade. Na análise documental sobre o Ibad,³⁷⁷ Oliveira (2008, p. 28)³⁷⁸ identificou a

³⁷³ No Plano GPC, com vistas à articulação da candidatura de Mauro Borges à presidência da República, a vinculação do programa agrário *maurista* ao agrarismo ipesiano foi reforçada como uma estratégia de aproximação com os militares, sobretudo da ESG.

³⁷⁴ Folheto intitulado *O que é o IPES?* Consultar: Natividade, Melissa de Miranda. *Ação e Atuação do Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES* (1961-1964). Anais do XV encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anaais/15/1338515360_ARQUIVO_TextoANPUHRegional2012.pdf Acesso em: 23 jul. 2014

³⁷⁵ IPES – Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais Acesso em: 17 ago. 2014.

³⁷⁶ Afinado com as diretrizes emanadas da Encíclica papal *Mater et Magistra*.

³⁷⁷ Publicação mensal do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, edição nº 44, de Janeiro de 1963. Dentre as estratégias para construção da opinião pública contra o comunismo, tradução e a divulgação do livro *Assalto ao*

ferrenha campanha contrária à criação da Supra, acusando-a de uma ofensiva “comunopetebismo” sobre o campo, e a Jango a tentativa de estatização da política agrária. O Ibad alegava a usurpação de atribuições da competência de Congresso, conforme previsto na Lei Delegada nº11, de 12 de setembro de 1962, que suprimia o poder de voto e veto sobre a atuação da Supra. “Oficializa-se, assim, o banimento da iniciativa privada e se institucionaliza o estatismo para a agricultura.”

Pode-se perceber o poder de articulação do complexo Ipes/Ibad nos diferentes momentos em que foram atores no cenário político nacional. Sua associação perdurou até 1963, quando o Ibad foi suspenso.³⁷⁹ Seus integrantes reagiam com ódio às *Reformas de Base* que, por si, não tinham nada de revolucionário e propunham corrigir impasses enfrentados pelo capitalismo nacional. Porém, utilizou-se, a reforma agrária como pretexto para travar uma guerra psicológica de diferentes formas no combate ao comunismo. Apoiados pelos Estados Unidos, que pressionavam o Brasil a implantar uma reforma agrária dentro dos limites aceitáveis, temerosos da influência da Revolução Cubana na América Latina. Em ofensiva contra a Supra, o Ibad espalhou o terror pelo país. Em Goiás não foi diferente, conforme relato do Jornal *Última Hora*³⁸⁰ sobre os boatos difundidos com apoio da Associação Rural Brasileira:

[...] as agências de banco de Formosa fecharam suas carteiras de empréstimo em face da intranquilidade reinante, com os fazendeiros temerosos de que o líder camponês José Porfírio invada suas terras ou o governo federal as desapropriasse sem qualquer indenização (23.5.1963).

O referido periódico retratava o pânico espalhado pelas forças conservadoras e reacionárias, a tal ponto que o carro da Supra, conduzindo os deputados integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista, foi recebido a bala, ao chegar ao município goiano de Formosa, para debater com a população a reforma agrária proposta por Jango. Os tiros, provavelmente partiram das armas distribuídas pelos fazendeiros aos seus capangas, informava o jornal.

Parlamento, do escritor tcheco Jan Kosak. Coube ao jornal *O Globo*, a publicação da obra, na qual descrevia a tomada do poder pelos comunistas na Tchecoslováquia e o papel central que o controle do Congresso desempenhara nesse processo.

³⁷⁸ Ver Disponível em:

<http://www.hcomparada.historia.ufri.br/revistahc/artigos/volume002_Num002_artigo005.pdf> Acesso em: 21 dez. 2014

³⁷⁹ Suas atividades foram interrompidas durante três meses sob investigação pela CPI-Ibad, com fechamento definitivo ao término do trabalho da comissão.

³⁸⁰ “IBAD e ruralistas espalham boatos sobre a reforma agrária em Goiás”, Rio de Janeiro, 23 mai.1963. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

Em outro plano, mas envolvendo a mesma questão, a luta no campo, o Jornal *O Globo*³⁸¹ transmitia, com sua força, a revolta dos fazendeiros goianos congregados em torno das *Forças de Defesa das Propriedades Privadas*, diante dos “[...] problemas da invasão de terra incentivada pela Supra”. As reações contrárias a qualquer mudança na estrutura agrária vinham de várias frentes. Assim como ocorreu em diversos estados, em Goiás, antes do Golpe civil-militar, foi criada a Frente Agrária Democrática Goiana, entidade paramilitar, com “[...] objetivo de fazer resistência armada às tentativas de reforma agrária do governo Jango”. A entidade combatia o comunismo, o peleguismo e apoiava a democracia liberal e Carlos Lacerda. Manoel dos Reis e Silva,³⁸² médico e ruralista, relatou a Souza (1990, p. 88) sobre a Frente e seu principal interlocutor, capitão Anibal Coutinho:³⁸³ “[...] ele apenas nos informava que tinha gente da área militar que não se conformava, não aceitava aquela situação [...] ele realmente estava envolvido na conspiração oficial”, que desaguou no Golpe civil-militar de 1964.

Nas linhas e entrelinhas dos grandes jornais,³⁸⁴ sob o domínio das classes dominantes, notavam-se manifestações acompanhadas de desaprovação e repulsa às lutas populares. Para tanto, imagens e palavras eram cuidadosamente articuladas, a fim de transmitir à população a associação dessas lutas ao caos, à desordem, à baderna e ao comunismo, simbolizadas com imagens de greves, manifestações, passeatas, confrontos com a polícia, invasão de terras. Indo além, mobilizavam a opinião da população de forma negativa e a reagir contra o suposto caos. Foram eficientes, com exceção do Jornal *Última Hora*,³⁸⁵ como protagonistas; prepararam a liquidação do governo janguista e o cenário para a instalação da ditadura militar de 1964.³⁸⁶

³⁸¹ O Globo, 28 fev 1964, Rio de Janeiro. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

³⁸² Presidiu a SGPA entre 1965-1966/ 1967-1968/ 1969-1970. Prefeito biônico de Goiânia pela Arena, entre 2/7/70 e 14/4/74.

³⁸³ Constam na lista de torturadores (atualizada em 22/novembro/2013) os nomes: Anibal de Carvalho Coutinho – major da Artilharia do Exército serviu em Goiânia-GO/1964); Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello – coronel da Infantaria do Exército; em 1964 comandou o 10º BC, foi Secretário de Segurança Pública de São Paulo (1970-1971) e de Goiás, no governo de Irapuan da Costa Júnior; Marcus Antônio Brito de Fleury – capitão da Infantaria do Exército, serviu em Goiânia (1964), foi Delegado Regional da DPF em Goiás, Secretário de Governo de Irapuan Costa Júnior. Em 1985 presidiu a Metais de Goiás S/A (METAGO); Os três foram agraciados com a Medalha do Pacificador, pelos bons serviços prestados ao exército. A lista foi produzida com base nas informações do Núcleo de Preservação da Memória Política, de São Paulo. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-americas/lista-dos-torturadores>.

³⁸⁴ Palavras de Abreu (2006, p. 107): “por uma perspectiva elaborada pelos veículos de comunicação que muitas vezes o leitor é levado a perceber a realidade e a se posicionar diante dos acontecimentos”.

³⁸⁵ Não aderiu ao Golpe civil-militar de 1964. No dia 2 de abril, acuado depois de depredada sua redação, o jornal vivia uma situação inversa à de 24 de agosto de 1954, quando o povo enfurecido atacou as redações de veículos que pregavam a queda de Getúlio, entre os quais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*. Logo após a queda

O Globo (28.2.1964), partícipe da articulação golpista, com ênfase, registrava o repúdio dos fazendeiros à ação dos sindicatos de lavradores: “[...] na maioria dirigido por comunistas que, desde sua fundação, há meses trouxeram a intranquilidade e a desconfiança entre o fazendeiro e o colono”. Prosseguia, dando conta das reuniões realizadas pelos fazendeiros e da disposição deles em “oferecer resistência a qualquer invasão de terras em Goiás nem que para tanto seja necessário o uso das armas”, como afirmava Lincoln Xavier Nunes, Secretário da Associação Rural de Anápolis (irmão do Secretário de Segurança Pública do governo *maurista*, Rivadávia Xavier Nunes). Segundo o jornal, apesar de negarem, os fazendeiros hão de resistir à invasão, inclusive “[...] estão procurando adquirir novos armamentos visando contar com um potente dispositivo bélico”. Nota-se, na expectativa da entrega de terras aos camponeses, o quanto o discurso e a reação dos opositores foram radicais. O impresso invadia o dia a dia da população, alcançando significativa influência na formação de opinião, devido ao sensacionalismo no trato da questão agrária e tudo que a envolvia. De modo geral, o que ficava nítido era a tentativa, por partes dos opositores apoiados pela mídia, de mostrar que a proposta das reformas de base insinuada pelo governo janguista, e, nela, a reforma agrária, incitava a luta de classes e a barafunda no país.

A reação em apoio à luta camponesa veio logo. Em *Manifesto* divulgado em primeiro de julho de 1963, estudantes, operários, camponeses, intelectuais goianos, repudiaram a ação “arbitrária da polícia fascista do estado que sob o pretexto de fazer anticomunismo, prendeu e manteve incomunicáveis estudantes e intelectuais que participavam na inauguração do Sindicato Rural de Nazário”.³⁸⁷

de Goulart, Samuel Wainer, proprietário da *Última Hora*, exilou-se. Dantas, Audálio. A mídia e o golpe militar - 50 anos do Golpe de 1964. Estudos Avançados. vol. 28 n..80 São Paulo jan./abr. 2014. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000100007>> Acesso em: 2 jun.2014

³⁸⁶ Curiosamente, “[...] Passados 50 anos do golpe, o tom dos jornais ao tratar do tema é justamente o oposto. Desfiam uma série de críticas e denúncias contra a supressão dos direitos civis, a tortura e os assassinatos praticados pelo governo militar. Tudo como se a imprensa nunca tivesse ficado ao lado do regime que se instaurou” (Francisco Alves Filho, *O Dia*, 29.3.2014). Disponível em <http://mariafro.com/2014/03/31/a-midia-monopolizada-o-globo-jb-estado-de-s-paulo-folha-de-s-paulo-etc-apoiou-o-golpe-de-1964-que-depos-o-presidente-joao-goulart/>

³⁸⁷ Prossegue o Manifesto: “[...] Passando por cima da Constituição desrespeitando o direito de ir e vir, bem como participar de reunião por lei, a polícia do coronel Mauro Borges faz cair a máscara de democracia sob a qual o atual governo tenta escamotear o caráter anti-popular da máquina estatal que controla a serviço do latifúndio. Por mais que essa elite governamental queira, não consegue mistificar a consciência popular: por trás de tudo isso, o que há é um trabalho de sabotagem contra a luta dos camponeses pelos seus legítimos direitos”. “[...] Viva a democracia! Avante camponeses! Morram os gorilas! Abaixo à guarda pretoriana do fascista Rivadávia!” Assinam o Manifesto “Centro Acadêmico XI de Maio Maurício Zaccariotti – presidente; União Goiana dos Estudantes Secundários – Joaquim F. Coimbra – presidente; Diretório Central dos Estudantes – Jeferson Bueno – presidente; União dos Estudantes - GO – Solon Batista Amaral presidente”.

Por sua vez, no campo daqueles que defendiam a propriedade privada, intensificava-se a articulação contra o movimento camponês, conforme captava a imprensa ao registrar a reunião³⁸⁸ ocorrida na cidade de Anápolis, quando os fazendeiros elevaram o tom do discurso, deliberando pela *convocação* do presidente da Supra, João Pinheiro Neto, a fim de explicar a desapropriação de terras aventada pelo governo. Na oportunidade, buscando apoio, elegeram “[...] o governador Mauro Borges Teixeira, comandante chefe das *Forças de Defesa das Propriedades Privadas de Goiás*” [grifo nosso]. Em convergência, de forma veemente, o governador reafirmava o apoio à classe. Em uma delas, em reunião com os gestores, o governador deu sua opinião

[...] não se pode explorar a terra, com sucesso, seja na agricultura, ou na pecuária, sem se ter uma porção dela muitas vezes maior do que aquelas que os teóricos admitem [...] não permite as inversões caras para a tecnologia e mecanização da produção da produção agrícola (GOIÁS, 7.11.1962, p. 27).

Numa entrevista em fins de 1964,³⁸⁹ Mauro Borges colocava nos seguintes termos sua opinião sobre a propriedade privada: “[...] não se deve perturbar o trabalho das grandes propriedades que tem aproveitado racional e economicamente as suas terras. Não se deve objetar contra essas grandes organizações”. Portanto, seu pressuposto básico indicava uma intervenção na questão agrária menos controvertida politicamente; a rigor, sem desconcentrar a propriedade da terra. Diante da radicalização dos fazendeiros, o governador tentava, a todo custo, manter a ordem e a tranquilidade, sem subestimar o poder das forças populares. Ele precisava de apoio para garantir a governabilidade e as decisões futuras, já que enfrentava a oposição dos udenistas, de parcela dos ruralistas e de outros segmentos descontentes com as ações por ele propostas. Mauro Borges recebeu pressão até dos deputados pessedistas,³⁹⁰ preocupados com as medidas a serem efetivadas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO). Na tentativa de apaziguar os ânimos, o governador se reuniu com a bancada pessedista, na presença de Pedro Ludovico, deliberando-se por diversas providências no âmbito político-partidário e administrativo, entre elas,

³⁸⁸ Não foi mencionada a data da reunião, apenas “na semana passada”; assim, provavelmente entre 20 e 28 fev de 1964. “Mais de 600 fazendeiros goianos em pé de guerra contra o decreto da Supra”. O Globo, 28 fev 1964, Rio de Janeiro. Jornal de oposição ao governo Jango.

³⁸⁹ Sua ida a Porto Alegre foi atendendo a convite para falar aos estudantes sobre *A Reforma Agrária em Goiás*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), no dia 13 de outubro de 1964. Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre. 13 out. 1964. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

³⁹⁰ Em 1963, o deputado Peixoto da Silveira chegou a propor um plebiscito sobre reforma agrária, sob o argumento das graves ameaças que pairavam sobre a nação, com agitação dentro e fora do congresso, causada pelo debate acerca da reforma agrária. Consultar Câmara dos Deputados (Brasil), emendas ao Projeto n. 4389-A/1954, encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

[...] é justo o desejo e a determinação do estado em atualizar o preço das terras devolutas, que é de inteira justiça negar expedição de títulos de domínio de grandes áreas já requeridas por figuras de projeção, que também é justo que o preço antigo seja mantido para os requerentes de terra (GOÍAS, 11.6.1963, p. 13).

A bem da verdade, o governador tentava equilibrar-se diante dos pessedistas, forçando negociações. Ele buscava transitar da Ala Moça – empenhada na renovação partidária tanto do conteúdo programático pessedista, como das práticas políticas tradicionais –, ao pessedismo dos interesses tradicionais, dos fazendeiros, onde o debate da questão agrária era explosivo. Por sua vez, a posição do governador, contrária ao combate do latifúndio, desagradava os camponeses. O meio termo encontrado por ele, por julgar mais adequado às condições estruturais do país e do estado, foi colocando em prática as diretrizes prescritas pelo Escritório Técnico de Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR) e afinadas com o Plano MB, com colonização em terras devolutas para aqueles que não possuíam terras. Mauro Borges reiterava-se contrário à existência da “[...] propriedade familiar isolada [...] pela impossibilidade de assegurar a “progressiva tecnização com consequente aumento de produtividade”, para ele o ideal era que fossem “agrupadas em cooperativas”. Aproximando-se do modelo israelense, a opção se mostrava, aos olhos do governador, eficaz para controlar as inquietações vindas do campo. Nesse entendimento, ao sabor da crise político-econômica, ganhou força o descontentamento de Mauro Borges diante da posição de Jango no trato dos conflitos agrários

[...] como estão sendo conduzidas no Brasil (de maneira demagógica e emocional), as ideias de reforma agrária, poderemos levar o país ao fracasso [...] talvez depois não tenhamos condições, a não ser muitos anos adiante [...] porque o problema é colocado muito mais em termos de ser ou não proprietário, quando o problema essencial é ser ou não ser próspero, é ter ou não condições mínimas e essenciais de vida (GOIÁS, 16.4.1964, p. 32).

A argumentação de Mauro Borges, na verdade, reforçava a preocupação político-ideológica com os rumos que a questão agrária poderia tomar, em face das medidas a serem adotadas pelo governo janguista. No seu entendimento, o restabelecimento da paz em áreas marcadas por uma crescente mobilização social dependia da intervenção estatal no sentido de implantar um aparato tecnológico na agricultura, englobando “desde insumos agrícolas industriais à disciplinarização do trabalhador rural através da educação e do cooperativismo” (ESTEVES, 2011, p. 57).

5.4 MOBILIZAÇÃO SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA

A ascensão de Mauro Borges ao governo de Goiás acompanhava o processo de renovação das agremiações partidárias tradicionais, UDN e PSD. Sua trajetória política pouco expressiva, entretanto, não lhe garantia “[...] condições de se impor pela capacidade de liderança”, valendo-se, pois, da força de Pedro Ludovico, que tinha o PSD em sua completa dependência e podia exercer uma autoridade pessoal e ilimitada, além de qualquer outro chefe político. Por seu lado, Mauro Borges, com o propósito de modernizar o estado, provavelmente não tardaria a contrariar os interesses das forças políticas tradicionais, alojadas no poder. Assim, buscava canalizar outras estratégias de apoio para respaldar suas intenções político-administrativa. E foi por isso e para isso que ele trouxe para o governo Ary Demóstenes, ex-udenista, tecnocratas da FGV, militares da elite do exército, militantes e quadros dirigentes das esquerdas.³⁹¹ Tratou-se de um esforço consciente, no sentido de arrefecer a oposição, ao retirar “[...] a principal de suas bandeiras políticas, a queixa contra os desmandos da oligarquia Ludovico” (RABELO, 1978, p. 93).

A articulação com a esquerda goiana avalia Maciel (2014, p. 371), foi vista como “fundamental para suscitar a mobilização popular em torno do novo governo e viabilizar sua perspectiva de *pacificação do campo* com a institucionalização das lutas sociais por meio da sindicalização rural, no que contou com o apoio do PCB”. Entretanto, as relações com esse grupo por vezes foram tensas, dadas as divergências políticas e ações do governo diante de determinadas situações, quando “sua perspectiva repressiva prevaleceu sobre seus compromissos políticos” (p. 371). Foi assim no caso dos conflitos agrários e no trato aos estudantes durante greve contra o aumento das passagens do transporte coletivo e ingressos de cinema, ocorridos em 1962. Em ambas as situações, conforme informações recolhidas do jornal *Diário do Oeste*, Maciel (2014, p. 372) destaca a “[...] violenta repressão da polícia estadual”. Todavia, em favor do nacionalismo, das medidas racionais e progressistas capazes

³⁹¹ Evelyne Elene Pape Singer ocupou a chefia da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação no governo Mauro Borges, com o golpe, exilou-se no Chile, atuando como professora na Universidade de Concepción. No artigo *Como e porque foi deposto Mauro Borges (XXXIII) - O governador e a subversão na UFG*, Jornal *Diário da Manhã*, em 7.1.2011, Eurico Barbosa afirma que Evelyne Pape era professora da UFG. Entretanto, não há registro dessa informação no Departamento de Pessoal/UFG. Segundo nos foi informado, ela pode ter sido professora sem contrato formal de trabalho, recebia seu pagamento através de um recibo, assim, recebida uma modalidade bastante comum naquela conjuntura, entretanto, sem registro nos arquivos da instituição; Juarez Guimarães Brito ocupou a diretoria Divisão de Lotes Urbanos do Departamento Estadual de Saneamento (DES), ambos com ação decisiva na estruturação da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), afirma Maciel (2014). Outros “subversivos”: Jacy Neto de Campos, Hugo Alexandre Campos, ambos da Secretaria de Saúde; Elbio de Brito Guimarães, Whashington Barbosa, e Marcelo Guimarães, todos do Cerne; Piragibe de Castro Alves, Guido Rocha, Dinair Mundin são identificados como militantes da Polop. Maria Sallas Dibb (SETAS), James Allen Luz (Secretaria da Agricultura); Maria de Nazareth Aguiar (Idago).

de elevar o nível político e econômico de Goiás, a esquerda mantinha o apoio ao governo Mauro Borges. Nessa perspectiva, galvanizou ainda o apoio dos estudantes, em especial, da União Estadual de Goiás, inclusive com ocupação de cargo no governo por Tarzan de Castro,³⁹² Uassy Gomes da Silva, entre outros. A presença da esquerda na gestão *maurista* foi importante sob diferentes aspectos, pelo apoio que arregimentou, pela contribuição na execução do próprio plano, por meio da ocupação de postos-chaves na estrutura de poder, como secretarias de saúde, educação, Metago, Cerne, Civat, além de outros, contribuindo no debate acerca dos problemas existentes no estado e nos meios para equacioná-los, com propostas que se aproximavam dos interesses populares. Há que se fazer uma ressaltava que os boatos da infiltração comunista na gestão *maurista* perseguiram ao longo do governo, e decisivo para a deposição de Mauro Borges em 1964.

Com o *acordo político eleitoral* estabelecido com vistas à eleição de Mauro Borges, o PTB,³⁹³ por sua vez, reivindicou a representação dos trabalhadores e desse acordo, foi proposta a criação da Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS), o que se efetivou em 1961, sendo seu titular o petebista Erides Guimarães. Rabelo (2009) informa que desde seu surgimento a secretaria direcionou sua ação para o campo, deflagrando a criação de associações rurais e, posteriormente, sindicato de trabalhadores rurais. A medida causava desconfiança aos ruralistas tradicionais, vista como incitação à desordem, promovida pelo governador de Goiás. À ação petebista, associavam-se outras, com grande repercussão na mídia. No conflito estabelecido em Porangatu (1962) entre posseiros e fazendeiros, é provável que tenha havido empenho dos petebistas na “agitação dos posseiros”, pois “um campo de aviação novo e bem trabalhado [...] foi construído especialmente para receber os srs. Erides (Guimarães) e João Neder”,³⁹⁴ declarava o comandante da Polícia Militar coronel Joel José Marques ao Jornal *O Popular*.³⁹⁵ Talvez, uma tentativa de associar ao PTB a radicalização do conflito para desviar do foco. Em sua pesquisa, Sampaio (2003, p. 92) relatou o uso da força e da repressão na resolução do mencionado conflito, com ostensiva presença da polícia militar do estado naquele município, coagindo os posseiros “a assinar documentos de venda de suas posses”, na ilusão de que estavam “[...] dando o primeiro passo para a solução do problema”.

³⁹² Militante estudantil dirigiu o Grêmio do Colégio Lyceu de Goiânia. Participação ativa junto as Ligas Camponesas.

³⁹³ O partido procurava “[...] representar grupos que, até então, nunca haviam sido considerados pelos políticos tradicionais”, professores, garimpeiros, posseiros, alargando a perspectiva com uma “[...] massa crescente de imigrantes passíveis de aliciamento, que concorreria para aumentar as fileiras dos grandes partidos, desde que se renovassem, ou dos menores” (RABELO, 1978, p. 85).

³⁹⁴ Assessor de gabinete do governador Mauro Borges.

³⁹⁵ “Superada agitação em Porangatu”: Erides será apontado no relatório. Primeira página, 1º jun. 1962. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia

Aqueles que aceitaram participar do acordo sentiram o peso da escolha feita, “[...] foram massacrados pelo pelotão da polícia militar”.³⁹⁶

Para Rabelo (2009, p. 54), o acordo celebrado com os petebistas foi “[...] orientado muito mais para os interesses do PTB que do governador, apesar da conivência do executivo com essa situação”. Mas, se não alcançou os feitos esperados, aproximou Mauro Borges dos líderes nacionalistas, distinguindo-se na tentativa de imprimir à sua gestão, a orientação nacionalista e estatizante. Consumada a ruptura com o PTB em 1963,³⁹⁷ o governador vai disputar espaço político, junto às massas rurais, com as esquerdas, com o ex-aliado o PTB e com a Igreja Católica. A questão da sindicalização foi assumida pelo governador, sob o discurso cristão de “ajudar a organizar uma vida melhor para o povo, através de associações e sindicatos [...] O próprio Papa João XXIII, na sua encíclica *Mater et Magistra*, recomenda essa organização [...] de defesa dos interesses comuns da população rural” (GOIÁS, 27.11.1962, p. 26). Isso porque, diante das condições estruturais de Goiás, majoritariamente agropecuário, e da conjuntura atravessada pelos conflitos de interesse envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros, a posição assumida pelo governador foi a defesa de uma política agrária voltada para a regularização da posse/título das terras, a fim de canalizar a mobilização dos trabalhadores rurais e o apoio das camadas populares para a aceleração do processo de desenvolvimento do capitalismo em Goiás.

A iniciativa da mobilização dos trabalhadores rurais no entendimento de Rabelo (1978), traduziu-se em populismo rural. Apesar da conjuntura em que se inseria o governo Mauro Borges, o populismo começava a esgarçar-se no plano nacional, contudo, é nele que o governador de Goiás e seus auxiliares apoiavam a mobilização social, na tentativa de respaldar um “[...] governo progressista, mas também vir em seu socorro quando faltasse o apoio de elementos do PSD, o que era de certa forma previsto” (RABELO, 2009, p.79), na medida em que tivessem seus interesses contrariados.

³⁹⁶ A respeito registrou: “As promessas feitas pelos líderes dos posseiros de Porangatú pelos emissários do governador Mauro Borges Teixeira não foram cumpridas, e os posseiros foram arrancados sob coação e violência, de suas casas e outros obrigados, sob mira de armas de fogo, a assinarem os títulos de vendas de suas posses”. *Jornal Cinco de Março*, 16 jul.1962. Arquivo Histórico Estadual.

³⁹⁷ Em reunião entre o governador, Pedro Ludovico e bancada pessedista, diante da ruptura com o PTB, os deputados cobravam do governo providências “para que a sindicalização rural não resulte em capitalização política para o PTB de Goiás” (GOIÁS, 11.6.1963, p. 11). Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

A esse respeito, Rabelo, apoiado em Weffort,³⁹⁸ reconhece que o populismo adotado por Mauro Borges não foi aquele utilizado comumente pela maioria dos políticos – uma estratégia para assegurar a manutenção do poder, com apelo à imagem do líder carismático e do Estado como instrumento de manipulação política, que estabelece com a massa uma relação de dependência. Para tanto, os líderes nacionais assumiam posição de intermediários entre o Estado e a massa, e, para Rabelo, Mauro Borges “[...] só chegava até as classes e grupos sociais através dos seus líderes, com os quais firmava alianças” (2009, p. 78). Assim, o populismo de Mauro Borges remetia ao nacionalismo, com apelo ao compromisso, ao consenso em torno das classes e dos setores, visando a paz social, a ordem e o progresso. Sendo o governador a peça chave dessa mediação, ele buscava atrair os elementos expressivos da sociedade e, daí, estabelecer a prática política. Não, para solucionar a crise de hegemonia, mas para dar legitimidade à ação do estado que “[...] para desempenhar as atividades de desenvolvimento aumentava dia a dia seus aparelhos” (2009, p. 78). A mobilização pretendida pelo governador dava-se taticamente em apoio ao Plano de Desenvolvimento Econômico. Em verdade, o plano possibilitava a ele maior concentração de poder, no entendimento de Rabelo (2009), pois havia sido aprovado antes da posse. Com base em Almeida (1964), a aprovação do Plano precedeu de negociação na Assembleia Legislativa, assim como sua execução, em determinadas situações, como no caso das obras realizadas em municípios identificados como base eleitoral dos deputados pessedistas.

Não se tratou de transformar o estado em máquina de distribuir favores, mas houve, sim, concessões, conforme identificamos. Por sua vez, o contato com as lideranças políticas locais, em razão das obras acordadas pelos convênios com os municípios, favorecia a presença de Mauro Borges, mesmo em locais governados pela oposição. Somando-se a isso, durante as inaugurações e lançamentos de obras, programas e projetos, o governador se aproximava da população, o que lhe possibilitava contatos que fortaleciam sua liderança pessoal, com o crescimento de sua popularidade, acrescido de certa penetração nos meios jornalísticos e radiofônicos via Rádio Brasil Central, ocasiões em que Mauro Borges usava a linguagem do povo para ser entendido, manipulando a opinião de modo favorável ao seu governo.

Intensificava, assim, as iniciativas para organizar o estado, criar mecanismos públicos de incentivo ao crescimento econômico e ao desenvolvimento, sem, contudo

³⁹⁸ WEFFORT, Francisco. *Partidos, sindicatos e democracia: algumas questões para a história do período 1945-1964*; _____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

“sobrepular a ação da iniciativa privada, cuja expansão consistiria no objetivo último do progresso econômico e social” almejado pelo Plano MB (ESTEVES, 2011, p. 159).

É nesse sentido que a mobilização social operada em Goiás “[...] não abarcava somente os grupos dominantes ou mais representativos da sociedade [...] estendendo também às classes populares” (RABELO, 2009, p. 79; 1978). Na avaliação desse autor, situava-se num plano diferente daquele que se fundamentava em âmbito nacional, por não se tratar de uma crise de hegemonia ocasionada por uma crise orgânica, mas de um processo menos estrutural, conduzido por gestores tecnocratas, com vistas a acelerar o processo de desenvolvimento capitalista no estado. Nesses termos, em relação ao governador, Rabelo (2009, p. 75) viu nisso “[...] a fonte do poder que possuía, uma vez que se afastava dos métodos da política tradicional, era o executivo tal qual como estava estruturado com grande parte desta estrutura montada por ele próprio”. Ou seja, diante da ofensiva das forças conservadoras e reacionárias e do cenário político-administrativo, goiano, orientado pelo clientelismo, o governo apostava em uma estratégia capaz de ampliar sua base de apoio, ao incorporar certas demandas da camada popular rural, visando garantir legitimidade às suas ações. Para além, a necessidade de acomodar as insatisfações no campo e resolver os conflitos, ao responder às demandas postas pelas CGP: posse da terra, habitação condigna, escolas, unidades médico-sanitárias para a população urbana ou rural. Conflitos que se somavam ao crescente contingente migratório. Naquele momento histórico, o governo de Goiás foi guiado por um projeto político, com traços populistas espelhados “[...] na ampliação da função do estado, na mobilização social, sem, contudo consolidar uma estrutura de poder colocada acima dos interesses de classes e grupos sociais relevantes” (RABELO, 2009, p. 79).

Note-se, o projeto político colocado em prática tratou do estabelecimento das condições em que a ordem seria mantida e a estrutura da propriedade, preservada, sem alteração das “[...] relações de exploração de trabalho ou estrutura de classes”, no dizer de Rabelo (2009, p. 80). Tratava-se, acima de tudo, de deslocar os conflitos sociais do âmbito das relações sociais e explicá-los como dependentes da ação do estado. O governo *maurista*, portanto, empenhava-se na tentativa de acomodar diferentes interesses, com ações diversas. Cumpriu o compromisso de campanha eleitoral, com a entrega de títulos de propriedade de terra para os posseiros.³⁹⁹ Até mesmo em razão da luta e da pressão por eles empreendida,

³⁹⁹ Em 1962 foram entregues 200 títulos, em 1963, 154 escrituras. Em ofício (24/8/1962) a União Estadual dos Estudantes manifestava “seus agradecimentos ao governador Mauro Borges por esse ato humano, justo e patriótico [...] O ato do governador é reconhecido como a primeira e grande derrota” dos grileiros do asfalto e dos latifundiários. O documento foi assinado pelo presidente da entidade Uassy Gomes da Silva. Fundo Mauro

haja vista a repercussão nacional. Mauro Borges bem soube apropriar-se dessa ação, para utilizá-la como propaganda positiva ao seu governo:

[...] conseguimos terminá o sentido do argumento da associação [...] é que grande parte da terra foi dividida [...] não foi tudo porque os políticos são manhoso. Foi na época do Mauro Borges, ele dividiu uma parte e deixou outra pra fazê política. Ficou cozinhando o galo. Aí esse trem veio [Golpe civil-militar de 1964] e derrubou tudo.⁴⁰⁰

Por causa do momento político, como estratégia de neutralizar as agitações no campo, o governador solicitava ao Diretor do Departamento de Terras e Colonização, pela ordem de serviço nº 11, de 11/3/1961, providências para delimitar a invasão de Formoso e Trombas e “elaborar a demarcação dos lotes para a venda aos atuais ocupantes, com reais facilidades de pagamento”. A demanda foi tratada diretamente com o líder dos posseiros, José Porfírio, conforme resposta do diretor Irineu Borges do Nascimento⁴⁰¹ ao governador. Durante solenidade de recebimento do título de “cidadão paulistano”,⁴⁰² em seu discurso, Mauro Borges justificava: “[...] Se não soubermos fazer uma reforma agrária inteligente, ela será feita pelo próprio povo, revolucionariamente, contra as atuais elites, como foi no México, na Bolívia e em Cuba”. Ou seja, era preciso que a entrega dos títulos de posse da terra não apenas cumprisse seu papel na resolução dos conflitos, mas que, sobretudo, fosse articulada à necessidade premente de modernização do campo:

[...] a extensão da racionalização capitalista à agricultura representa uma medida fundamental que visa alargar o poder de aquisição das grandes massas camponesas estabelecendo [...] um poderoso mercado interno, condição necessária para a industrialização geral do país (GOIÁS, 1962).⁴⁰³

A massificação dos sindicatos e sindicalização dos trabalhadores rurais,⁴⁰⁴ se configurou como forma de tutela, o que contribuiu para desmobilizá-los. Ao estimular a sindicalização dos trabalhadores rurais naqueles moldes, recusava-se a condição desses espaços de lutas de classe, com vistas à coesão e harmonia entre governo, patrões e

Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia. Mimeografado.

Em 1963, Uassy foi admitido pela gestão *maurista* para estruturar o Instituto de Cultura Popular vinculado ao Cerne, conforme consta no seu depoimento prestado ao IPM sob comando do coronel Danilo, nas dependências do 10º Batalhão, Goiânia, no dia 23 ago 1964.

⁴⁰⁰ Entrevista realizada por Guimarães (1988, p. 65) com camponês da região de Trombas e Formoso.

⁴⁰¹ Dia 17/03/1961.

⁴⁰² A solenidade de entrega foi no dia 3 de maio de 1962. “Goiás jamais aceitará auxílio de outros países sob coação política”. Jornal *Diário da Noite*, 4 mai.1962, São Paulo. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

⁴⁰³ “Extensão da racionalização capitalista à agricultura”. Goiás 1962. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGGO).

⁴⁰⁴ A prestação de contas apresentada pela Setas, publicada no Jornal *Diário do Oeste*, 24 dez. 1961, indicava 23 sindicatos rurais criados naquele ano, e “4.602 trabalhadores rurais atendidos na secretaria”. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGGO).

trabalhadores. Consequentemente, [...] “procurava fomentar a cooperação entre as classes e a paz social como forma de combate ao comunismo” (WEINSTEIN, 2000, p. 133). O Governador Mauro Borges assim tratava a questão:

[...] estamos resolvendo dentro de um espírito de justiça, sem ferir interesses legítimos, sem violentar o direito de propriedade, através de negociações ou indenizações [...] Já estamos chegando a um resultado da medição da posse [...] mas o problema não é fácil. Logo iremos lá distribuir os lotes aos posseiros [...] resolvendo [...] um problema que há anos desafia a sua solução [...] lá é um foco de atritos contra a propriedade privada, a partir do momento que eles forem se tornando donos do terreno, serão defensores da propriedade privada. [...] A liderança de José Porfírio [...] se fez presente pela energia em defesa daqueles interesses, cessará de existir [...] o dia em que terminarmos de entregar os títulos dos lotes aos posseiros [...] é essa a razão atual dessa liderança dele [...] poderão surgir outras [...] mas na verdade o que existiu lá foi uma cooperativa de defesa mútua [...] José Porfírio foi o chefe da cooperativa (GOIÁS, 1962a, p. 11).⁴⁰⁵

Em relação à ação policial no enfrentamento do conflito de Goianésia, o comandante geral da Polícia Militar cel. Joel José Marcos⁴⁰⁶ prestava contas ao governador do trabalho realizado sob o comando do Major Antonio Bonfim Rodrigues dos Santos, “a expulsão dos invasores da Fazenda São Carlos foi efetuada sem violência nem resistência. O proprietário está na integral posse de todas as terras e benfeitorias”. Em resposta, por meio de nota o governador enaltecia o trabalho em defesa da ordem:

A sua conduta em Goianésia [...] mereceu inteiro apoio do meu governo, pois que ali agiu como parte dele, em cumprimento de requisição do Egrégio Tribunal de Justiça. A sua ação e da polícia militar foram a um tempo firmes e moderadas, merecendo os encômios do governo. Devo declarar-lhe que conta com meu apoio para as ações que se fizerem mister na manutenção da ordem pública (O POPULAR, 1.8.1961, p.8).

A luta por um pedaço de terra sempre foi vista pelo governador como algo fora da ordem...

[...] Em nenhuma unidade da federação, quando greves, arruaças, agitação urbana e rural constituíam moda, se fez sentir tanto a estabilidade da ordem pública, sob um clima de inteira vivência democrática, como em Goiás. As agitações rurais [...] foram desbaratadas e liquidadas pela pronta e firme ação da Polícia Militar [...] Os relatórios minuciosos sobre todas essas ocorrências encontram-se nos arquivos da Secretaria de Segurança Pública [...] demonstram eles, fartamente, o empenho de minha administração no trato das soluções desses problemas (TEIXEIRA, 2006, p.48).

⁴⁰⁵ Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia. Mimeografado.

⁴⁰⁶ Ofício nº. 857/61 expedido pelo Comando Geral da Polícia Militar em 31 jul.1961. Em anexo relatório do comandante da operação em três laudas, entre os fatos mencionados, destacava que 100 policiais militares participaram da ação, com a prisão de líderes do movimento Geraldo dentista e Joaquim Ferreira dos Santos. Ambrolino Elias Rocha havia conseguido furar o cerco da polícia. No relatório não menciona o número de pessoas que ocuparam as terras. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

Tais argumentos colocavam em evidência a mobilização construída em torno dessa causa, demonstrando como foi intensa e agressiva a atuação *maurista* nesse processo.⁴⁰⁷ Não há dúvida, o posicionamento de Mauro Borges, articulado às Condições Gerais de Produções, retratava a maneira como ele buscou articular a prática militar com a ação política. Suas práticas institucionais refletiam sua visão de mundo. A postura assumida, sua coerência nas decisões políticas tomadas naquele contexto, fortalecem o sentido ideológico desse posicionamento:

As agitações rurais encontradas em curso por meu governo e proteladas em suas soluções por administrações passadas, e outras promovidas por elementos suspeitos para tumultuar a vida do Estado, como em Trombas, Formoso, Porangatu, Juçara, Salobrinha, Itaporã, Canuana, Gurupi e Almas, foram energeticamente debeladas, estabelecendo-se por vias legais e atendendo a princípios sociais, a verdadeira paz social na maioria da localidade mencionada (TEIXEIRA, 2006, p. 48).

Ou seja, a luta pela posse da terra, uma questão social,⁴⁰⁸ foi tratada quase sempre como caso de polícia e não de política, embora a gestão *maurista* reconhecesse a mobilização camponesa e tentasse controlá-la por meio da representação dos sindicatos oficiais. A solução do governo esbarrava na oposição da elite agrária incapaz de ultrapassar seus interesses, forçava uma resposta às demandas camponesas, a ser resolvida pela força e repressão, e não na perspectiva da socialização da riqueza socialmente produzida. Na prática, deu-se, uma tentativa de criminalização da luta camponesa, ao se mobilizar em defesa dos seus direitos.

Naquela região, norte do estado de Goiás, hoje Tocantins, a modernização do campo, com a extensão das condições objetivas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, despertou o interesse dos fazendeiros por mais terras. E, nesse clima, de valorização das terras, ocorreu uma ação mais organizada e ostensiva de fazendeiros e grileiros para a ocupação das terras, restando pouco ou quase nada de terras livres para os camponeses, e, diante da pressão imposta, como alternativa de luta e resistência, muitas vezes, os camponeses recorrem às armas para defender seu pedaço de terra (CAMPOS I., 2009).

⁴⁰⁷ Durante a realização do I Encontro camponês realizado em outubro de 1963 em Goiânia, os camponeses condenaram “a atuação da polícia de Goiás juntamente com os capangas dos latifundiários e grileiros, despejam e expulsam das terras os trabalhadores”. *Jornal Terra Livre*, jan/mar, n. 130-132 – Ano XIV, 1964. Disponível: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=5286&pesq=&esrc=s>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

⁴⁰⁸ A *questão social* não é senão “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p.77). Para Netto (2001), a questão social é produto e expressão da contradição entre capital e trabalho.

Com efeito, a postura do governo respondia aos interesses dos grupos dominantes, contrários a qualquer alteração da ordem, ou, pela preservação da estrutura agrária. Sampaio (2003, p. 94) relata a ação do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) em favor dos fazendeiros, em Porangatu, mediante o cadastro e concessão dos títulos de propriedade privada da terra aos fazendeiros, forçando os posseiros “[...] a se retirarem definitivamente para o norte do país”, obrigados a buscar novas condições de reprodução social na chamada área de fronteira agrícola.

5.5 A EXPERIÊNCIA MAURISTA

Dentre as indicações pretendidas pelo governo Mauro Borges, estava a promoção, da modernização do espaço agrário goiano, pela contratação do escritório privado de Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR).⁴⁰⁹ A negociação para prestação de serviço técnico especializado foi tratada pessoalmente entre o secretário da Agricultura do Estado de Goiás Arquimedes Pereira Lima⁴¹⁰ e Paulo de Assis Ribeiro, com o acompanhamento de Mauro Borges. Nesse sentido, a proposta indicou intervenção orientada pela tecnização das atividades da agricultura e projeto de colonização em terra devoluta, acompanhada do arcabouço jurídico-administrativo necessário à conversão de tais propostas em políticas públicas a serem operacionalizadas no âmbito estadual, via agência executora, qualificada para tal fim. Para isso, instalou-se o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) em 29/10/1962,⁴¹¹ estruturado como agência, com a função de promover as transformações técnicas, econômicas, estruturais e institucionais, com vistas ao “[...] desenvolvimento econômico e social de forma equilibrada e democrática” (GOIÁS, 1963b) no estado, por meio da “[...] aplicação de fórmulas capazes de humanizar as instituições agrárias [...], transformando em “[...] grandes soluções aos

⁴⁰⁹ Localizamos no Tribunal de Contas do Estado de Goiás registro do Processo n. 2-02863 relativo à despesa de CR\$17.200,00 (dezessete mil e duzentos mil cruzeiros) proveniente do convênio celebrado entre o Idago e o ETPAR. O Processo foi julgado e aprovado, conforme Resolução n. 354, de 26 de junho de 1963. No mesmo documento foi incorporado o termo aditivo do respectivo processo, sem mencionar o montante financeiro.

⁴¹⁰ Nomeado por Getúlio Vargas atuou na Fundação Brasil Central, agência instituída no Estado Novo para intensificar a ocupação das regiões despovoadas do centro-oeste brasileiro, dentro da proposta da *Marcha para o Oeste* (ESTEVES, 2011), filiado ao PTB. Antes de assumir como gestor da Secretaria da Agricultura, chefiava o Escritório de Representação de Goiás (ERGO) em Brasília. Ao deixar o Idago e aquela secretaria, assumiu o controle da gestão governamental para exploração do mogno no norte do estado, conforme noticiou o *Jornal O Popular*, edição 15 fev. 1964, p. 2. Arquivo Histórico Estadual. Goiânia.

⁴¹¹ DO nº 8972. 17/10/1962. Uma das formas de contratação de pessoal se deu por “concurso para provimento de diversas funções, a serem criadas com a próxima instalação do Idago”, conforme anúncio de divulgação publicado no *Diário do Oeste*, edição de 5 de outubro de 1962, nº 765, p. 7, Goiânia. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

problemas camponeses, tão reclamados ao bem-estar da nossa população rural e a perfeita interação do surto do progresso sentido em Goiás”.⁴¹²

O Idago, posteriormente, incorporou o Departamento de Terras e Colonização, órgão encarregado da outorga e concessões de terras, sob o comando provisório do engenheiro Irineu Borges do Nascimento,⁴¹³ que acumulava a função com a de secretário do Conselho Superior de Planejamento. Antes, por esse Departamento, Mauro Borges, sem sucesso, tentou implantar um projeto piloto de colonização voltado para imigrantes europeus interessados em se estabelecer em Goiás. Pela Ordem de Serviço nº 86-A, encaminhada ao Departamento em 14 de agosto de 1961,⁴¹⁴ determinava liberação de uma área de aproximadamente mil alqueires, situada entre Goiânia e Anápolis, em condições satisfatórias de CGP, como, por exemplo, vias de comunicação, vistas como atrativas para os colonos. Mauro Borges apostava alto no projeto, “[...] seria para Goiás uma escola”. A opção significava, no entendimento de Esteves (2011), a “visão positiva do colono europeu [...] verdadeiro propulsor de uma lavoura moderna e racional, o que competia para reiterar a imagem negativa do lavrador goiano tradicional” (2011, p. 194). Tal concepção remetia diretamente à própria intenção do governador em instalar “[...] uma colônia de padrão europeu”, em área escolhida a dedo por ele; inclusive, cobrava a decisão judicial sobre terras em Goianésia: “[...] aquela área é a melhor que nós temos para colonização de alto padrão”.⁴¹⁵

Com a criação do Idago,⁴¹⁶ vinculado à Secretaria da Agricultura, devido à larga experiência em colonização, Mauro Borges indicou Archimedes Pereira Lima⁴¹⁷ para a presidência, com isso, acumulava a função com a de secretário da Agricultura. Em novembro

⁴¹² Jornal *O Popular*, edição de 25 out. 1964. Arquivo Histórico Estadual. Goiânia.

⁴¹³ Em entrevista, nos relatou a conversa mantida com o governador Mauro Borges sobre tal órgão: “Esse departamento foi criado na época da construção de Goiânia, para cuidar de lotear terras devolutas, e vender em outros estados, ou para quem quisesse terras devolutas e lotes urbanos de Goiânia, para conseguir recursos para construir a cidade de Goiânia. Porque o estado naquele tempo tinha uma receita muito pequena, e o governo federal ajudou muito pouco. Ah mais porque você quer fechar? Eu quero fechar porque naquela época o departamento prestou um serviço muito grande ao estado com a finalidade com que ele foi criado, mas com volver do tempo o departamento hoje é um órgão viciado, cheio de corrupção e de desmandos, e de gente vivendo exclusivamente do Departamento de Terra e Colonização, porque cada loteamento de terra devoluta, aquele a gente do departamento mancomunado com o chefe, eles tiravam o melhor do loteamento para eles. Eles eram seis ou sete homens que viviam disso” (2009).

⁴¹⁴ Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

⁴¹⁵ Ordem de Serviço de n. 143-A, encaminhada pelo governador ao Departamento de Terras e Colonização em 21 de outubro de 1961. A proposta de instalação da colônia era para 1962. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

⁴¹⁶ Funcionava na Rua 3, n. 56, setor central, Goiânia.

⁴¹⁷ Nomeado por Getúlio Vargas, atuou na Fundação Brasil Central, agência instituída no Estado Novo para intensificar a ocupação das regiões despovoadas do centro-oeste brasileiro, dentro da proposta da *marcha do oeste* (ESTEVES, 2011). Antes de assumir, como gestor da secretaria da Agricultura, chefiava o Escritório de representação de Goiás (ERGO) em Brasília. Ele era filiado ao PTB.

de 1962, ele deixou o Idago, assumindo em seu lugar, o coronel do Exército Petrônio Maia Vieira do Nascimento Sá, que, como gestor, organizou, comandou e controlou todas as ações direcionadas à questão agrária até 1964. O cel. Petrônio mostrou-se pouco afeito às intromissões e imposições

[...] abruptamente [ele foi] avisado por um funcionário da Assembléia Legislativa que o Idago seria visitado às tantas horas pelos deputados e que eu me deslocasse para lá. É evidente que um recado dessa ordem não podemos aceitar [...] a visita seria às 13 horas, fora do horário de expediente [8 às 12 e das 14 às 18 horas] (GOIÁS, 25.6.1963, p. 13).⁴¹⁸

A indicação de um quadro da elite militar para o Idago reforçava a direção que “[...] a agência tomaria em acordo com as novas diretrizes pretendidas pela organização de sua estrutura e planos de ação, elaborado em sintonia com o planejamento técnico-científico dos círculos tecnopolíticos” (ESTEVES, 2011, p. 200). O Escritório Técnico Paulo de Assis (ETPAR)⁴¹⁹ assume a responsabilidade pela sistematização das atividades de funcionamento e filosofia de ação do novo órgão, assim como a designação dos técnicos Ivanildo José Peixoto e Renato Rego Barros – ambos vinculados ao escritório, situado no Rio de Janeiro – para atuar em Goiânia junto ao Idago (ESTEVES, 2011, p. 200).

Para situar a importância do Idago e as medidas concebidas para execução sob sua responsabilidade, documento⁴²⁰ encaminhado pelo governador destaca a contribuição do órgão para o planejamento regional da agricultura goiana incluída “área problema ao N do paralelo 13, considerado de valorização amazônica e sob jurisdição do SPVA” (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia); o esforço na resolução dos conflitos de Trombas e Formoso, com a regularização da posse da terra; menciona, ainda, os acontecimentos envolvendo o “movimento revolucionário de abril”, que facilitou “um melhor conhecimento por parte do Comando da 11ª RM e da Guarnição Militar de Brasília das possibilidades e atuação do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás [...] nos problemas que interessar à segurança nacional”. A respeito, Esteves (2011, p. 130) aventa a

⁴¹⁸ *Tratou-se da visita* compulsória dos deputados, ação repudiada pelo governador, que via nisso uma intromissão, com caráter de uma inspeção administrativa (Goiás, 25.6.1963, p. 9). Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

⁴¹⁹ Mauro Borges em sua obra *O Golpe em Goiás*, registrou brevemente a participação de Paulo de Assis junto ao órgão “Esse instituto [Idago], cuidadosamente criado, contou com a colaboração direta e pessoal do hoje principal assessor do marechal Castelo Branco, em assuntos de Reforma Agrária, o conselheiro Paulo de Assis Ribeiro” (2006, p. 48). Apenas uma ressalva, a obra em questão foi lançada em 1965.

⁴²⁰ Na ofensiva contra o governo Mauro Borges, como represália, o Ministro da Guerra, general de Exército Arthur da Costa e Silva, solicitou o retorno de todos os militares à disposição do governo estadual. Em resposta ao ministro, Of. 103/64, 2/5/1964, na tentativa de demovê-lo da decisão, Mauro Borges expunha a importância do Idago e da atuação do cel. Petrônio. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

possibilidade da atuação do Idago associado aos interesses militares na região Centro-Oeste, como parte da estratégia do exército para o domínio da Amazônia. Sob esse prisma, a política de modernização da agricultura encaminhada pela gestão *maurista* poderia facilitar “um plano maior de expansão capitalista em direção ao norte do país”. A autora endossa o argumento sustentado por Esteves (2011), pois o volume de estudos técnicos empreendidos – longe de uma atuação meramente corporativa – pelo ETPAR e as ações desencadeadas, associadas a outros trabalhos dos escritórios tecnoempresariais desenvolvidos junto ao governo de Goiás e em outros estados, reunia um vasto conhecimento da região, envolvendo o mapeamento socioeconômico, quantidade de terra devoluta, qualidade do solo, áreas favoráveis à instalação de núcleos coloniais, modelo de reformulação agrícola necessário a região. Tais estudos advindos das assessorias técnicas alimentaram a proposta do Ipes de reforma agrária para o país, que, em suma, na prática, não colocava em risco os interesses dos latifundiários, mas se contrapunha à ofensiva camponesa. É importante mencionar, ainda, que a atuação política desses escritórios e seus tecnocratas significava a incorporação de projetos privados de classe como demanda para as políticas públicas. Sobre os escritórios tecnoempresariais, disse Dreifuss (1981, p. 83):

[...] os escritórios privados de consultoria [...] foram criados paralelamente a muitas das instituições tecno-burocráticas do governo durante a década de cinquenta. Esses escritórios de consultoria [...] surgiram como consequência lógica da consciência empresarial da necessidade de planejamento, perícia técnica e administração eficiente, o que parecia poder ser obtido através dessas agências especializadas. A sua função ostensiva [...] perícia técnica e orientação necessárias, executar estudos de viabilidade e dar consultoria legal. Os escritórios técnicos serviam [...] de consultoria para os interesses multinacionais e associados os quais penetrando em um novo mercado, tinham de lidar com o que parecia ser uma legislação populista complicada e uma burocracia difícil.

Considerações em torno dos escritórios tecnoempresariais e do Ipes são importantes, na tentativa de apontar o projeto maior em curso, no qual estava inserida a proposta de modernização do campo em Goiás. A proposta do estudo é discutir nuances do projeto de colonização implantado, identificado como carro-chefe da gestão *maurista*.

Com efeito, significava a garantia, por parte do governo Mauro Borges, de que as medidas não ultrapassariam o limite do capitalismo e controlariam a mobilização social no campo. Por assim compreender, o coronel Petrônio colocou em execução a proposta do ETPAR para Goiás, com garantia das CGP necessárias à organização do projeto político-ideológico, para assegurar o progresso e a modernização do campo, com ênfase na técnica, na disciplina e na defesa da ordem pública, controlando as agitações no campo e combatendo o inimigo – o comunismo.

Se bem que em determinada ocasião Mauro Borges afirmara: “[...] o ilustre oficial colocado à disposição do meu governo, para dar conteúdo prático as minhas ideias sobre colonização”,⁴²¹ dando a impressão de que tal projeto era iniciativa sua. Não foi bem assim. Sem, qualquer sombra de dúvidas, os documentos atestavam a contratação do ETPAR⁴²² e a construção de um projeto afinado com o agrarismo ipesiano, com base na retomada da política de colonização agrícola e da modernização capitalista no campo. O mais certo é que o governador seguiu a cartilha. A despeito do que foi dito, outros escritórios tecnopresariais prestaram assessoria ao governo Mauro Borges. O próprio Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás – Plano MB fundamentou-se em estudo empreendido por técnicos da Fundação Getúlio Vargas (RJ), sob a coordenação do economista Julian Magalhães Chancel, membro do IPES e um dos articuladores da proposta de reforma agrária ipesiana.

A adoção de um programa de governo pautado no planejamento, com forte estatismo, em que a questão agrária tinha um peso importante, teve efeitos na correlação de forças dentro do aparelho do estado e nas políticas públicas perpetradas em Goiás, impulsionando o direcionamento de mais recursos para o setor, inclusive com verba externa, como do Programa estadunidense da *Aliança para o Progresso*. Por isso a agropecuária ganhou maior atuação dos escritórios tecnopresariais e dos seus gestores/tecnocratas, com a política governamental de apoio ao setor como forma de promover sua modernização. Com o impulso ao setor veio o assessoramento da Organização Mecanização Engenharia S/A (ORGANOMEC),⁴²³ presidida pelo engenheiro Alfredo Goulart de Castro Filho,⁴²⁴ com sede no Rio de Janeiro e escritórios de representação espalhados pelo Brasil. Prestava assessoria em engenharia aplicada ao planejamento de empresas estatais e privadas, e contava com o engenheiro Paulo de Assis Ribeiro como diretor técnico, como informa Esteves (2011). Também o Consórcio de Planejamento e Empreendimento (COPE) por sua assessoria, empreendeu estudo, coordenado pelo engenheiro Moacyr Paixão, sobre o abastecimento, a logística de distribuição e comercialização (ESTEVES, 2011). Outro escritório privado de

⁴²¹ Afirmação feita no Ofício n. 126/64 encaminhado ao Ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, em 26 mai. 1964. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia. Mimeografado.

⁴²² Naquela conjuntura, desenvolveu trabalho de assessoria técnica além de Goiás, para os estados de Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

⁴²³ Encarregou-se do lançamento do “Bônus Rural” (emprego de capital), destinado a promoção/arrecadação de fundos para as atividades do Idago. Outras atividades desenvolvidas junto ao governo Mauro Borges foi a micro documentação de arquivos do extinto Departamento de Terras e Colonização e do cadastro de terras. Irineu Borges foi o encarregado da celebração do contrato com a Organomec, importância de Cr\$ 250.000,00. Paulo de Assis Ribeiro era o representante do escritório tecnopresarial. Diário Oficial, “O Estado lançará bônus rural”. 25 jan. 1963, primeira página, nº 9.048. Arquivo Histórico Estadual.

⁴²⁴ Um dos articuladores do Conselho Brasileiro de Produtividade (CBP), (visto adiante).

consultoria que atuou a serviço do governo Mauro Borges foi a Sociedade Brasileira de Serviços Técnicos e Econômicos Ltda (BRASTEC),⁴²⁵ na elaboração de projeto técnico-econômico para a pecuária no estado de Goiás (leite, couros, carne bovina e suína), para “fundamentação de pedidos de financiamento”⁴²⁶ em longo prazo à “[...] Agency For International Development (*Aliança para o Progresso*)” (p.1). Entre seus tecnocratas,⁴²⁷ José de Assis Ribeiro – irmão de Paulo de Assis Ribeiro –, também sócio da Organobras, juntamente com Benedicto da Silva e Jorge Gustavo da Costa, responsáveis pelo projeto de reestruturação administrativa do governo Mauro Borges. De acordo com o argumento defendido, a Brastec propunha dois projetos específicos de investimentos, a saber: um entreposto frigorífico para estocagem de carne, sobretudo bovina, localizado em Goiânia, e um projeto voltado par o setor de laticínios. Tais atividades ficariam sob a responsabilidade da Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO), que “como sociedade de economia mista dispunha da flexibilidade necessária ao empreendimento” (p.1), definia a Brastec. Uma vez implantadas e com rentabilidade assegurada, a CAESGO paulatinamente transferiria ao “setor privado o controle da iniciativa”, conforme o referido documento. Na visão dos tecnocratas da Brastec, agindo assim, conciliava “a responsabilidade do governo de encorajar o desenvolvimento econômico com os objetivos da livre iniciativa em que se baseia a economia brasileira” (p.2).

Tanto o ETPAR, como a Brastec, a Organomec, e ainda outros escritórios de consultoria, integravam o Conselho Brasileiro de Produtividade (CBP), apontado por Dreifuss (1981, p.85-86) como uma organização *guarda chuva*, um núcleo central e outros a ele ligados. A “central sincroniza e dirige as atividades e recursos das que lhe são periféricas”. Bastante articulados entre si, com atuação em diversos setores ao mesmo tempo, os gestores/tecnocratas preparavam estudos que se tornavam base, em longo prazo, assim como

⁴²⁵ Processo n. 2-6195, encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, apreciado e aprovado conforme Resolução n. 1.304, de 28 de novembro de 1962. Pelo serviço, o honorário previsto foi de Cr\$ 20.000,00(vinte mil cruzeiros). A versão original do projeto foi apresentada pela BRASTEC, contendo 131 páginas. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

⁴²⁶ Outro trabalho de fundamentação de pedidos de financiamento para “pleitear junto a qualquer entidade internacional de investimentos educacionais, de modo especial ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através da Aliança para o Progresso”, destinado a um programa administrativo quinquenal no setor de educação e cultura, foi contratado pela gestão *maurista* ao escritório, conforme Processo n. 2-6195, despesa de 20.000,00(vinte mil cruzeiros). Julgado e aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Resolução nº 1318, de 29.11.1962.

⁴²⁷ Annibal Villanova, José Gomes de Andrade, Augusto Dantas, Evaldo Cabral de Mello, Joaquim Villanova e Belizário Alves Fernandes Távora. Este último médico veterinário vinculado ao Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura, encarregado da inspeção de carnes e derivados dos grandes frigoríficos, como o Anglo. Dos demais membros não foram localizados maiores informações.

forneciam pesquisa e análise crítica, sobretudo, aos governos estaduais. O CBP reunia alguns dos mais importantes escritórios técnicos e “uma poderosa rede de contatos políticos, burocráticos e empresariais”. Para esse autor (1981), no início da década de 1960, diante das limitações sócio-políticas e das restrições ideológicas do populismo, os gestores/tecnopresários, ao “[...] reconhecer que para implementar uma forma particular de *planejamento nacional*, eles precisavam assegurar a paz social e apoderar do comando político, ou seja, controlar o Estado” (1981, p. 86). Foi o que fizeram. Com capacidade organizacional e política própria, sedimentaram as bases na atuação junto às gestões estaduais. De posse de muitas informações resultantes dos estudos técnicos empreendidos nos estados, conseguiram influenciar e decidir sobre diretrizes políticas para o país, transformando o aparelho de Estado em parte dos seus interesses, com ocupação de cargos estratégicos, como, no caso, Paulo de Assis Ribeiro, membro do grupo técnico que elaborou o Estatuto da Terra imediatamente pós-golpe, e em 1965, indicado pelo presidente Castelo Branco, assumiu a presidência do recém-criado Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Voltando à atuação do Idago, sob a perspectiva do ETPAR, promoveu a colonização em bases cooperativistas, com ocupação de terras devolutas situadas no norte do estado, por meio de colônias agrícolas, sob a gestão estatal; incentivou o desenvolvimento técnico, com empreendimento de mecanização da agricultura e fomento à produção capitalista para o sul de Goiás, próximo à fronteira com a região sudeste do Brasil. Os desafios colocados pelo ETPAR ao Idago mostravam a necessidade de gestores qualificados, a fim de responder às demandas. O coronel Petrônio enaltecia publicamente o trabalho do Idago: “[...] é um trabalho peculiar e pioneiro [...] não encontramos no setor agrário nenhuma experiência idêntica a esta que estamos fazendo”. Entretanto, sabia dos desafios e alertava: “O melhor planejamento fracassará se o pessoal que vai executá-lo não estiver à altura” (GOIÁS, 16.4.1963, p.18). Nota-se, portanto, que aliado à qualificação técnica certamente, o gestor deveria estar afinado com o discurso *maurista*, no sentido de incentivar a modernização do campo com introdução de conhecimentos e técnicas racionais, bem como e conter a agitação no campo. Aí, reuniram-se civis e militares, o coronel Petrônio Maia, os majores, psicólogo Paulo Cavalcante da Costa Moura e Darcy Duarte Siqueira,⁴²⁸ ambos atuando junto ao CAU1. Os técnicos ocupantes do segundo escalão/Idago foram o engenheiro agrônomo Dátis de Lima

⁴²⁸ Os dois últimos, com formação na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Oliva,⁴²⁹ o engenheiro Renato Rego Barros⁴³⁰ e o consultor técnico-administrativo Ivanildo José Peixoto.⁴³¹

O planejamento destinado à criação das colônias agrícolas exigiu do Idago, um minucioso aparato técnico, com capacidade para responder às exigências postas pelo ETPAR. O trabalho foi realizado em parceria com as Secretarias de Planejamento e Coordenação, da Saúde, Agricultura, Educação e Departamento de Água e Saneamento. No que tange à mobilização dos candidatos a colono, o major Paulo da Costa disse que o apoio veio da Rádio Brasil Central e das iniciativas realizadas pelos

[...] dirigentes do Idago que percorreram uma parcela significativa dos municípios goianos, em especial norte e nordeste, envolvendo prefeitos, câmaras de vereadores, vigários locais, que “[...] nos recebem e colocam à nossa disposição aquilo que de melhor possuem. Onde há serviço de alto-falante, eles se prontificam a difundir pelo campo essa solução [...] são os primeiros a se interessar e arrebatar possíveis candidatos (GOIÁS, 16.4. 1963, p.28).

Foi necessária ainda, a “participação inestimável” (TEIXEIRA, 2006, p. 47) da assessoria dos técnicos franceses, na indicação do local, e dos israelenses, na organização das cooperativas e na construção do projeto de irrigação; do Serviço Geográfico do Exército que delimitou as áreas a serem instalados os combinados, com base em levantamento aerofotogramétrico da Força Aérea Brasileira (FAB); do Departamento de Psicologia e Psicotécnica da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), com os fundamentos para a seleção dos colonos,⁴³² conduzida pelo Major psicólogo Paulo da Costa – gestor do quadro central do Idago – utilizando-se de testes psicológicos – uma inspiração taylorista⁴³³ – para aferir à aptidão do candidato, visando garantir colonos mais adequados a cada função. Essa compreensão seria encarada como uma resposta administrativa imbuída do aumento da

⁴²⁹ Com larga experiência em colonização, atuou na CANG, substituindo Bernardo Sayão, atuou ativamente na transição da antiga colônia agrícola e sua conversão em município de Ceres (ESTEVES, 2011).

⁴³⁰ Assessor Técnico de Colonização da Secretaria da Agricultura de Goiás, posteriormente integrou o quadro diretivo do Idago entre 1963-1964.

⁴³¹ Esteves (2011, p. 202) relata a presença do técnico entre 1962-1963 no acompanhamento da implantação das Normas Técnicas de Organização do Idago. Ele era funcionário do ETPAR “alocado em Goiânia com a responsabilidade de enquadrar adequadamente o novo instituto em acordo com as normas técnicas previstas”.

⁴³² A respeito disse o major Paulo: “[...] tivemos a constatação [...] percorrido [...] 22 municípios do estado de Goiás [...] procurando contato com várias outras regiões do país, chegamos a conclusão de que o nosso homem do campo, infelizmente, ainda tem padrão técnico bastante rudimentar” (GOIÁS, 16.4.1963, p. 19) .

⁴³³ Em toda obra de Taylor é central a questão do aumento da produtividade. Para Wabrlich, os estudos formulador por Taylor expõe em seus princípios e métodos, “[...] à análise do trabalho a ser feito, à tarefa a ser executada e seus elementos constitutivos, aos movimentos decorrentes de cada um deles, ao tempo despendido em executar cada um destes; com os resultados de tais análises reagrupavam movimentos, operações, tarefas, funções e assim por diante, até que a nova organização fosse estabelecida.” Wabrlich, Beatriz M. de Souza. Uma análise das teorias de organização, 3 ed., Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1974, p. 7.

Consultar: SILVA, Benedicto. *Taylor e Fayol*. Cadernos de Administração Pública. Administração geral. Nº 44, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

produtividade e do controle social. O trabalho desenvolvido pelo Major Paulo, segundo ele, cartesiano e metódico, foi reconhecido:

[...] equipe de Revisão Agrária de São Paulo [Governo Carvalho Pinto] ficou bastante entusiasmada com a preocupação do Governador de Goiás em selecionar esses elementos para as colônias agourbanas [...] ao término do deste trabalho, voltássemos lá para dar-lhes conta da nossa missão, para que eles pudessem aproveitar aquilo que lhe servissem (GOIÁS, 16.4. 1963, p.20)

A estratégia de seleção almejava reduzir as ocorrências de desajustamento no ambiente de trabalho, aumentar a produtividade e a satisfação dos trabalhadores. Por isso, a primeira parte da seleção destinava-se à “[...] avaliação da inteligência”, e a segunda, à

[...] aptidão, visava avaliar a integração da personalidade [...] personalidade é aquilo que o indivíduo é, a sua integração dinâmica, é a maneira de ser, de se comportar habitualmente. Isso tem alta importância para as colônias do Idago [...] porque o indivíduo poderia ter experiência na agricultura [...] tecnicamente seria um bom agricultor; poderia ter um alto índice de inteligência [...] Mas ele poderia ser, ao mesmo tempo, um indivíduo desajustado. Poderia ser uma personalidade conflitiva. Então esse indivíduo seria, antes, um empecilho às colônias do Idago do que propriamente um elemento produtivo dessas colônias. [...] Não há exame psicológico [...] em nenhuma parte do mundo que possa dispensar a avaliação da personalidade. O problema era e continua a ser difícil pelo seu prisma técnico. As provas de personalidade são provas que normalmente nasceram da psiquiatria ou da psicologia clínica [...] são provas difíceis de serem aplicadas [...] custosas e individuais [...] não poderíamos perder [...] uma, duas, três horas de exame para cada uma das mil e tantas famílias. [...] Era preciso, então compor, criar de novo um instrumento de medida, de avaliação da personalidade [...] exequível na nossa realidade [...] chegamos à composição de um inventário de personalidade que consegue ressaltar determinados traços [...] mais marcantes [...] necessárias à direção dessas colônias agrícolas. [...] Fizemos então a composição [...] de entrevista padronizada de um inventário de personalidade [...] retiramos três dados fundamentais [...] neuroticismo, ou seja tendência neurótica que diz respeito à relativa estabilidade emocional do ser, isto é, se o indivíduo varia muito nas suas emoções, no seu estado de humor, se ele é ora irritado, ora um sujeito acessível, enfim, o grau de estabilidade emocional da criatura [...] segundo dado [...] dominância ou submissão do indivíduo, isto é, a maior ou menor facilidade que ele terá para se impor como chefe, como capataz [...] ou para se deixa dominar por um capataz. O terceiro dado [...] grau de sociabilidade da criatura, a maneira como normalmente ele é aceito dentro do grupo social [...] A importância desse inventários de personalidade esta na integração de traços. [...] um indivíduo que tenha excelente estabilidade emocional, bom grau de dominância [...] seja um sujeito bem associável [...] bem aceito [...] é um indivíduo que vale ouro [...] vai conduzir bem a equipe [...] ser um chefe nato [...] não vai ter problema na sua liderança (GOIÁS, 16.4.1963, p. 22- 23).

Em outras palavras, o major Paulo considerava: “[...] selecionamos⁴³⁴ os homens, isto é, vistos como os homens certos para os lugares certos, resta agora distribuí-los pelas várias atividades” (GOIÁS, 16.4.1963, p. 26). Especificamente em relação ao processo

⁴³⁴ O Governador Mauro Borges em sua narrativa *O Golpe em Goiás* afirma que “Compareceram às provas, realizadas no Instituto de Educação (Setor Leste Universitário, Goiânia), no dia 24 de outubro de 1962, 532 dos inscritos. Desses lograram aprovação final apenas 15, isto é, 2,8%, o que dá a idéia do rigor adotado pela banca examinadora” (2006, p. 58).

seletivo de escolha dos colonos, o major Paulo o submeteu à apreciação da The American Psychological Association (APA), merecendo elógios: “[...] experiência inteiramente inédita no Brasil [...] enfim, quando verificar essa bem cabocla, bem brasileira de Israel nas nossas realidades, o Brasil inteiro se erguerá unanimemente num aplauso à ação patriótica e corajosa do Governo do estado de Goiás” (GOIÁS, 16.4.1963, p.30).

Ao considerar que se fazia necessária uma organização racional e funcional, o Idago foi criado com prestígio político e autonomia, para executar o planejamento, a organização e o controle das CGP. Buscando maior dinamismo e agilidade o Idago tratou de colocar em funcionamento as Agências Volantes de Terras (AVTs),⁴³⁵ prescrito pelo ETPAR dentro do plano de desenvolvimento da agricultura. As agências cumpriam o papel de mediadora em regiões com grande presença de conflitos agrários, em terras devolutas situadas no Centro-Norte goiano. Ao todo, compreendia 12 AVTs com poder de equacionar os problemas decorrentes da relação de trabalho entre o trabalhador rural e o patrão, contratos de arrendamento e outros. Tratava-se de uma *justiça agrária*.⁴³⁶ Esteves (2011) trata a questão da atuação dessas agências no sentido da pacificação dos conflitos envolvendo a disputa pela terra, ou, meio de domesticar a luta pela posse da terra. O projeto de Lei de criação da justiça agrária/Idago foi elaborado pelo ETPAR nos moldes daquele proposto pelo Ipes.

Por tudo, o Idago foi sim, o protagonista da modernização da agricultura, encaminhado pelo governo Mauro Borges, com o auxílio direto de outros órgãos, como: Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO), Companhia de Armazéns e Silos do Estado (CASEGO), Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás (CIAGO) e Escola de Formação de Operadores de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias de Goiás (EFORMAGO). Os estatutos e normas de atuação da Casego e Caesgo foram assinados pelo ETPAR. Os serviços técnicos para organização da CIAGO foram de responsabilidade do Consórcio de Planejamento e Empreendimento (COPE), outro escritório tecnoempresarial.

⁴³⁵ Sua atividade compreendia a educação para o desenvolvimento agrário, manejo de técnicas de aproveitamento racional do solo, incentivo ao cooperativismo e associativismo via sindicalização, assumindo ainda a expedição de títulos de posse da terra, atividade antes realizada pelo Departamento de Terras e Colonização. A agência de maior expressão foi a AVT1 (Amaro Leite, Formoso e Campinorte) atuando junto às áreas de Trombas e Formoso. AVT2 (Araguacema, Arapoema, Couto Magalhães, Dois Irmãos, Itaporã e Pequizeiro); AVT3 (Gurupi, Paranã, Peixe e Alvorada); AVT4 (Cristalândia, Miracema do Norte, Pium, Paraíso do Norte, Tocantina); AVT5 (Almas, Dianópolis, Natividade); AVT7 (Não há dados); AVT 8 (Pedro Afonso, Tupirama); AVT 9 (Porto Nacional, Monte do Carmo); AVT 10 (Araguaína, Xambioá); AVT11 (Araguaçu, Porangatú, Santa Tereza); AVT (Crixás, Ceres, Diorama, Goiás). Tais dados são apontados por Esteves (2011) com base nas informações sobre as terras do IDAGO existentes no Fundo Paulo de Assis Ribeiro depositados na Biblioteca Nacional (RJ).

⁴³⁶ Consubstanciada nas diretrizes ipesianas para responder as demandas específicas das relações sociais do campo. Atuando na organização das relações do trabalho rural. A versão do Ipes foi produzida por Paulo de Assis Ribeiro e sistematizada posteriormente no Estatuto da Terra.

Dentro da proposta de modernização, o projeto de colonização tinha por fim “levar prosperidade ao homem rural [...] não será oferecida como prenda numa bandeja, paternalisticamente”, mas, de maneira efetiva, assegurando condições necessárias para que “o esforço de homens pobres, doentes, analfabetos em sua maioria possa ser vitorioso” e atingir, assim, “a realização econômica social”. Até mesmo porque, no entendimento do governador, não poderia ser de outra forma, uma propriedade familiar “[...] isolada jamais teria condições para progressiva tecnização com consequente aumento de produtividade”.⁴³⁷ No documento, afirmava-se que a finalidade da reforma agrária somente seria alcançada com a melhoria dos índices de produtividade agropastoris; isso implica afirmar que tal melhoria estava na “razão direta do progresso da tecnização agrícola”, ou seja, incentivo à utilização de maquinários, sementes selecionadas com base em experimentos científicos, visando alto desempenho, colheita, ensilagem, defesa sanitária, e também a logística da produção, armazenagem, transporte e “comercialização (envolvendo somas vultosas de dinheiro)”. A preocupação da tecnocracia era “transformar o homem rural [...] fazer uma revolução agrícola, conduzindo a uma verdadeira mudança social” (GOIÁS, 1963b).

Nesse entendimento, promover a modernização da agricultura seria contrapor-se ao atraso e à pobreza, reflexo da ausência de tecnificação e da incorporação de insumos industriais à produção, realizada sob uso intensivo da força humana, do manejo de técnicas agrícolas rudimentares e artesanais como, uso da enxada, da queimada, do arado de tração animal; com baixa produtividade, mal atendia a subsistência familiar. Em termos de CGP, a modernização da agricultura, incorporadora de insumos, adubos, fungicidas, pesticidas, novas técnicas de cultivo e, sobretudo, mecanização, buscava maior produtividade, competitividade e lucros. É importante destacar que, no contexto da década de 1960, ocorreu a instalação, no país, de um portentoso parque industrial⁴³⁸ voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura, fundamentais à intensificação produtiva (ESTEVAM, 2004), incentivado pelas condições favoráveis deflagradas em 1950 pelo Estado, voltadas para o desenvolvimento da agricultura.

⁴³⁷ Jornal *Diário de Notícias*, “Mauro Borges: não se deve perturbar a ação produtiva da grande propriedade”. Porto Alegre, 13 out. 1964, p. 16. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

⁴³⁸ A produção interna de tratores no Brasil teve início em 1959, com a instalação da Ford. Antes, os tratores usados eram todos importados. Em 1950 existiam no Brasil 8.373 tratores, em 1960 saltou o número para 61.338. O consumo de fertilizante (1965-1975) cresceu 60% ao ano, enquanto o uso de agrotóxico atingia a média anual de 25 %. Ver: Teixeira, Jodenir Calixto. *Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais*. Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Três Lagoas-MS, v. 2, n. 2 - ano 2. Setembro 2005, p. 24. Disponível em: < <http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/Artigos/jodenir.pdf> > Acesso em: 23 mai. 2013.

5.6 A EXPERIÊNCIA DOS COMBINADOS AGROURBANOS: ESPERANÇA, CONFLITOS E FRUSTRAÇÕES

Os Combinados Agroubanos (CAU) responderam pela ofensiva do governo Mauro Borges, dentro de um conjunto de medidas prescritas pelo ETPAR, visando equacionar o problema da questão agrária em Goiás. Identificados como “novo procedimento científico”, basearam-se na experiência de Israel no cooperativismo,⁴³⁹ com intuito de atender às necessidades do campesinato e superar as condições de subdesenvolvimento das regiões goianas. Constituídos por núcleos coloniais semelhantes, destinava-se, em cada núcleo – a vila, Rurópolis – área para construção de 200 casas residenciais para famílias de colonos, com água e eletricidade, e também escola primária, posto médico, cooperativas de produção de insumo, centro social, quadra de esporte, templo religioso. A compra e venda dos produtos, efetivadas por cooperativas. Foram instaladas na localidade sucursais da Caesgo, Casego e patrulha agrícola mecanizada (GOIÁS, 1963b). No entendimento do coronel Petrônio

[...] dentro da modalidade do governo de centralizar o problema da terra [...], implantamos três agências volantes em Araguacema, Pium e Peixe. Composto por um engenheiro agrônomo, um veterinário, um agrimensor, um funcionário da Agência Central de Terras [encarregado da parte administrativa, e entendido em leis de terra] assistente social de “alto gabarito, o objetivo é levantamento dos problemas, “para sugerir medidas de normalização da situação (GOIÁS, 25.6.1963, p. 47).

Para seus idealizadores, os Combinados deveriam promover a “integração regional e nacional de comunidades segregadas”, e ser um elemento harmônico dentro das particularidades e características do meio físico e rural (TEIXEIRA, 2006, p.64). A proposta inicial sinalizava para a criação de Combinado Agroubano em três regiões: CAU1, no município de Arraias, o piloto; CAU2, no município de Tocantinópolis; e CAU3, no extremo norte goiano, em Araguacema. Alguns fatores foram preponderantes na implantação do CAU, como: região longínqua e chances de obter terras planas a preço baixo (GOIÁS, 1963b). Segue o Mapa do Estado de Goiás, com a localização dos Combinados Agroubanos,

⁴³⁹ Orientados pelos modelos israelenses de cooperativismo identificados como: Kibutz (altamente socializado, tanto na produção quanto no consumo); Moshav Ovdim (mais liberdade de produção e de consumo); Moshav Shitufi, beneficiando-se dos elevados índices de produção dos kibutzim e do maior liberalismo de consumo dos moshavin. Tiveram início na década de 1930, com base em um projeto de colonização norte-americana na região (ESTEVEZ, 2008).

Figura 1 – Mapa do Estado de Goiás em 1963



O CAU1, localizado a 600 km de Goiânia, recebeu maiores investimentos, inclusive propagandísticos, para garantir visibilidade ao projeto estatal de cooperativização agrícola, visto como carro-chefe do governo Mauro Borges. O de Tocantinópolis, idealizado como cooperativa mista de babaqueiros do norte do estado, voltado para a lavoura, coleta e descasco do babaçu. Já o de Araguacema, ou Núcleo Colonial de Bernardo Sayão,⁴⁴⁰ implantado pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC),⁴⁴¹ foi assumido pela Secretaria Estadual de Educação, devido à falta de apoio do INIC.

⁴⁴⁰ No Ofício n. 126 p/1964, 26 mai 1964, endereçado pelo governador ao Ministro da Guerra, o núcleo de colonização mereceu, por parte de Mauro Borges, o seguinte comentário “[...] sendo que a famosa SUPRA, entregue em Goiás, no Governo Goulart, a espertalhões e carreiristas políticos, ali nada realizou de concreto”. Documento depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia. Mimeografado.

⁴⁴¹ Segundo matéria veiculada no Jornal do Dia em 15 de setembro de 1964, assinada por Marcio Moreira Alves a partir de informações obtidas dos idealizadores do Combinado Agroubano/Goiás, pesa sobre o INIC a formação de latifúndios nas terras colonizadas. Cita o caso de Ceres, que em 15 anos passou de 300 proprietários para 6.

O detalhamento do CAU e seus objetivos estão expressos na *Cartilha para o Combinado Agro-Urbano*, produzida pelo Idago, contendo regras de funcionamento e de comportamento a serem seguidas pelos colonos e familiares. Em cada Rurópolis haveria uma central para controle das contas e despesas das famílias, com advertência em caso de excederem nos gastos; o dia de trabalho dos agricultores não teria limite, “quanto mais horas trabalhar maior será o lucro”. Para membros não agricultores, a jornada compreenderia 8 horas (GOIÁS, 1963b). Sob o capitalismo, importa a fiscalização do comportamento no mundo do trabalho tanto quanto a vida privada, o “[...] controle dos próprios processos psíquicos dos trabalhadores” (BERNARDO, 2009, p.225), tendo em vista que o trabalhador debilitado psicologicamente pode ter seu rendimento comprometido. Por ser assim, tornava-se inegável apropriar-se dos recursos necessários para atingir os fins, como demonstrado pelo major Psicólogo Paulo ao avaliar:

[...] às informações profissionais [deve] servir como subsidio à direção técnica na parte agrônômica do Idago[...] se ele é agricultor, o que ele já fez, onde trabalhou, o salário que percebia, porque não continuou na sua região; e as suas habilidades na agricultura: se colhe, se irriga, se beneficia, se classifica.[...] a última parte [...] é a parte mais importante [...] profissões ou habilitações [...] o indivíduo trabalhou na agricultura [...] ele é doublé de carpinteiro, de pedreiro, de bombeiro hidráulico [...] muitas vezes as colônias do Idago vão precisar dessas habilitações.[...] tivemos oportunidade de, no decorrer dessas entrevistas, descobrir lavradores que já tinham trabalhado no Paraná em[...]fabricação de esquadrias de madeira[...]descobrimos bombeiros hidráulicos com grau relativo de perfeição técnica[...]pedreiros capazes de levantar um muro e fazer pequenas tarefas[...]tudo isso tem sido muito útil à direção do Idago, que pode manobrar com esses elementos à sua vontade (GOIÁS, 16.4.1963, p.25)

Tudo, sob criteriosa avaliação médica:

[...] inicialmente procuramos verificar no homem as suas condições somáticas que lhe dêem boa predisposição para o trabalho no campo, que é um trabalho pesado. [...] então esse homem não pode ter doença de nenhuma espécie, predisposição para doenças endêmicas ou epidêmicas [...] em vez de resolver problemas, vão trazer mais problemas ao Idago, não pode trazer contra-indicação dos seus aparelhos locomotores [...] enfim, condições médicas que os desaconselhem a esse trabalho do campo (GOIÁS, 16.4.1963, p.20- 21).

Na estimativa do coronel Petrônio, o Idago estava em condições de levar 200 famílias para Arrais, contudo

É necessário submetê-las a critérios [...] não vamos levar os super-homens [...] Apenas não queremos levar tuberculose para lá [...] estou solicitando para o pessoal todo que vai, seja feito abreugrafia [...] tenho que levar pessoal com nível mental capaz de receber um estágio agrícola compatível com que vai ser dado [...] que eles tenham condições mentais (GOIÁS, 25.6.1963, p. 57).

Os candidatos jovens, mais fortes e sadios, aptos a desempenhar grandes esforços físicos, eram os selecionados, pois em melhores condições físicas e de saúde o colono é mais produtivo. A família foi a base para ocupação do CAU, com modelo padrão, casais jovens